

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANGÉLICA CARLOS SEBASTIÃO**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE  
FLORIANÓPOLIS: da autonomia, representatividade e participação, aos desafios e  
entraves do Controle Social**

**Florianópolis**

**2010/2**

**ANGÉLICA CARLOS SEBASTIÃO**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE  
FLORIANÓPOLIS: da autonomia, representatividade e participação, aos desafios e  
entraves do Controle Social**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social, da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social**

**Orientadora: Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa**

**Florianópolis**

**2010/2**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE  
FLORIANÓPOLIS: da autonomia, representatividade e participação, aos desafios  
e entraves do Controle Social**

ANGÉLICA CARLOS SEBASTIÃO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca  
Examinadora e julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social segundo as normas vigentes na Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Sócio-Econômico, Curso de Graduação em Serviço Social.

Aprovado em 14 de Dezembro de 2010.



Dra. Teresa Kleba Lisboa  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio-Econômico – CSE  
Departamento de Serviço Social – DSS  
**Orientadora**



Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro Sócio-Econômico – CSE  
Departamento de Serviço Social – DSS

**1ª Examinadora**



Ma. Simone Lolatto  
Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis

**2ª Examinadora**

*“O que queremos? Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes; Queremos reaver nossos direitos perdidos; Queremos a educação verdadeira que não nos têm dado a dom de que possamos educar também nossos filhos; Queremos instrução para conhecermos nossos direitos e deles usarmos em ocasião oportuna; Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrá-los quando a isso formos obrigadas; Queremos, enfim, saber o que fazemos, porquê, o pelo quê das coisas; Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas; Queremos saber como se fazem os negócios fora da casa; Só o que não queremos é continuar a viver enganadas”.*

(Francisca Senhorinha Motta Muniz. 25 de Outubro de 1873).

## AGRADECIMENTOS

Como na história do Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry, ao longo de nossa vida criamos laços e somos por eles responsáveis. Gostaria de dizer, que tenho muito orgulho desses laços que aqui vou mencionar e acima de tudo, que me comprometo a mantê-los!

Primeiramente agradeço a **minha família** por todo apoio desde antes da faculdade, até essa reta final. Ao **meu pai e irmãos** que muitas vezes reclamaram minha ausência, ou por eu levar estudos pra casa, meu “muito obrigada” pela compreensão de vocês, pela ajuda, pela força e incentivo e por todo o amor.

Agradeço principalmente a minha **MÃE**, e mais que isso, dedico este trabalho a ela, que durante todo este tempo esteve trabalhando em um país tão distante, mas tão perto do meu coração, que lutou com “**garra e coragem**” para eu estar aqui hoje, por ser meu **exemplo de Mulher**, guerreira e batalhadora, **por inspirar meus sonhos** e sustentar meus estudos.

Agradeço também, **ao meu grande amor**, Igor, meu amigo, companheiro e meu maior incentivador. Obrigada por me ouvir, por me dar força, por me olhar de *cara feia* quando eu dizia “ah acho que hoje não vou estudar...”, obrigada por todo amor, ajuda, carinho e compreensão, você sabe “**é mais uma conquista nossa**”.

É difícil achar as palavras certas para agradecer, **as grandes amizades** que fiz ao longo dessa jornada. **Tita** preciso lhe agradecer por toda amizade, companheirismo, todas as risadas e fofocas, e por me tirar dos estudos, dizendo: “tu precisa descansar, sair um pouco”, e por simplesmente ser minha amiga, minha grande amiga, mesmo me conhecendo há tanto tempo. Minha querida **Caia**, obrigada também por toda sua ajuda, por me aturar nos momentos de cansaço e mal humor, e principalmente obrigada por essa amizade tão verdadeira, por fazer meu dias mais felizes na sala do NUSSEGE e por todo o incentivo. **Carol**, quantas vezes compartilhamos nossos desagrados, nosso cansaço, obrigada pelas palavras e por sua amizade, e agora CONSEGUIMOS! **Lari**, minha amigona, você tem muita “culpa” também por eu estar me formando nesse curso, lembro-me muito bem das nossas conversas e desabafos, das risadas e noites de estudo, mas também de festas. Obrigada por todo companheirismo e amizade!

E é com imenso carinho que agradeço a **minha querida orientadora**, Teresa Kleba Lisboa, uma pessoa que admiro, me espelho e sinto orgulho por termos

trabalhado juntas nesses três anos. Mais que uma professora, uma amiga. Uma mulher forte, decidida, humana, que me ensinou muito, mas muito mesmo, e também inspirou e instigou meus estudos. Agradeço pela sua paciência comigo, por sua vontade de me ensinar, e principalmente por você acreditar em mim.

**Às minhas colegas de curso** agradeço por todos os momentos que passamos, todas foram essenciais para eu chegar até aqui, e me tornar o que sou. É difícil esse momento de despedida, mas estamos felizes por termos conseguido chegar até aqui, desejo que todas nos tornamos ótimas profissionais, honrando nosso compromisso em defender e lutar pelos direitos de todos os cidadãos.

Agradeço também **as conselheiras do COMDIM**, sem vocês seria impossível realizar este trabalho, obrigada pela disposição e colaboração, e também pelas discussões e apontamentos.

E finalmente agradeço mais uma vez a **Deus**, durante toda a faculdade agradei, e agora não poderia ser diferente, obrigada pela força, pela saúde e pela proteção!

***“Onde cruzam seus talentos e paixões, com as necessidades do mundo,  
lá está a sua vocação”. (Aristóteles)***

## RESUMO

SEBASTIÃO, Angélica Carlos. **O conselho municipal dos direitos da mulher de Florianópolis**: da autonomia, representatividade e participação, aos desafios e entraves do Controle Social. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2010. 91p.

O Trabalho de Conclusão de Curso em tela tem como principais objetivos: enfatizar o controle social como um dos principais papéis dos conselhos de direito; registrar o processo de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, em Florianópolis; e entender como as conselheiras percebem sua representação junto ao COMDIM. A construção deste trabalho partiu de duas questões: De que forma divulgar o efetivo papel dos conselhos como sendo instrumentos dialógicos de controle popular das políticas públicas e de democracia participativa? Em que medida o processo de participação das conselheiras legitima o segmento que representam? Para tentar uma aproximação a estes objetivos, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, utilizando-se como técnicas procedimentais: a pesquisa bibliográfica, a entrevista semi-estruturada e a participação nas assembleias do Conselho. Foram entrevistadas oito conselheiras, número que representa 50% das instituições que participam do COMDIM. Constata-se que a autonomia e representatividade das conselheiras junto as suas Instituições ainda é um grande desafio e que a maioria das integrantes tem contribuído positivamente para a implementação do Conselho. Os depoimentos indicam propostas para uma melhor estruturação do conselho, bem como estratégias para efetivar o controle social. Conclui-se que os Conselhos de Direitos tem se apresentado como um importante campo de intervenção para Assistentes Sociais, junto ao qual podem exercer atividades de assessoria e consultoria ou outro tipo de instrumental técnico operativo.

**Palavras-chave:** Movimento Feminista. Conselhos de Direito. Políticas Públicas de Gênero. Assessoria e Consultoria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### *Lista de Quadros*

I - QUADRO COMPARATIVO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	29
II – QUADRO DE PARIDADE DO COMDIM.....	49

### *Lista de Gráficos*

I – PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA MULHER (IBGE) .....	31
II – FAIXA ETÁRIA DAS CONSELHEIRAS DO COMDIM.....	40
III – ESCOLARIDADE DAS CONSELHEIRAS DO COMDIM .....	40
IV – PORCENTAGEM DE ASSISTENTES SOCIAIS QUE FAZEM PARTE DO COMDIM.....	77



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
II. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE FLORIANÓPOLIS – UMA CONQUISTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS .....	16
2.1 – O surgimento do feminismo e seu desdobramento em diferentes correntes.....	16
2.2 – O Movimento Feminista no Brasil, suas vertentes e sua decisiva participação no processo Constituinte de 1988.....	20
2.2.1 - <i>A repercussão das vertentes do Movimento Feminista brasileiro na conquistas dos direitos das mulheres</i> .....	23
2.2.2 - <i>A inserção das mulheres catarinenses nos processos sócio-organizativos</i> .....	25
2.3 - O Movimento Feminista e a Implantação dos Conselhos de Direito da Mulher no Brasil.....	27
2.4 – Caracterizando os Conselhos de Direito.....	32
2.5 – O Processo de Criação do COMDIM – Uma história de lutas.....	33
2.5.1 – <i>Criação do Conselho Municipal da Condição Feminina - Lei 2.598 de 16 de junho 1987.</i> .....	34
2.5.2 – <i>A implementação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no ano 2008</i> ...	36
III. DO TRABALHO BRUTO AO PRECIOSO – DESVENDANDO E COMPREENDENDO AS CONCEPÇÕES DAS CONSELHEIRAS .....	39
3.1 - Apresentando o Perfil das Conselheiras.....	39
3.2 - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres sob a ótica das conselheiras.....	41
3.2.1 – <i>O papel do COMDIM e sua relação com as políticas públicas de gênero</i> .....	41
3.3 – A autonomia e legitimidade de representação no processo de indicação das conselheiras.....	48
3.3.1 – <i>Paridade, pluralidade e o processo de indicação das integrantes junto ao COMDIM</i> .....	48
3.3.2 - <i>A busca da autonomia na legitimidade da representação e o processo de participação das conselheiras</i> .....	54
3.3.3. – <i>Os Desafios e as Dificuldades para o fortalecimento do COMDIM</i> .....	62

3.4 – Relação do COMDIM com o Poder Público e a Sociedade Civil.....	69
3.5 – Os Conselhos de Direito como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais.	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	79
REFERÊNCIAS .....	82
APÊNDICE .....	88
Apêndice A.....	89
Apêndice B.....	93
ANEXOS .....	94

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais possuem um grande histórico de lutas e foram responsáveis por muitas conquistas, tais como: melhores condições de trabalho, pelo voto feminino, pela igualdade de direitos, pela implementação de sistemas democráticos, pela conscientização ambiental entre outras lutas. Porém, vale ressaltar que os agrupamentos de pessoas que lutam em prol de melhorias para a sociedade existem desde os primórdios da humanidade, mas, somente há poucas décadas, os movimentos sociais tornaram-se tema de estudos da academia.

Neste trabalho de conclusão de curso vamos enfatizar apenas um deles, os movimentos feministas. As lutas dos movimentos feministas datam de meados do século XVIII, período da revolução industrial. No Brasil, após a constituição de 1988, na qual foi declarada a implementação dos mecanismos de controle social da sociedade para com o Estado, muitos movimentos sociais destacaram-se por sua luta pela construção de espaços democráticos de controle social, entre eles, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres. As integrantes destes grupos organizaram-se para implementar os conselhos de direito da mulher, organizar conferências e fóruns para discutir e deliberar sobre assuntos pertinentes as mulheres.

Diante dessa conjuntura, a escolha do tema deveu-se principalmente a trajetória da acadêmica no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE. O núcleo configura-se como um espaço de estudos e desenvolvimento de pesquisas sobre as temáticas que envolvem as relações de gênero, tendo como enfoque a perspectiva da equidade de gênero em todas as suas atividades. Enquanto objetivos, o NUSSERGE procura em suas pesquisas e atividades: - contribuir para a construção do conhecimento em Serviço Social articulando os temas: gênero, gerações, classe e etnia no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; - contribuir para o planejamento e execução de políticas públicas que propiciem a conquista da cidadania com vistas ao empoderamento de mulheres bem como a equidade de gênero; - pesquisar e participar de projetos que denunciem e combatam todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e outros grupos de minorias.

Com a participação do NUSSERGE em diversos fóruns e eventos ligados à categoria gênero, o núcleo foi convidado a participar do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM/ Florianópolis. Ao observar a dinâmica do Conselho e os desafios que o esperavam, por ser um conselho novo em fase de estruturação, foi proposto um projeto de

estágio intitulado “Assessoria e Consultoria ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher”, com intuito de auxiliar o processo de implementação do conselho. Este auxílio ao COMDIM se deu através de capacitações, participação em todas as plenárias, entrevistas com as conselheiras, entre outras atividades.

A partir da observação e participação nas reuniões, foram confeccionados relatórios, nos quais conseguiu-se materializar os principais problemas que afetam o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, quais sejam: falta de quórum; pouco comprometimento das conselheiras com as questões relacionadas ao conselho e a temática da mulher; falta de capacitação das conselheiras; ausência de participação da sociedade civil; consenso durante as reuniões, entre outras questões.

Com o intuito de intervir junto ao COMDIM na tentativa de solucionar os entraves citados, foi traçado um roteiro para entrevistar as conselheiras (Questionário - Apêndice A). Optou-se por fazer uma pesquisa quali-quantitativa, pois compreendeu-se que ambas retratam de uma maneira abrangente o universo da pesquisa. Neste caso utilizamos métodos quantitativos para a confecção dos gráficos e qualitativos na análise dos depoimentos das conselheiras. Maria Cecília Minayo, 1996, assinala que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1996, p. 22).

O tipo de pesquisa adotado neste trabalho foi a exploratória, visto que esta é a primeira vez que foi feito um trabalho de conclusão de curso sobre o COMDIM. A pesquisa exploratória caracteriza-se pelo habitual “levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (Gil, 2008, p. 27). De acordo com o autor, as pesquisas deste tipo, têm o objetivo de proporcionar uma visão geral do objeto, sendo que geralmente o tema escolhido é pouco ou nunca foi explorado. (Gil, 2008)

Para coletar as informações foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, participação e observação das reuniões do Conselho e entrevista. A partir da pesquisa bibliográfica foi possível entender a dinâmica dos conselhos de direito e sua realidade no Brasil, bem como aprofundar o debate das políticas públicas de gênero, compreender a conjuntura atual dos processos sócio-organizativos e a inserção das (os) assistentes sociais nos espaços de controle democrático.

Optou-se por realizar entrevista semi-estruturada, pelo fato desta conter traços da entrevista informal e da estruturada, ou seja, o pesquisador se baseia em um roteiro previamente estabelecido, mas deixa a pessoa entrevistada, livre para responder as questões. De acordo com Triviños, 1987, a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição

dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” mantendo a presença do pesquisador no processo de coleta dos depoimentos (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Inicialmente, foi previsto entrevistar uma conselheira de cada instituição, sem distinguir entre titulares e suplentes, pois a intenção era entrevistar as que participavam mais das reuniões do Conselho. Porém, foi possível aplicar o questionário com apenas oito conselheiras, sendo que: cinco delas são representantes governamentais e três não governamentais; três são conselheiras suplentes e cinco são titulares. Mesmo que o processo da coleta de depoimentos tenha iniciado no semestre 2010.1, não houve tempo hábil para cumprir com tal objetivo, porém vale ressaltar que, foram contatadas todas as integrantes para a realização deste trabalho. No entanto, algumas cancelaram, outras não responderam aos e-mails, houve também algumas substituições e, algumas responderam que estavam extremamente atarefadas em seus campos de trabalho.

Foi explicado para cada entrevistada que os depoimentos estavam sendo colhidos para análise, com o intuito de construir um conselho cada vez mais atuante, e posteriormente esses resultados seriam expostos no Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica em tela. Para tanto, cada conselheira preencheu o termo de compromisso (Apêndice B), no qual ficava claro as intenções objetivos da pesquisa, e garantia o anonimato as entrevistadas.

Através da experiência vivenciada com as conselheiras e, nas assembléias ordinárias do conselho, pretende-se com este trabalho: contribuir para a publicização dos conselhos de direito e das funções das conselheiras; enfatizar o controle social como um dos principais papéis dos conselhos de direito; registrar o processo de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, em Florianópolis; entender como as conselheiras percebem sua representação junto ao COMDIM e; conhecer os principais desafios das conselheiras em suas funções.

Para tanto, o TCC, está disposto da seguinte forma: na primeira seção será abordado o contexto histórico das lutas feministas, suas conquistas, no mundo ocidental, e posteriormente no Brasil e em Santa Catarina. Conquistas, que favoreceram a criação dos primeiros Conselhos de Direito da Mulher, a realização de conferências sobre temáticas pertinentes a esse segmento e, a implementação de políticas públicas para as mulheres, entre outras. Portanto, nesta seção serão apresentados: *O surgimento do Feminismo e seu Desdobramento em Diferentes Correntes*; *O Movimento Feminista no Brasil, suas vertentes e sua participação no processo Constituinte de 1988*; *O Movimento Feminista e a Implantação dos Conselhos de Direito da Mulher no Brasil*; *Caracterização dos Conselhos de Direito e*; *O*

*Processo de Criação do COMDIM – Uma história de lutas.*

A segunda seção está organizada em torno das entrevistas com as conselheiras, nas quais procurou-se desvendar de que forma elas percebem a sua representação no conselho, como é a sua relação com a entidade, como entendem suas funções e o papel do Conselho e quais os principais desafios e dificuldades do COMDIM. Bem como, será discutido o papel das (os) profissionais de Serviço Social nos Conselhos de direito e sua atuação como assessores e consultores nos espaços de controle social. Nesta sessão serão abordados: *O Perfil das Conselheiras; O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres sob a ótica das conselheiras; A autonomia e legitimidade de representação no processo de indicação das conselheiras; Relação do COMDIM com o Poder Público e a Sociedade Civil; Os Conselhos de Direito como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais.*

A partir do que foi exposto, convida-se os leitores para conhecerem a realidade do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis e aprenderem com essas mulheres lutadoras a questionar os padrões impostos pela sociedade, exigir seus direitos de cidadania, propor mudanças, enfim, lutar por um mundo sem desigualdade, sem opressão e sem violências contra as mulheres.

## II. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE FLORIANÓPOLIS – UMA CONQUISTA DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

*“... Mas é preciso ter força. É preciso ter raça. É preciso ter gana sempre. Quem traz no corpo à marca”...<sup>1</sup>*

Para adentrar na temática dos movimentos feministas e no surgimento dos conselhos de direitos é preciso, primeiramente, compreender a relação entre eles, como surgiram e em que contexto histórico isso aconteceu. Portanto, esta seção está organizada da seguinte forma: inicialmente será feita uma breve apresentação sobre a história dos movimentos feministas no ocidente para em seguida resgatar o papel destes movimentos no Brasil e sua repercussão na criação dos conselhos de direito, em especial os da mulher. Na sequência, será relatado o processo de criação do Conselho Municipal dos direitos da Mulher de Florianópolis – COMDIM, desde a primeira tentativa em 1987 até sua concretização no ano de 2008.

### ***2.1 – O surgimento do feminismo e seu desdobramento em diferentes correntes***

Pode-se afirmar que a luta das mulheres sobre questões mais específicas que lhe dizem respeito inicia no século XVIII, na efervescência da Revolução Francesa. Essas lutas eram ligadas a ideologia igualitária e racionalista do Iluminismo e às novas condições de trabalho surgidas a partir da Revolução Industrial. Em sua “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (1791), Olympe de Gouges afirma que “os direitos naturais da mulher estão limitados pela tirania dos homens” (GAMBA, 2007, p. 142). Em 1792, Mary Wollstonecraft escreve a “Reivindicação dos Direitos da Mulher” propondo demandas inusitadas para a época como: igualdade de direitos civis, políticos, laborais e educativos; e direito ao divórcio como livre decisão das partes.

Em 1842, a peruana Flora Tristán publica “*La unión obrera*”, onde apresenta o primeiro projeto de uma Internacional de Trabalhadores e expressa: “*las mujeres, la*

---

<sup>1</sup> Música *Maria, Maria* de autoria de Milton Nascimento.

*proletária del proletariado [...] hasta el más oprimido de los hombres quiere oprimir outro ser: su mujer”* (GAMBA, 2007, p. 143).

Apesar da Revolução Francesa e os princípios do Iluminismo terem proclamado a igualdade, a prática demonstrou que esta não era extensiva às mulheres. A principal exigência foi o direito ao sufrágio, a partir da qual esperavam alcançar as demais conquistas. Portanto, conforme assinala Céli Pinto,

Desde os primórdios da revolução francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito a cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum tipo de reconhecimento como esposas e mães. Fora dos limites da casa restavam-lhes a vida religiosa ou a acusação de bruxaria (PINTO, 2003, p.13).

A partir do século XIX e início do século XX as lutas das mulheres passaram a centrar-se nos direitos políticos de votarem e serem votadas. Esse movimento, conhecido como sufragista, espalhou-se pela Europa e Estados Unidos construindo o que foi considerada a primeira onda de feminismo organizado no mundo.

De acordo com algumas autoras<sup>2</sup>, o feminismo pode ser classificado em ondas históricas e conforme Guacira Lopes Louro, 1997, três ondas merecem ser ressaltadas: a primeira, que iniciou no final do século XVIII e durou até meados da década de 1950, está ligada principalmente ao movimento sufragista. Esse movimento também ficou conhecido como *feminismo da igualdade*, onde as mulheres exigiam direitos iguais e desconheciam ou negavam a existência dos mecanismos sociais de opressão contra a mulher.

Nessa época, o movimento era constituído, em sua maioria, por mulheres brancas da classe média, anglo-saxãs, que lutavam por igualdade, criticavam a superioridade masculina e reivindicavam mais direitos para as mulheres, principalmente relacionados às condições de trabalho, a participação na vida política e relações familiares.

A *segunda onda* corresponde ao início da década de 1960 e ocorreu principalmente nos Estados Unidos e na França. O movimento feminista extrapola a luta pela igualdade e passa a preocupar-se com as diferenças incluindo as questões do corpo, identidade sexual, bem como de raça e etnia. Vale ressaltar que é a partir da segunda onda que o feminismo se torna um movimento heterogêneo, ou seja, começam a surgir várias correntes teóricas para explicar, tanto as desigualdades, a opressão, como as diferenças.

De acordo com Patrícia Lengermann e Jill Niebrugge-Brantley (1993), três tipos de teoria feminista podem ser apontadas para analisar a situação das mulheres nessa segunda

<sup>2</sup> LOURO, 1997; LENGERMANN E NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1993; e outras



onda: a teoria da diferença, que passa a buscar explicações biossociais, psicossociais e institucionais para entender por que as condições e experiências de homens e mulheres são diferentes em idêntica situação. Já as teorias da igualdade passam a buscar as causas da desigualdade entre homens e mulheres através de explicações tanto liberais como marxistas e neo-marxistas. Por sua vez, as teorias que aprofundam a questão da “opressão” buscam explicações psicanalíticas e socialistas sobre a opressão.

A segunda onda contribui, ainda, para caracterizar o feminismo como uma teoria crítica e ativista, que investiga a situação e as experiências de homens e mulheres, sob uma perspectiva centrada nas mulheres. Conforme Guacira Lopes Louro, 1997,

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p. 17).

O contexto histórico dessa época é marcante, pois a partir da década de 1960 ocorrem inúmeros movimentos sócio-culturais, os chamados “da contracultura” – que contestavam a moral e os costumes da sociedade capitalista. O mais importante deles foi o movimento hippie, que defendia o amor livre, a liberdade sexual, a não-violência, respeito ao meio ambiente e a paz. Outros exemplos foram: o *movimento estudantil Maio de 68*, ocorrido na França – uma verdadeira revolução popular que transcendeu barreiras étnicas, culturais, e de classes – e a *Primavera de Praga*, ocorrida na Tchecoslováquia, que foi a tentativa de reformas na estrutura política, econômica e social da Tchecoslováquia.<sup>3</sup>

É, portanto nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (LOURO, 1997, p. 16).

Nessa segunda onda surgem, ainda, o *Feminismo Black* e o *Feminismo Chicano*, representados por integrantes que se sentiam excluídas da categoria “mulher”, até então universalizada pelas mulheres brancas durante a primeira onda. As negras e chicanas,

já na década de 1970 impugnaram o feminismo hegemônico por, em primeiro lugar, generalizar uma noção de mulher de classe média, burguesa e heterossexual, impedindo que uma vasta gama de mulheres pudesse compreender o feminismo como uma opção. E, em segundo lugar, por contribuir à supremacia branca ao não levar em conta, ou mesmo procurar abafar, as opressões realizadas contra chicanas/os e negras/os (CLÍMACO, 2009, p.38).

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Contracultura>

O *Feminismo black* e o *chicano* emergem, portanto, com o objetivo de garantir um espaço para as mulheres que se consideravam à margem do pensamento feminista dominante bem como, articular a inclusão das categorias: raça, classe e gênero. Além disso, preocuparam-se em dar visibilidade às questões que incluíam “preferência sexual” (CLÍMACO, 2009).

A terceira onda iniciou por volta da década de 1980, quando as estratégias do movimento foram repensadas, os temas abordados eram as relações de poder na sociedade, as relações de gênero, liberdade sexual, direitos reprodutivos, ou seja, direito das mulheres sobre seu corpo, crítica a heteronormatividade, entre outras. O pensamento feminista passa a ser influenciado pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault e de Jacques Derrida, autores que criticam o pensamento dicotômico que transforma homens e mulheres em pólos opostos numa relação de dominação-submissão.

Foi nessa mesma época (1980), que começaram os primeiros estudos sobre a categoria gênero, dentro da academia. Joan Scott, 1995, argumenta que a busca de legitimidade acadêmica levou as estudiosas feministas, nos anos 1980, a substituir o termo mulheres por gênero. Para autora, essa substituição está relacionada com a acolhida política do tema “gênero”, porque “soa mais neutro e objetivo do que mulheres. Gênero parece ajustar-se melhor à terminologia científica das Ciências Sociais” (SCOTT, 1995, p.77).

Para Scott, a categoria gênero também se emprega para designar as relações sociais entre os sexos. A autora afirma que não existe um mundo das mulheres separado de um mundo dos homens:

(...)a informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, um estudo implica o outro. Este uso insiste em que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, criado nele e por ele. Este uso rejeita a utilidade interpretativa de esferas separadas... (SCOTT, 1995, p.80)

Portanto, Gênero é uma categoria analítica usada para designar a relação entre os sexos. Os indivíduos ao nascerem são transformados, através das relações de gênero, em homens ou mulheres. É por isso que Simone de Beauvoir inicia sua conhecida obra *O Segundo Sexo*, com a célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Nesse sentido, tanto os papéis atribuídos aos homens e mulheres, quanto o comportamento que a sociedade espera deles são conseqüências dessa construção histórico-cultural que se configura com base nas relações de poder existentes na relação entre mulheres e homens. Nesta terceira onda, a igualdade e a diferença são problematizadas e vistas como “complementares”, pois as diferenças são importantes para que a pessoa humana não se descaracterize diante de uma relação de igualdade. É um novo feminismo, repleto de vertentes

teóricas,

(...) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. (...) Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das e pelas* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina (NARVAZ; KOLLER, 2006)

Autoras que integram a terceira onda entendem, ainda, que gênero é uma categoria transversal, ou seja, é importante articulá-la sempre com outras categorias de análise, como o recorte de classe, raça e etnia. Judith Butler, 2003, partilha dessa idéia, ao afirmar que

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p.20).

Constata-se, através desse breve percurso, que a cada onda o movimento feminista foi incorporando elementos dos diferentes contextos sócio, históricos e culturais, num incessante processo de construção e desconstrução que perdura até os dias atuais, o que se configura no surgimento de novas e múltiplas correntes feministas. O Brasil também sofreu fortes influências das diferentes correntes feministas, como poderá se verificar a seguir.

## ***2.2 – O Movimento Feminista no Brasil, suas vertentes e sua decisiva participação no processo Constituinte de 1988.***

A história das mulheres e sua participação em movimentos sociais no Brasil é de longa data, porém, durante muito tempo esse protagonismo permaneceu invisível, pois eram ressaltados os atores ou os sujeitos da ação, mesmo que muitas “atrizes”<sup>4</sup> tinham um papel fundamental na organização dos mesmos.

As primeiras lutas do movimento feminista no país foram em prol do reconhecimento

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pela autora Maria da Glória Gohn, no texto Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Dossiê publicado na Revista Política & Sociedade. N. 11 – outubro de 2007.*

das mulheres como cidadãs, incluindo a conquista do voto, acesso à educação, à habitação, leis trabalhistas entre outras. No início, os movimentos centrados nas questões femininas foram chamados “movimentos de mulheres” e não “feministas”, pelo fato de agruparem exclusivamente mulheres e suas lutas dizerem respeito à esfera da reprodução. As principais mobilizações eram relacionadas ao cotidiano doméstico ou familiar, como por exemplo, o movimento contra a carestia, o da panela vazia (ou custo de vida), pela construção de creches, pela melhoria na saúde pública, entre outros (SOUZA-LOBO, 1991).

Com o passar do tempo, a participação das mulheres nos movimentos políticos, entre eles “o movimento pela anistia” foi determinada pela necessidade de abrir novos espaços para a prática política, em decorrência dos limites institucionais impostos pela ditadura militar. Elizabeth Souza-Lobo (1991), ressalta que, nos “anos de terror”, a reconstrução e fortalecimento da sociedade civil foi possível graças à redes subterrâneas de sociabilidade, como as experiências de vida e do cotidiano compartilhadas nas Comunidades Eclesiais de Base, nos grupos de mães e outros grupos informais, onde as demandas e necessidades das mulheres se confundiam com o desejo de mudar de vida e repensar as relações familiares.

Esse tipo de inserção foi possibilitando a formação de um sujeito coletivo, ou seja, as práticas de mulheres agrupadas, quer seja nos “clubes de mães”, quer nos espaços públicos reivindicando estrutura para os bairros de periferia, quer nas relações familiares assumindo responsabilidades de manutenção, lutando contra a submissão, opressão e violência, foram rompendo com seu papel tradicional no espaço privado. Desse processo surgiram as “militantes”, que se engajaram nas práticas políticas, interpelando a questão dos direitos e cidadania das mulheres e criando os “coletivos feministas”, configurando-se a partir de 1970, em movimentos feministas. (SOUZA-LOBO, 1991)

O movimento de mulheres no Brasil sempre foi heterogêneo, variando de acordo com as especificidades regionais, com o momento histórico, e com o que define as demandas e necessidades das mulheres envolvidas. Um exemplo que merece ser citado no país é o Movimento das Mulheres Camponesas, que iniciou sua luta de forma autônoma e tem como pauta a luta por direitos das mulheres do campo. Suas principais demandas são: a luta por reforma agrária; a conquista do salário maternidade; dar visibilidade a sua condição de mulheres trabalhadoras do campo; e trabalhar a “identidade camponesa”, principalmente junto aos jovens que reiteradamente tem abandonado o campo, vindo para as cidades. (LUSA, 2009)

Portanto, o movimento de mulheres, seja no campo ou na cidade, continua numeroso, e suas demandas tais como: “mais vagas nas creches ou nas escolas”, “melhor atendimento em Postos de Saúde”, “fim da violência contra a mulher”, “terra para trabalhar”, “divisão

sexual do trabalho” e outros, trazem substratos para as feministas, ou para os movimentos feministas tornarem públicas essas demandas e necessidades, inclusive a partir de reflexões e análises no mundo acadêmico.

Ao perguntarmos se há uma diferença entre “movimento de mulheres” e “movimento feminista”, não é possível responder de forma afirmativa, pois o que ocorre entre ambos é uma relação de complementariedade, ou seja, é praticamente impossível falar de um, sem falar do outro.

Entretanto, vale advertir que a maioria das mulheres ainda prefere dizer que participa do “movimento de mulheres” e não do “movimento feminista” pelo medo e insegurança relacionados ao preconceito, ao estereótipo criado pela sociedade sobre o que representa ser feminista. Quando questionadas se são feministas, a resposta que obtemos de algumas mulheres, geralmente, é “feminina sim, feminista não”.

Consideramos importante desconstruir esse preconceito trazendo a concepção sobre movimento feminista na qual acreditamos: caracteriza-se como um movimento sócio-cultural, que tem como principais bandeiras de luta a equidade, a justiça, a garantia dos direitos, da cidadania, especialmente das mulheres.

Ao longo de sua história, o movimento feminista tem denunciado a opressão sofrida pelas mulheres, tornou pública a dominação masculina, questionou as estruturas de poder na sociedade (Lisboa, 2010). As feministas destacam também que a opressão de gênero, classe, etnia, atravessou as mais diversas sociedades, e perdura até os dias atuais. De acordo com Teresa Kleba Lisboa, 2010,

o Feminismo tem como pressuposto ético-político denunciar que um conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural” (por exemplo, a heterossexualidade, a maternidade), engendram práticas opressivas e discriminatórias, causando sofrimento para as pessoas que fogem do padrão de “normalidade” estabelecido. Os estudos feministas propõem, ainda, desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade, com base na tese de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina (LISBOA, 2010, p.69)

É possível afirmar que, tanto o movimento de mulheres quanto o movimento feminista são movimentos sócio-políticos e culturais, que exerceram e continuam exercendo grande influência nas atuais conquistas das mulheres.

### 2.2.1 - A repercussão das vertentes do Movimento Feminista brasileiro na conquistas dos direitos das mulheres

As ações e lutas coletivas das feministas brasileiras datam do final do século XIX e início do século XX, período de inúmeras mudanças, tanto políticas, como econômicas e sócio-culturais no Brasil. Um exemplo dessas mudanças foi a “Semana de Arte Moderna”<sup>5</sup>, um grande movimento cultural, que “estremeceu” a sociedade paulistana, ao apresentar o novo, a liberdade, a ruptura com o conservadorismo. Outro acontecimento foi a Revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas no poder, presidente que mais tarde promulgou a Constituição do Brasil. Todos esses acontecimentos permitiram um avanço dos movimentos sociais, entre eles o feminista, na luta por seus direitos (PINTO, 2003).

No Brasil da última década do século XIX e das primeiras décadas do século XX começavam a surgir movimentos de opinião à revelia do pacto oligárquico que se reproduzia sem maiores problemas no poder. E, mais importante, havia espaço para que eles se gestassem. Havia um ambiente internacional, mas também uma sociedade que se urbanizava e começava a pôr em xeque o excludente pacto oligárquico por meio da manifestação de pequenos grupos capazes de tornar públicas suas idéias e demandas. E as mulheres, sem dúvida, faziam parte desse movimento, quer fossem da elite ou da classe operária (PINTO, 2003, p. 39).

Céli Pinto, 2003, ressalta que no Brasil é possível identificar, concomitantemente, três vertentes de feminismo. A primeira vertente é a que tem como questão central “considerar a mulher como portadora de direitos políticos”, tendo como líder, Bertha Lutz. A principal conquista das integrantes dessa vertente foi a aprovação do novo código eleitoral, em 1932, que incluiu o direito das mulheres, de votarem e serem votadas.

A segunda vertente, chamada de feminismo difuso, se expressa nos manifestos da imprensa feminista alternativa, defendendo questões como o acesso a educação, direitos reprodutivos e divórcio. Francisca Senhorinha Motta Muniz foi à primeira mulher a fundar um jornal no Brasil: *O sexo feminino*, instituído em 1873. Em um dos números do referido

---

<sup>5</sup> A Semana de Arte Moderna, realizada entre 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos e teve como objetivo renovar o ambiente artístico e cultural da cidade. Esse era o ano em que o país comemorava o primeiro centenário da Independência e os jovens modernistas pretendiam redescobrir o Brasil, libertando-o das amarras que o prendiam aos padrões estrangeiros. Seria, então, um movimento pela independência artística do Brasil. Fonte: [http://www.pitoresco.com.br/art\\_data/semana/index.htm](http://www.pitoresco.com.br/art_data/semana/index.htm)

Jornal, Francisca escreveu um artigo intitulado “O que queremos? Entre outros itens que mencionava estavam: *“queremos a nossa emancipação; queremos reaver nossos direitos perdidos; queremos conhecer os negócios do nosso casal para bem poder administrá-los; queremos ser companheiras dos nossos maridos e não escravas (...) só o que não queremos é continuar vivendo enganadas”*”<sup>6</sup>.

Para a jornalista, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. “Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação” (Pinto, 2003, pág. 31). Vale destacar que muitos outros jornais feministas surgiram no Brasil, e que essas mulheres eram em sua maioria, pertencentes à elite e freqüentaram escolas no exterior, portanto, possuíam condições intelectuais. Na época, os jornais era um dos poucos meios de divulgação e desempenharam importante papel nas lutas feministas, pois publicizavam demandas das mulheres que iam além do voto, ou seja, denunciavam a opressão vivida pelas mesmas.

A terceira vertente acompanhou o movimento anarquista, e posteriormente o comunista, fazendo parte dela, mulheres trabalhadoras e intelectuais que defendiam a libertação da mulher de forma radical. Suas lutas foram centradas na exploração do trabalho feminino e sua principal representante foi Maria Lacerda Moura. Entre as principais preocupações das integrantes estavam os problemas que a industrialização e a urbanização traziam para a vida das mulheres (Pinto, 2003).

Essas vertentes, de forma concomitante, questionavam a sociedade patriarcal, os costumes e a moral, o cotidiano, as leis e todas as formas de opressão contra as mulheres, como afirma Jaqueline Pitanguy, 2003:

O feminismo questionava os alicerces culturais nos quais se assentava a desvalorização do feminino, expressa em leis, em práticas, em linguagens simbólicas e chamava a atenção para o fato de que, ao longo da nossa história, a hierarquia e a desigualdade permearam as relações de gênero, constituindo um elemento fundamental na organização do poder e nos sistemas de valores que alicerçavam os conceitos de masculino e de feminino em nossa sociedade (PITANGUY, 2003, p.26).

O movimento feminista no Brasil adquiriu maior visibilidade na década de 1970, durante a ditadura militar, quando passou a lutar pela redemocratização do país mostrando sua indignação frente à perseguição, tortura e opressão que muitas mulheres sofreram. Esse período foi um dos momentos mais críticos do movimento, pois nessa época qualquer movimento social era considerado ilegal, conseqüentemente, perseguido e criminalizado. Muitas mulheres que enfrentaram a opressão do regime militar correram o risco de serem

---

<sup>6</sup> Publicado em *O Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873

exiladas, presas ou até mortas. Conforme Maíse Caroline Zucco, 2008:

A ditadura militar associava o feminismo ao comunismo; devido às medidas tomadas pela URSS quanto a descriminalização do aborto, a concessão ao divórcio e ao incentivo à libertação das mulheres; tomando ambos como uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade. No mesmo sentido, a esquerda considerava as reivindicações do feminismo secundárias em meio à necessidade de redemocratização do país, abafando a representatividade social das reivindicações em favor das mulheres (ZUCCO, 2008, p. 01).

Foi a partir do movimento *Diretas Já* e da transição democrática no Brasil, que o movimento de mulheres passa a exigir a criação de um órgão responsável pelas políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres. Em agosto de 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que exerceu papel preponderante no processo da Constituinte de 1988 com os lemas: *Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher* e *Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher*.

Apesar de constar na Constituição brasileira “igualdade de princípios entre homens e mulheres”, a Carta Magna refletiu uma tímida problematização das diferenças relacionadas aos direitos trabalhistas das mulheres, deixando em aberto questões específicas das mulheres, que refletem relações construídas com base em uma diferença biológica revertida em desigualdade social, cristalizando relações assimétricas de poder ainda vigentes em toda a sociedade.

## 2.2.2 - A inserção das mulheres catarinenses nos processos sócio-organizativos

Em Santa Catarina, o movimento feminista passou a ser mais expressivo na década de 80, após o I Encontro Estadual da Mulher Catarinense, que aconteceu em Itajaí, onde mais de 500 mulheres se reuniram para debater temas relevantes sobre a condição feminina, como por exemplo, a saúde, o trabalho, e a relação da mulher com a sociedade. Participaram deste evento, promovido por diferentes entidades, vários representantes políticos, apesar do caráter suprapartidário que pretendeu enfatizar. Após esse encontro, foram formadas comissões de trabalhos e realizadas manifestações alusivas ao dia 08 de março, em diversos municípios (CASTILHOS; LUNA, 2004).

Em agosto de 1981, aconteceu o II Encontro Estadual da Mulher Catarinense, desta vez em Chapecó. A pauta do evento ampliou-se e foram discutidos temas como: custo de vida



(carestia), vagas para creches, igualdade no mundo do trabalho, desemprego, reforma agrária, saúde, exploração do corpo da mulher nos meios de comunicação, educação, entre outros. Em decorrência dessas movimentações, o feminismo foi se fortalecendo em Santa Catarina, surgindo novos grupos, com posicionamentos políticos definidos e pautas de luta. Os dois grupos mais importantes que se formaram, nessa época, em Florianópolis foram: o *Coletivo Feminista Amálgama* e o *Grupo Feminista Vivências* (CASTILHOS; LUNA, 2004).

Conforme Maíse Caroline Zucco, 2008, os movimentos feministas em Santa Catarina podem ser classificados em: partidários, vinculados à Igreja Católica e autônomos. Dentre os autônomos, destacam-se a Associação Catarinense de Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, o Coletivo de Mulheres Amálgama, o Grupo Feminista Vivências, a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina e a Associação Catarinense em Defesa da Mulher. Já entre os grupos vinculados à Igreja Católica, pode-se citar os Clubes de Mães e as Pastorias Sociais, e entre os partidários, a Ação Democrática Feminina e o PMDB Mulher. “Com características bastante diversificadas, essas formações estiveram submetidas às decisões partidárias, possuíam caráter de grupo de reflexão, estavam vinculados à grupos de atuação nacional ou reivindicavam direitos trabalhistas” (ZUCCO, 2008, p. 02).

Nos anos seguintes continuaram as manifestações, lutas e comemorações do dia Internacional da Mulher por todo o Estado, e essas movimentações ganharam espaços na mídia bem como na agenda política. No final da década de 1980, ocorreu o primeiro passo para a institucionalização do movimento feminista: foi criada a Casa da Mulher Catarina, formada por um grupo de feministas, que continua atuante na área de pesquisas e projetos voltados para as mulheres.

Em Santa Catarina também nasceu o Movimento de Mulheres Camponesas, que tem se projetado em nível nacional, de acordo com Mailiz Gariboti Lusa, 2009,

Foi esta experiência construída pelas mulheres agricultoras do oeste catarinense que contribuiu para o surgimento de inúmeros grupos de mulheres do campo em vários estados brasileiros, que aos poucos foram se vinculando ao Movimento e, nele, fortalecendo discussões políticas, lutas e pautas de reivindicações frente à sociedade e ao Estado (LUSA, 2009, s/p).

Pode se afirmar que o feminismo em Santa Catarina obteve inúmeras conquistas, e continua atuando com vistas à emancipação e autonomia dos movimentos de mulheres. De acordo com Clair Castilhos e Elizabeth Luna, 2004, “as bandeiras de lutas transformaram-se assim, em propostas de políticas públicas, com ações propositivas e planejadas, para intervenção e ação nos vários espaços de poder” (pág. 9). “É sem dúvida, um novo momento, menos encantador e menos libertário, mas, quem sabe, socialmente necessário”

(CASTILHOS; LUNA, 2004, p. 9).

### ***2.3 - O Movimento Feminista e a Implantação dos Conselhos de Direito da Mulher no Brasil***

O movimento feminista no Brasil passa a adquirir visibilidade após o decreto da Organização das Nações Unidas – ONU, que declarou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”. Mesmo durante a ditadura militar, a partir da referida proclamação, os movimentos feministas ganharam mais expressão e passaram a exercer um papel significativo no processo da constituinte, conforme assinala Zucco,

A concretização de parte da luta dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas estaria ocorrendo na Constituição de 1988, que abarcou um grande número de reivindicação que durante a ditadura fizeram parte da pauta desses grupos (ZUCCO, 2008, p. 01).

Ao longo da década de 1980, a volta à normalidade política, levou as feministas a se dividirem entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido do Movimento Democrático. Surgem também fortes grupos feministas temáticos entre os quais os que passaram a tratar da violência contra a mulher e a sua saúde. Ainda nessa década houve espaço para o surgimento e desenvolvimento do “feminismo acadêmico”, ancorado na Fundação Carlos Chagas em São Paulo, realizando pesquisas em várias Universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher.

A partir do empenho do movimento feminista nessa época, as mulheres passaram a ganhar mais visibilidade na esfera pública e na vida política. Ocuparam espaços de forma estratégica, com vistas a propor, elaborar, fiscalizar e executar políticas públicas, de modo a garantir o recorte de gênero nas mesmas. A “perspectiva de gênero” passa a atribuir novos significados sobre a realidade das mulheres, pois conforme Teresa Kleba Lisboa e Daniele Manfrini (2005),

A perspectiva de gênero exige uma nova postura frente à concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, colocando em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produtos da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, raça, etnia, geração que se exercem sobre a mulher configuram uma superposição de domínio. (LISBOA; MANFRINI, 2005, p.71).

O esforço de incluir as mulheres na agenda pública, e conscientizá-las sobre a

importância da participação na luta pelos direitos, foram essenciais para as suas conquistas. Principalmente, porque as decisões públicas, bem como as políticas públicas, que afetam as mulheres são na grande maioria, propostas e elaboradas por homens, e nestas, emergem as suas preferências e não as necessidades das mulheres (LISBOA; MANFRINI, 2005).

Foi nesse período que as mulheres passaram a ocupar espaço junto a sociedade civil e eram a maioria nas ações coletivas públicas. A relação do feminismo com o campo político aconteceu em três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional, por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política (PINTO, 2003). A partir de então, as mulheres conseguiram penetrar no espaço público, até então, considerado exclusivamente masculino.

De acordo com Maria da Glória Gohn, 2003,

Na década de 1980, a mulher ganhou espaço nas políticas públicas: surgiram os primeiros conselhos da Condição Feminina, os SOS Mulher, as delegacias da Mulher. Movimentos sociais e ONGs emergiram e consolidaram-se em inúmeros eventos, nos congressos da mulher trabalhadora etc. A mulher assumiu-se como militante nos movimentos, partidos e sindicatos e deixou os departamentos femininos como capítulos de uma história do passado (Gohn, 2003, p. 51).

O encontro entre o movimento feminista e o campo político trouxe uma problemática fundamental: ou o movimento se atrelava a um partido o que representaria uma ameaça a sua unidade; ou mantinha-se unido e limitava a sua participação política à pressão (controle social). A institucionalização acabou acontecendo e sua forma mais visível foi a dos Conselhos da Condição da Mulher. O primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil foi o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo oficializado pelo decreto de abril de 1983, pelo então governador do PMDB, Franco Montoro.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, foi resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas Já, em 1983. Ele nasceu sob a égide dos grandes encontros e conferências feministas, como por exemplo, a Conferência Mundial sobre os Direitos da Mulher realizada no México, em 1975, onde os Estados membros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, aprovaram um Plano de Ação Regional analisando as demandas constantes das últimas décadas em matéria de desenvolvimento institucional. Já em 1985 aconteceu a Conferência Mundial sobre a Mulher em Nairóbi, onde foram aprovadas estratégias de ação para o futuro, visando o avanço da Mulher até o ano 2000 (MONTAÑO, 2003).

O CNDM foi criado junto ao Ministério da Justiça, com orçamento próprio, ou seja,

com autonomia financeira e administrativa. Legalizou a participação do movimento de mulheres, através de seu caráter deliberativo, implantando uma forma de fazer política onde a sociedade civil teve um grande papel de protagonista. Sonia Montañó, 2003, afirma que o caráter deliberativo do Conselho esteve presente desde sua criação, enquanto que outros conselhos existentes no Brasil o assumiram somente nos anos noventa,

(...) era a primeira vez que, na região, feministas autônomas - no sentido de atuar a partir de uma identidade coletiva sem subordinar-se aos partidos políticos - ocupavam os espaços público- estatais para propor, formular e executar políticas inspiradas na visão feminista e desenvolveram estratégias de ação positiva em benefício da igualdade entre homens e mulheres (MONTAÑO, 2003, p. 09).

Segue abaixo um quadro<sup>7</sup> comparativo das constituições brasileiras com os principais direitos das mulheres conquistados ao longo dos anos, em cada constituição que o Brasil teve.

<b>QUADRO COMPARATIVO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS</b>	
<b>Constituição</b>	<b>Direitos das Mulheres</b>
Constituição de 1824	- Cidadão era só homem. A mulher não podia votar, nem ser eleita, e não podia ser funcionária pública.
Constituição de 1934	- Proibiu diferença de salários para um mesmo trabalho por motivo de sexo; Proíbe o trabalho de mulheres em indústrias insalubres; Garante assistência médica e sanitária à gestante e descanso antes e depois do parto, através da previdência social.
Constituição de 1937	Manteve as conquistas das constituições anteriores e acrescentou o direito a voto para as mulheres;
Constituição de 1946	-Proibiu a diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; - Previdência Social mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte. Representou um retrocesso para as mulheres quando elimina a expressão “sem distinção de sexo”, quando diz que “todos são iguais perante a Lei”

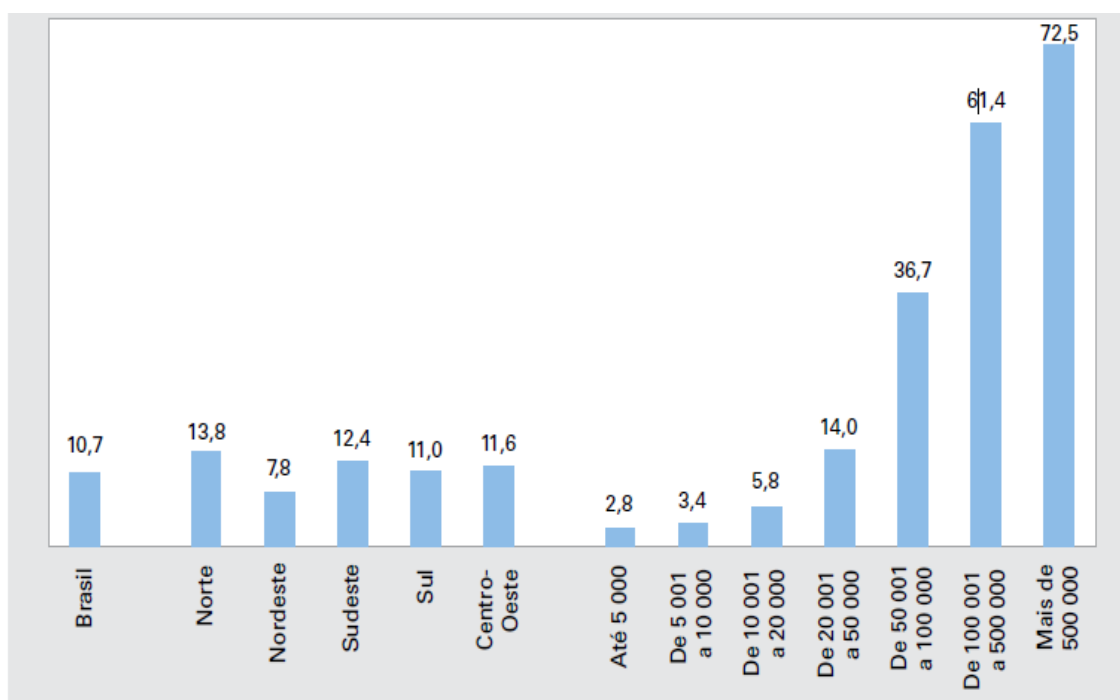
<sup>7</sup> Quadro adaptado do livro “A Mulher e a Constituinte – Uma contribuição ao debate” de Silvia Pimentel, e da Revista “Gênero de onde vens, para onde vais?”, uma publicação da Escola Sul, produzida pelo núcleo temático de Gênero. Sem data.

Constituição de 1967	O único avanço no tocante à condição da mulher foi à redução do prazo para a aposentadoria, de 35 para 30 anos.
Constituição de 1969	Não houve alterações com relação aos direitos da mulher, porém qualquer pessoa podia ser presa, torturada ou exilada, caso não concordasse com o governo.
Constituição de 1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho, na família.</li> <li>- Proibição de tortura, tratamento desumano ou degradante; inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da casa;</li> <li>- Permanência presidiária com seus filhos durante o período de amamentação; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 6 anos de idades em creches e pré-escolas.</li> <li>- é reconhecida a união estável entre homem e a mulher como entidade familiar; a família pode ser formada por qualquer dos pais e filhos; o planejamento familiar é de livre decisão do casal; O Estado criará mecanismo para coibir a violência familiar;</li> <li>- a mulher passa a ter direito ao título de domínio e a concessão de uso da terra, independente de seu estado civil, tanto na área urbana como rural.</li> </ul>

Ao analisar este quadro, constata-se que tivemos conquistas, porém, sem deixar de ser lentas e que muitas vezes ainda são desrespeitadas. É visível que o protagonismo feminino foi essencial, ao propor ações com a finalidade de mudar as relações desiguais na nossa sociedade. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, no Brasil, já existem em funcionamento 22 Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres e 39 Secretarias e/ou Coordenadorias da Mulher.

Segundo os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC<sup>8</sup>, o Brasil contava, em 2009, com 594 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, o que representa 10,7% do total de municípios existentes. Do ponto de vista regional, são os municípios do norte aqueles que, proporcionalmente, possuem mais Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher: 13,8%. Em seguida estão os municípios do Sudeste (12,4%), do Centro-Oeste (11,6%), do Sul (11,0%) e, por fim, os do Nordeste (7,8%). O gráfico abaixo demonstra o percentual, dos municípios com Conselhos de Direitos da Mulher, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios em 2009.

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2009/munic-2009.pdf>



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Nota: As classes de tamanho da população dos municípios têm por base as estimativas de população residente nos municípios em 1<sup>a</sup> de julho.

Ao compararmos o número de Conselhos dos Direitos da Mulher - 594, com o número de municípios que o Brasil possui 5.562, percebemos que ainda existem poucas iniciativas de criação desses órgãos representativos. Ao confrontarmos esses dados com os dados do Cadastro Nacional dos Conselhos de Saúde<sup>9</sup>, constata-se uma diferença significativa: os Conselhos Municipais de Saúde somam 5.091, ou seja, quase todos os municípios do Brasil têm esse importante instrumento de luta. Vale ressaltar que não estamos desvalorizando um ou outro conselho, e sim indicando que é possível ampliar o número desses espaços de controle social.

Reafirmamos a importância da criação de Conselhos dos Direitos da Mulher em mais municípios do país, que possam deliberar e serem efetivos em relação às demandas de políticas públicas de gênero. Como afirma Sonia Montañó, 2003, “Precisamos seguir construindo marcos de institucionalização de práticas feministas na gestão pública, condizentes com o projeto feminista de democracia, justiça, igualdade e autonomia para todas as mulheres” (MONTAÑO, 2003, p. 12).

<sup>9</sup> Fonte: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_cadastro/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_cadastro/index.html)

## **2.4 – Caracterizando os Conselhos de Direito**

A constituição de 1988 proclamou a expansão dos direitos e das políticas sociais, possibilitando a criação de espaços de participação política e controle social por parte da sociedade civil, como os conselhos de direitos, fóruns, conferências, que formam a esfera pública que auxiliam o Estado em sua administração. Neste trabalho vamos adentrar somente na temática dos conselhos de direito, por se tratar do objeto de estudo durante o período de estágio acadêmico.

Em tese, os conselhos de direito, são uma forma legítima de participação da sociedade nas ações governamentais, ou seja, através de um processo democrático, a sociedade define em conjunto com o governo, encaminhamentos e soluções para as suas demandas.

Com o avanço do neoliberalismo, os conselhos se tornaram ferramentas importantíssimas na luta contra a privatização e contra o desmonte das políticas sociais. São espaços públicos com composição plural e paritária, onde participam organizações da sociedade civil e agências do Estado, portadoras de interesses e valores não apenas distintos, mas por vezes antagônicos. De acordo com Lígia Helena Lückmann e Carla Cecília Almeida, 2010,

Os Conselhos são instâncias de discussão e deliberação de políticas públicas, amparadas por legislação nacional e que apresentam um desenho institucional estruturado e sistêmico, podendo atuar nas três esferas governamentais (município, estado e união). Suas atribuições são legalmente determinadas e incidem na formulação, implementação e fiscalização das políticas na respectiva esfera governamental onde atuam (LUCHMANN; ALMEIDA, 2010, p. 89).

Surgiram com a Constituição Federal de 1988 a partir da mobilização dos grupos organizados da sociedade civil, e a partir de questionamentos tanto do padrão centralizador, autoritário e excludente que vinha marcando a relação das agências estatais e benefícios das políticas públicas, quanto ao questionamento da capacidade do Estado de responder as demandas sociais (Tatagiba, 2002). Vêm se configurado como,

espaços estratégicos de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, proporcionando um processo de interlocução permanente que ora objetiva a proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debates públicos, e ora visa o estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação, permitindo a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal, para transformá-la para, assim, exercer o controle socializado das ações e deliberações governamentais (SOUZA, 2008. p. 18)

A definição de controle social se dá a partir da relação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. Em uma democracia participativa um dos principais canais são os Conselhos de Direitos, que por sua vez exercem o controle social. É através deste, que a sociedade se envolve no exercício da reflexão crítica, da discussão e politização sobre problemáticas que afetam o cotidiano. De acordo com Maria Inês Bravo, 2002,

Historicamente a categoria controle social foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. É nessa acepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, ou seja, no seu sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Esta última concepção de controle social tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o aprofundamento do debate referente à democracia (BRAVO, 2002 p. 45).

O maior desafio é que a sociedade reconheça o controle social como um direito inscrito na constituição de 1988, que garante a participação da população na proposição, implementação, e fiscalização de políticas sociais. Parafraseando Maria Emília Ferreira, podemos afirmar que é a partir desse exercício de controle social que surgem novas propostas de ação, fazendo com que as políticas sociais sejam elaboradas e reelaboradas (FERREIRA, 2004).

## ***2.5 – O Processo de Criação do COMDIM – Uma história de lutas***

*"Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem."*

*(Rosa Luxemburgo)*

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis foi uma conquista dos movimentos feministas e de mulheres, que nos últimos 20 anos tem enfrentado muitos desafios para que ele pudesse ser reconhecido e aprovado. Neste item vamos discorrer brevemente sobre o processo que ocorreu entre a primeira proposta de criação do Conselho Municipal da Condição Feminina (1987) e a aprovação da revisão da lei que colocou em funcionamento o atual Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (2007).



*2.5.1 – Criação do Conselho Municipal da Condição Feminina - Lei 2.598 de 16 de junho 1987.<sup>10</sup>*

Pouco se sabe sobre o contexto histórico da criação do primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina em Florianópolis. Presume-se que as pioneiras desse instrumento estivessem ligadas ao Partido de Mobilização Democrática do Brasil (PMDB), dada a vinculação do então prefeito Edson Andrino, que por sua vez, incentivou um grupo de mulheres que já estavam motivadas a se organizarem. Integrantes desse movimento também fariam parte do “feminismo acadêmico”, com participação de professoras e pesquisadoras da Universidade.

Depois de exaustivo levantamento, localizamos uma cópia da Lei nº 2.598, (Anexo II) constatando que a 16 de junho 1987, na gestão do então prefeito Edson Andrino, foi instituído em Florianópolis, o Conselho Municipal da Condição Feminina - CMCF. Em seu artigo 1º, reza que o conselho foi criado “com o objetivo de promover ações capazes de eliminar a discriminação da mulher e assegurar-lhe participação efetiva nas atividades políticas, econômicas e culturais”.

De acordo com o artigo 3º da referida lei, o CMCF tinha como “atribuições:

- I – desenvolver programas e projetos no âmbito da administração municipal, no sentido de eliminar a discriminação da mulher e incentivar sua participação política, econômica, social e cultural;
- II – elaborar estudos e pesquisas relativas aos problemas inerentes à condição feminina; III – propor medidas visando à eliminação de todas as formas de discriminação identificadas;
- IV – fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; V – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher, exigindo providências efetivas;
- VI – promover o inter-relacionamento com os grupos de mulheres;
- VII – firmar convênio com entidades públicas e privadas, com objetivo de implementar programas do Conselho”.

Já no artigo 4º define que “para o cumprimento de suas finalidades o CMCF compõe-

---

<sup>10</sup> Considerando a escassez de informações históricas sobre o primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina, optamos por fazer uma contextualização histórica baseada no relatório de atividades da comissão especial do conselho municipal da condição feminina – 08 de março a 24 de Maio de 1994 (Anexo I) e na lei nº 2.598 de 16 de junho 1987.

se dos seguintes órgãos: I – Conselho deliberativo; II – Diretoria; III – Assessoria Técnica.

O artigo 5º define que o Conselho será composto por onze integrantes e quatro suplentes, dos quais cinco conselheiras e duas suplentes serão representantes da administração municipal, e seis conselheiras e duas suplentes serão representantes indicadas pelos grupos de mulheres. Este primeiro Conselho Municipal da Condição feminina ficou em atividade por três anos, sendo desativado no governo de Esperidião Amim.

Outro processo organizativo em torno da reativação do Conselho Municipal da Condição Feminina se formou alguns anos depois, na administração popular de Sérgio Grando. De acordo com Carreirão, 2009,

A “gestão popular” havia implementado algumas mudanças de prioridade nas políticas públicas, enfatizando pequenas obras e serviços para os morros e bairros periféricos, incluindo, entre outras medidas, linhas de ônibus, “cestões do povo”, asfaltamento de ruas (decidido pelas comunidades através do Orçamento Participativo)... (CARREIRÃO, 2009, p. 49).

Um grupo de mulheres que se autodenominou “Grupo Bruxa Fala”, a partir de 1993 protagonizou uma articulação entre representantes de vários segmentos da sociedade, que se reuniam esporadicamente para discutir propostas de eventos que marcassem os dias 8 de março e 25 de novembro, elaboraram um projeto de Casa Abrigo para mulheres em situação de violência e se dispuseram a formar uma comissão para pensar a reativação do Conselho Municipal da Condição Feminina<sup>11</sup>.

Fruto desse processo, no dia 08 de março de 1994, o então prefeito Sérgio Grando assinou o decreto nº 056/1994, que instituiu uma Comissão Especial, formada por onze mulheres, que tinham como objetivo reorganizar o Conselho Municipal da Condição Feminina de Florianópolis. Essa comissão era formada pelas seguintes integrantes: Clair Castilhos Coelho, Mariane Maier, Sonia Mara Cachoeira, Clara Abramovich, Maria Margarida Barbosa Sampaio, Rosa Couto, Sandra Ramos, Maria de Fátima Marques da Silva, Vera Lúcia Fermiano, Neuza Freire Dias e Cleide Boell Pimentel.

Essa comissão continuou realizando atividades referentes as demandas das mulheres, elaboraram uma proposta de regimento interno, procuraram assessorar-se junto a outros conselhos da condição feminina, porém, não conseguiram efetivar-se em função do término da gestão do prefeito Sérgio Grando e conseqüente passagem de gestão administrativa para a então prefeita municipal, Ângela Amim.

Em 2007, exatamente 20 anos depois, o movimento de mulheres de Florianópolis

---

<sup>11</sup> Depoimento pessoal da Prof.a Teresa Kleba Lisboa que na época (1993-1996) participou como integrante desse grupo.

conseguiu articular novamente uma nova comissão de representantes institucionais, para retomar a proposta de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

#### *2.5.2 – A implementação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no ano 2008*

Em 12 de Fevereiro de 2007, na administração do prefeito Dário Berger, foi instituído o decreto nº 4683, que criou uma comissão de trabalho para rearticular o Conselho Municipal da Condição Feminina, formada pelas seguintes integrantes: Arilda N. P. Cerqueira, Carmem Lúcia Luiz, Simone Lolatto, Maria Dealtina Pereira, Luciana Pereira da Silva, Elizabete Maria Silveira Goulart, Kátia Ribeiro Freitas e Teresa Kleba Lisboa.

Os trabalhos dessa comissão culminaram com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM de Florianópolis, em 22 de julho de 2008 pela Lei nº7682 (Anexo III). Depois de praticamente um ano de encontros (plenárias) para elaborar seu Regimento Interno, esse define em seu artigo 1º que o conselho é “órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas”.

Sobre as competências e atribuições do COMDIM, a lei define no Artigo 3º que o COMDIM deve:

- I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de equidade;
- II - propor estratégias de monitoramento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo de diretrizes das políticas de equidade, desenvolvidas em âmbito municipal;
- III - apoiar a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social na articulação com outros órgãos da administração pública municipal, estadual e federal;
- IV - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, inclusive em âmbito

doméstico, familiar, comunitário e a praticada ou permitida pelo Município, por meio de seus agentes;

V - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências cabíveis;

VI - promover e participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

VII - propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública;

VIII – articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;

IX - articular-se com os movimentos de mulheres e outros conselhos de direitos e/ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social;

X - propor campanhas de prevenção primária, secundária e terciária à violência contra a mulher.

O artigo 4º define que a composição do Conselho contará com dezesseis membros e respectivas suplentes, respeitados os seguintes critérios: oito mulheres representantes de entidades governamentais do Município e oito suplentes; oito mulheres integrantes efetivas e oito suplentes representantes da sociedade civil organizada.

De acordo com o Artigo 7º, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher compor-se-á dos seguintes órgãos: I - Assembléia Geral; II - Mesa Diretora; III - Secretaria Executiva.

Ao compararmos as duas leis – a que cria o Conselho Municipal da Condição Feminina, em 1987, e a do Conselho Municipal dos direitos das mulheres, em 2007, podemos constatar algumas diferenças. Acreditamos que essas diferenças ocorrem, principalmente, pelo contexto histórico relacionado ao período em que foram elaboradas as leis, uma vez que as primeiras tentativas foram em gestões administrativas de cunho mais progressista, e a atual administração tem posicionamentos claramente conservadores.

Uma diferença marcante entre os conselhos é que o primeiro era deliberativo, ou seja, o conselho poderia influenciar diretamente na agenda governamental, e o atual conselho é apenas consultivo. O caráter consultivo foi uma imposição da atual administração, ou seja, foi repassado por representantes da Prefeitura que *“ou o Conselho dos Direitos da Mulher seria apenas consultivo, ou não haveria conselho”*. Clícia Nahra, 2006, reforça que os conselhos

municipais vivem a mercê da cultura política local.

Os conselhos municipais diferem na forma como atuam, como se constituem e como incidem na elaboração das políticas públicas, em função da legislação, mas, principalmente, em consequência da cultura política local, da correlação de forças que se estabelecem no seu interior, e também, em decorrência das forças políticas que estão no poder, que podem reforçar ou restringir a efetivação desses conselhos como instâncias participativas e deliberativas (NAHRA, 2006, p. 02).

Outra diferença entre o antigo e o atual Conselho, reconhecida como um avanço, é o caráter paritário entre as conselheiras que o de 1987 não previa; além disso, para cada titular há uma suplente, o que é muito importante para manter o quórum nas reuniões e garantir o pluralismo, uma vez que titulares e suplentes podem comparecer juntas as assembléias. Outro avanço é o aumento do número das conselheiras, antes eram onze titulares e mais quatro suplentes; já o atual regimento interno prevê dezesseis conselheiras titulares e dezesseis suplentes, o que garante a pluralidade no conselho, já que existe um número maior de mulheres representando as diversas demandas femininas.

No que diz respeito às atribuições do Conselho também notamos alguns avanços uma vez que muitos técnicos que trabalham no âmbito da administração pública possuem capacitação em estudos de gênero; além disso, tem-se priorizado a realização de campanhas, estudos e pesquisas na área da mulher. Porém, a grande luta do atual Conselho é passar de consultivo para deliberativo, nesse sentido necessitamos do reconhecimento da administração municipal. Raquel Raichellis, 2000 explicita que:

O que incomoda os governos na questão dos Conselhos não é a sua existência, mas exatamente a natureza das suas atribuições, o fato de terem um caráter deliberativo garantido legalmente, pois os procedimentos são muitas vezes mais demorados e abertos ao debate e conflitos de posições por terem que passar pela aprovação dos Conselhos (RAICHELLIS, 2000, p.43).

Diante desse percurso, constatamos que o atual COMDIM está numa fase produtiva, e deverá continuar se firmando para não correr o risco de desarticulação. É importante que o trabalho do Conselho seja publicizado, que ele possa projetar-se como um espaço na esfera pública que está aberto à ampla participação da sociedade e que incentive, sobretudo, a participação das mulheres. É essencial também que as conselheiras tenham consciência do valor de suas funções, pois estão contribuindo para uma nova história no processo de criação do Conselho da Mulher em Florianópolis.

### III. DO TRABALHO BRUTO AO PRECIOSO – DESVENDANDO E COMPREENDENDO AS CONCEPÇÕES DAS CONSELHEIRAS

*Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.*

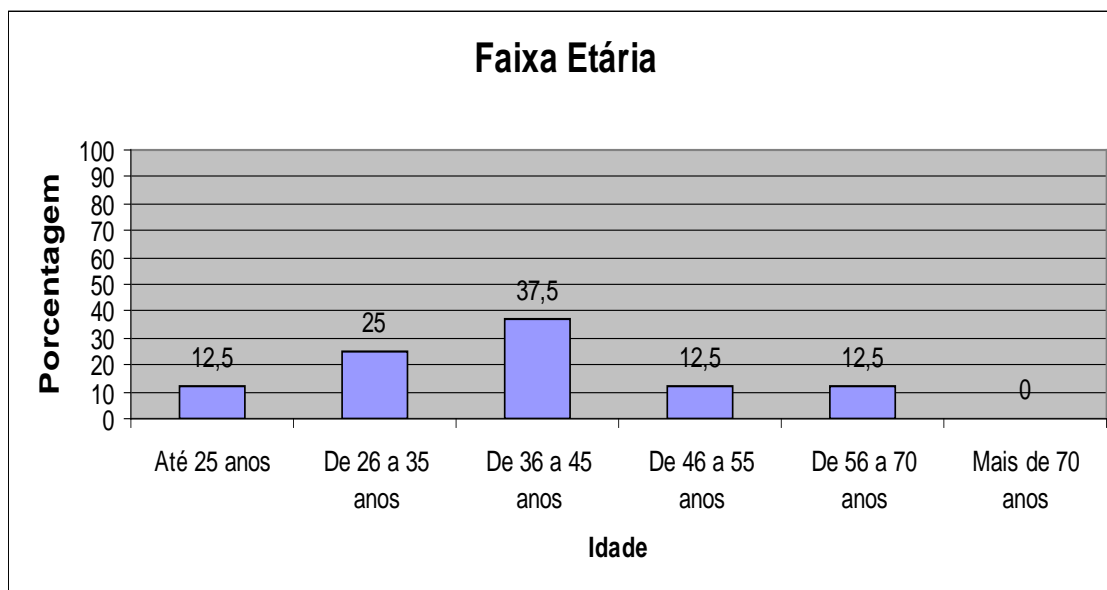
*(Simone de Beauvoir)*

A seção em tela pretende, primeiramente, trazer o perfil das conselheiras, bem como analisar o processo de representação das mesmas, o entendimento sobre suas funções junto ao Conselho e as propostas e desafios da gestão, a partir de entrevistas realizadas junto às integrantes do COMDIM. Para tanto, durante o período de estágio obrigatório da acadêmica foram realizadas entrevistas com 8 (oito) participantes, sendo que destas, 5 (cinco) são representantes governamentais e 3 (três) não governamentais. Apesar do nosso reiterado esforço para realizar entrevistas com a totalidade das Instituições representadas (dezesseis), persistindo nos agendamentos, tanto pessoalmente como via correio eletrônico ou até mesmo por telefone, o resultado alcançado foi 50% das representantes. Constatou-se que a maior receptividade e disponibilidade partiram das conselheiras governamentais.

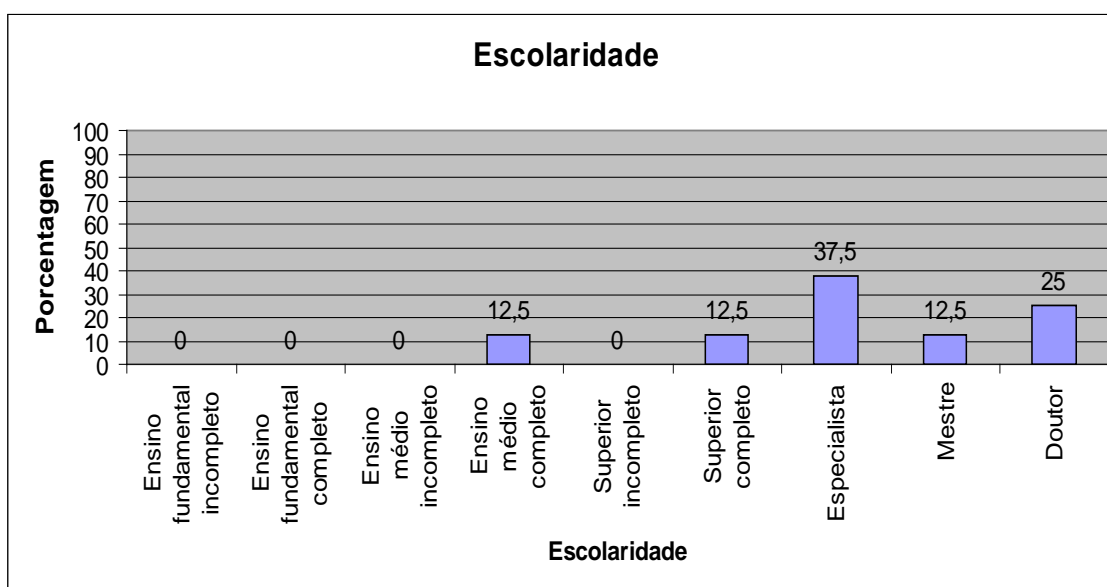
Ao final da seção analisaremos a inserção do Serviço Social junto aos Conselhos de Direito, afirmando esse espaço como uma nova possibilidade de intervenção para Assistentes Sociais.

#### **3.1 - Apresentando o Perfil das Conselheiras**

Ao analisar o perfil das conselheiras do COMDIM, podemos afirmar que o conselho é majoritariamente composto por mulheres brancas, com idade entre 36 e 45 anos, e a maioria possui nível superior ou está freqüentando um curso de graduação. Conta, também, com um bom número de conselheiras com especializações, ou pós-graduações. Apresentaremos a seguir dois gráficos que mostram respectivamente a porcentagem das conselheiras por idade, e a porcentagem de conselheiras por nível de escolaridade. Vale lembrar que a amostra é composta por oito conselheiras, sendo que, 5 (cinco) são representantes governamentais e 3 (três) não governamentais.



Constata-se que a idade que prevalece entre as conselheiras entrevistadas é a que estão entre 36 a 45 anos. Uma das conselheiras encontra-se na faixa etária de até 25 anos; duas delas possuem de 26 a 35 anos de idade; três integrantes representam a maioria entre 36 a 45 anos; uma está entre 46 a 55 e da mesma forma uma participante conta com 56 a 70 anos de idade.



O quadro acima nos mostra a realidade de muitos conselhos de direitos da mulher no Brasil, ou seja, de forma geral, as conselheiras possuem um bom nível de escolaridade, sendo que todas elas possuem Ensino Médio completo. O gráfico mostra que: uma participante do conselho tem ensino médio completo e outra o ensino superior completo; 3 integrantes possuem especialização; uma possui mestrado; e por último há uma conselheira com doutorado.

Ao analisar essa característica, destacamos a importância dos conhecimentos das integrantes, pois a partir deles, as conselheiras podem canalizar seus esforços ou para atividades de assessoria ou consultoria junto ao COMDIM, ou no processo de capacitação, emancipação e justiça social para as mulheres excluídas dos direitos mínimos.

Destarte, é essencial garantir a representação de mais segmentos de mulheres no COMDIM, como por exemplo: mulheres indígenas, agricultoras, maricultoras, donas de casa, presidiárias, assalariadas, estudantes, enfim que mais grupos de mulheres possam ser representados no Conselho de forma que suas demandas e questões também sejam discutidas e encaminhadas.

### ***3.2 - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres sob a ótica das conselheiras***

O COMDIM é uma entidade relativamente nova, possui dois anos desde a sua fundação (2008). Portanto, nessa fase inicial de implementação, as principais ações do Conselho se restringiram ao que diz respeito a sua própria estruturação – elaboração e aprovação do regimento, definição e formação de comissões temáticas, dotação orçamentária, aquisição de uma sede, equipamentos e outros. As próximas ações do COMDIM, provavelmente, deverão estar voltadas para a construção de um plano de ação, para o trabalho interno das comissões e a definição de diretrizes e políticas voltadas para os direitos das mulheres.

#### ***3.2.1 – O papel do COMDIM e sua relação com as políticas públicas de gênero***

Os Conselhos de direito no Brasil, inauguraram um novo modo de fazer política, no qual a sociedade participa e decide, juntamente com os governantes, sobre as questões que envolvem seu cotidiano. Vale ressaltar que os conselhos não governam, e nem mudam leis, mas fiscalizam, avaliam e definem ações para o governo, podendo interferir em sua agenda, exigindo transparência nos processos governamentais e a garantia dos direitos sociais (BRAVO, 2008).

Para Sell, (s/d), os conselhos se configuram como “pontes que fazem a ligação e a conexão entre o Estado e Sociedade Civil, proporcionando aos indivíduos e atores coletivos



um espaço para a prática da cidadania ativa e a participação efetiva nas decisões”. É nesse sentido que os conselhos de direito deveriam caminhar, representando as demandas da sociedade, exercendo o controle social exigindo e fiscalizando o papel do Estado e lutando pela ampliação da democracia.

De acordo com Ivanete Boschetti e Rosa Helena Stein, 2008, os conselhos podem ser organizados em torno de políticas sociais como: saúde, assistência social, ou por segmentos: mulher, pessoa idosa, deficientes físicos. Existem ainda os conselhos temáticos como os de segurança, de comunidade, de execuções penais entre outros (BOSCHETTI; STEIN, 2008).

Os conselhos são essenciais para construir uma sociedade democrática, justa e igualitária, no caso do COMDIM ele se torna imprescindível, pois os dados mostram que as mulheres ainda são as pessoas mais pobres em nossa sociedade, as mais discriminadas, violentadas, oprimidas, portanto o conselho é extremamente necessário para lutar pelos direitos femininos, e dar visibilidade as carências e demandas desse público, exigindo posicionamentos e atitudes do Estado para com as mulheres.

Com o objetivo de conhecer a concepção sobre conselhos e mais especificamente, sobre o COMDIM, nos propomos a entrevistar as integrantes deste, através da aplicação de um questionário. O resultado final foi a realização de entrevistas com de 50% das conselheiras. As principais dificuldades que se apresentaram para conceder as entrevistas foram a sobrecarga de trabalho e estarem integrando o conselho muito recentemente, devido a constantes rodízios, ou trocas de conselheiras pelas Instituições que representam.

De acordo com Sarmiento, 2005, a entrevista não é “o ato de conhecer o cliente, mas o de conhecer com ele a realidade que o desafia<sup>12</sup>”. A entrevista envolve outros instrumentais, como por exemplo, a observação, pois é preciso prestar atenção no que a pessoa não fala através das palavras, mas sim dos gestos e sinais corporais. De acordo com Selma Magalhães, 2006, “As linguagens são expressas também por gestos, olhares, tom de voz (...), o que implica atenção e cuidado do profissional no momento da entrevista. Além do mais, silêncios também são diálogos que comunicam mensagens.” (MAGALHÃES, 2006. Pág. 49)

Consideramos a experiência da aplicação dos questionários muito rica, pois, a maioria dos depoimentos trouxe elementos significativos como: a união entre as conselheiras; ações (entre Estado e Sociedade) que se complementam; o Conselho como local de articulação e integração entre as Instituições que o compõem; como uma instância que deve ocupar seu espaço dentro da Prefeitura; como um lugar de controle social e proposição de políticas públicas.

---

<sup>12</sup>A denominação de *Cliente* não é mais utilizada pelo Serviço Social, entende-se como o usuário.

Em relação a concepção sobre o conselho e sobre o papel do COMDIM uma conselheira compreende que o Estado e a Sociedade, devem caminhar juntos para que ocorra efetividade nas ações:

*“Eu acho o COMDIM um órgão muito importante pra união das ações e do que pensam enquanto prioridade, entre a sociedade civil e o governo. Eu acho que as duas concepções devem estar mais unidas, porque a sociedade civil não faz nada sozinha, como o governo não vai ter sucesso em suas ações se não conhecer a necessidade da sociedade, então, eu vejo tudo como uma ação que se contempla (...) (Conselheira A – Representante Governamental)<sup>13</sup>*

Este depoimento corrobora com a noção de Estado Ampliado de Gramsci na medida em que revela o caráter dialético ou de complementaridade entre as duas esferas: Estado e Sociedade Civil. Considerando a relação dialética existente entre essas esferas, ou seja, que ambas as esferas comportam igualmente antagonismos e reciprocidades, constata-se que o Estado desempenha, majoritariamente, uma função coercitiva na medida em que exerce seu controle sobre a sociedade realizando ações protetoras. Por outro lado, a sociedade civil também exerce o controle social sobre o Estado através de mecanismos de pressão, fiscalização e proposição de políticas públicas que venham ao encontro dos direitos da população. Nesse sentido, corrobora-se com Potyara Pereira, 2009, quando afirma que “o Estado é criatura da Sociedade, pois essa que o engendra e o mantém (e não o contrário)”. (PEREIRA, 2009, p. 292)

O depoimento a seguir revela uma concepção crítica por parte da conselheira, ao enfatizar o papel do conselho como inovador, como espaço de discussão e de respeito à pluralidade.

*“Temos ali o regimento que determina isso. Mas eu acho que o papel do conselho é discutir. (...) Mas não podemos deixar de discutir o que acontece no dia-a-dia, não podemos ter um cronograma fixo, rígido, sem atender as questões do dia-a-dia. Eu acho que é importante ter um conselho, que seja um conselho crítico, um conselho inovador, inconformado com as situações” (Conselheira D - Representante Governamental).*

Outro tema trazido pelas conselheiras é sobre a articulação do COMDIM com os diferentes grupos e organizações de mulheres. Como é um conselho voltado para esse público, é recomendável que ele se aproxime da realidade das mesmas reconhecendo seu papel de “sujeitos”, enfatizando sua participação na definição de suas demandas e necessidades, como afirma o depoimento a seguir:

*“Eu acredito que o COMDIM tenha que ser uma via pra solucionar problemas das mulheres, que dê mecanismos para que se ajude de alguma*

---

<sup>13</sup> Os nomes das Conselheiras, bem como, o nome das suas instituições foram omitidos para garantir que ninguém seja identificado e/ou prejudicado por causa das entrevistas.

*forma todas as questões relacionadas às mulheres, desde violência, geração de renda. Eu acho que tem que ser um veículo muito preparado. É um conselho “bebezinho” e a gente tem muito o que fazer, mas tem que ter essa conexão sempre com as mulheres, e não só com a nossa experiência pessoal. Mas sabendo realmente o que ta acontecendo, qual é a vontade a necessidade das mulheres, lá na rua. Eu não posso supor que uma mulher ta precisando de tal coisa. (...) Eu já observei que em muitos casos, o que a gente imagina, não fecha com que elas necessitam, porque a gente tem outro modelo de vida, outras necessidades, outras experiências, então pra quem realmente a gente ta lutando? Pra quais mulheres nós estamos fazendo alguma coisa? Eu acho que a gente tem que identificar elas, pra que a gente possa trabalhar” (Conselheira G - Representante Governamental).*

Algo que merece ser enfatizado como papel do COMDIM é a proposição de políticas públicas com perspectiva de gênero, e sua atuação na defesa dos direitos das mulheres. O depoimento abaixo, retrata essa necessidade,

*“O COMDIM tem o papel de atuar na defesa dos direitos das mulheres, garantir políticas públicas de gênero, elaborar e propor políticas públicas para as Mulheres juntamente com os segmentos legislativos e da administração pública; fazer denúncias, fiscalizar, controlar, cobrar dos órgãos gestores a execução das políticas públicas para mulheres...” (Conselheira H - Representante Não-Governamental).*

Algumas conselheiras mencionam o pouco tempo que integram o Conselho e por esse motivo, consideram que estão aprendendo, descobrindo suas funções e que na atual fase em que se encontram, é um momento de reconhecimento e integração entre as conselheiras, como podemos ver a seguir:

*“Eu to descobrindo o que é o conselho da mulher, já faço parte do conselho de saúde, direitos humanos, conselhos de AIDS, To aprendendo agora sobre o papel de um conselho da mulher (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

*“Eu acho que o primeiro papel do COMDIM seria a integração, o reconhecimento de cada um, todos se conhecerem e reconhecerem, para daí cada instituição começar a andar, e trabalhar em um mesmo sentido, eu vejo que isso acontece em outros conselhos” (Conselheira B - Representante Governamental).*

Sendo assim, considera-se essencial para o bom funcionamento do Conselho, que as integrantes se conheçam, e principalmente conheçam a instituição que cada uma trabalha isso facilita o acesso às redes sociais de apoio. Pois ao saber quais os projetos que as intuições têm, qual seu público alvo, os encaminhamentos e a solução de problemas podem ser mais rápidas e eficientes.

Outro assunto que surgiu durante as entrevistas, foi o papel do Estado e da Sociedade Civil. A conselheira a seguir possui uma visão idealizada de Estado, como aquele que desempenha suas funções de forma a não ser passível de crítica é vista nos depoimentos de duas conselheiras, como podemos ver a seguir:

*Eu não estou defendendo o governo, mas eu estou defendendo a atualidade, o que a gente vê. Então é muito mais fácil a gente apunhalar, cobrar, ir contra, é muito mais fácil. Agora, executar, você conseguir organizar as coisas para botar em prática é muito mais complicado, é muito mais complexo e, essa visão as pessoas não tinham, porque é uma obrigação do governo em criar as novas políticas e executar, mas eu só cobro, não me insiro nesse processo.(...) (Conselheira A - Representante Governamental).*

Segundo essa conselheira, o papel de cobrança, ou do controle social por parte da sociedade deve ser minimizado, ou seja, ela acredita que basta se inserir no processo, sem cobrar, sem apunhalar, que o Estado irá cumprir com sua obrigação.

Da mesma forma, o depoimento a seguir, desconsidera a importância do “embate” político dentro dos processos sócio-organizativos, negando o papel do Estado na garantia dos direitos e colocando a responsabilidade, majoritariamente nos cidadãos e nas conselheiras:

*Agora eu não gosto muito, quando entra na parte política, eu posso representar o gestor agora e outra hora posso estar representado uma determinada comunidade ou instituição, eu não gosto é desse embate, porque sempre estão colocando a culpa no governo e acabam não fazendo nada. Então eu acho que a gente tem que ir mesmo, tem que avançar, não deu, vamos ao prefeito, vamos pras ruas, vamos reivindicar. Não é botar a culpa em alguém, deixa de fazer, porque o prefeito não quis, porque o secretário não deu oportunidade. Eu não gosto de desculpas pra deixar de fazer as coisas” (Conselheira D - Representante Governamental).*

A partir desses dois últimos depoimentos, percebemos que a responsabilidade é jogada para a sociedade civil, basta todos serem organizados, participar e saber dialogar. Porém a realidade é bem diferente, o Estado utiliza diferentes estratégias para manter a hegemonia no controle da sociedade. Uma das dificuldades encontradas pelo Conselho é a inexistência de orçamento alocado, pois, uma vez que ele não possui caráter deliberativo, não recebe destinação de fundos da administração municipal.

A falta de verbas foi comentada por duas conselheiras, pois consideram que os trabalhos do COMDIM ficam “amarrados”, por falta de dinheiro para realizá-los. É imprescindível que a administração municipal apóie financeiramente as ações do conselho, e garanta verbas para a implementação das políticas públicas.

*“(...) é preciso garantir liberação de recursos orçamentários para a execução de políticas públicas” (Conselheira H - Representante Não-Governamental).*

*“(...)O caminho é longo, e até porque a gente não tem verba, não podemos fazer um trabalho de campo, e trabalho de campo a gente sabe que é uma coisa vital, pra que a gente saiba o que elas querem” (Conselheira G - Representante Governamental).*

Algumas conselheiras, talvez por causa de sua militância, ou de maior convívio com as mulheres, têm um pouco mais claro o papel do COMDIM, que é o de exercer o controle o

social, de propor políticas públicas de gênero. A conselheira abaixo mostra-se engajada na luta feminista, e comprometida com o COMDIM:

*“Não é só o papel do COMDIM, é o papel dos conselhos no geral, que é aquele jargão, “fazer o controle social”. E aí, como se dá esse controle social, em cada conselho tem as suas especificidades. A nossa luta com o movimento de mulheres e eu fazia parte dos movimentos que reivindicavam a rearticulação do conselho, era pra que ele pudesse ser um espaço tanto de denúncia como de reivindicação. Onde as mulheres, a população em geral, a população feminina pudessem recorrer ao conselho pra fazer algumas denúncias, pra reivindicar alguns direitos e, ao mesmo tempo o conselho acolhesse isso e tomasse as providências cabíveis. E, também para que o conselho fiscalize e incentive o poder público a desenvolver políticas públicas que atendam as demandas das mulheres, nas mais diversas áreas. (...)Eu acho que a gente cumpre um pouquinho esse papel lá dentro também, de estar cutucando o conselho pra que vá para as ruas, faça reivindicações também, pra que acate algumas denúncias que podem acontecer, até hoje não aconteceu no nosso conselho, mas podem acontecer” (Conselheira E - Representante Não-Governamental).*

A conselheira trouxe a tona um tema novo para a análise, o Conselho ser um acolhedor de denúncias. Certamente, essa questão poderia ser incorporada pelo COMDIM, uma vez que a partir das denúncias ele poderá propor ações e atividades. No entanto, para que as demandas cheguem até o COMDIM é imprescindível que ele seja publicizado para que as mulheres vejam nele um espaço de conquista de direitos e de formulação de políticas públicas. Também é importante garantir que as ações do COMDIM sejam reconhecidas, tanto pelo poder público, Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal de Assistência Social, Coordenadoria Municipal da Mulher, bem como pelos demais conselhos de direito, numa perspectiva de intersetorialidade.

A partir destas considerações é possível compreender o Conselho como um importante espaço, no qual as demandas subjetivas tornam-se reivindicações coletivas e mobilizam os sujeitos para exigir respostas do Estado, em forma de políticas públicas.

Diante desse quadro nos questionamos: como as demandas das mulheres e as questões de gênero aparecem neste espaço público? Como as carências e necessidades das mulheres se configuram no cenário das políticas públicas? O que melhor viria atender as demandas das mulheres: políticas públicas de gênero ou políticas públicas para mulheres?<sup>14</sup> Para responder a estas questões é bom lembrar que a incorporação da categoria gênero nas políticas públicas é algo novo e ainda passa por desafios, dentre os quais a própria relação entre o “ser mulher” nas suas múltiplas identidades e especificidades (LISBOA e LUSA, 2007).

Portanto essa dúvida em propor para as mulheres ou políticas públicas de gênero se faz

---

<sup>14</sup> Vale ressaltar que estamos abordando este tema, para esclarecer também a importância da instituição ADEH-Nostro Mundo no COMDIM, pois isso demonstra a preocupação e o posicionamento do conselho em propor políticas públicas com a perspectiva de gênero.

bastante presente tanto na academia quanto no campo prático do planejamento, implementação e execução de políticas públicas. Segundo Lourdes Bandeira, 2005

As políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos [...]. (BANDEIRA, 2005, p.47)

Destarte as políticas para mulheres, mesmo que direcionadas somente para elas, continuam a perpetuar o papel da mulher na reprodução social, pois ressaltam a função da mulher na educação dos filhos, com a higiene e saúde nos cuidados domésticos, com a alimentação, com o intuito de manter a sustentação do sistema capitalista vigente (LISBOA e LUSA, 2007).

Já as políticas públicas de gênero discutem o conceito de gênero e suas implicações na promoção de políticas públicas, “trazem para o campo da intervenção tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres e também as desigualdades produzidas e reproduzidas culturalmente entre os mesmos, com base no discurso das diferenças biológicas” (LISBOA e LUSA, 2007). Conforme Lourdes Bandeira, 2005, “envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais [...]” (BANDEIRA, 2005, p.48).

Vale ressaltar que não existe oposição à existência de políticas públicas para mulheres, pelo contrário, o que há é um reconhecimento de que estas políticas ao direcionarem seu olhar apenas a mulher, acabam por focalizar suas ações somente para elas. Exemplo disto são as políticas de segurança pública, voltadas para o combate da violência contra mulher, que centralizam sua intervenção no atendimento da mulher vitimizada e excluem do atendimento o agressor. Na verdade, ao se ter essa postura de enfrentamento do problema, ele não é resolvido definitivamente, mas apenas paliativamente (LISBOA e LUSA, 2007).

Diante destas constatações, não se indica que as políticas específicas para mulheres desapareçam de repente e que as políticas de gênero tomem seu espaço, pelo contrário, espera-se que gradativamente as políticas específicas para mulheres possam progredir e fundamentar a discussão, para a implementação de políticas de gênero, pois estas possuem caráter mais universalizante e contribuem para o alcance da equidade nas relações sociais (LISBOA e LUSA, 2007).

### ***3.3 – A autonomia e legitimidade de representação no processo de indicação das conselheiras***

O processo de representação das conselheiras implica majoritariamente, que elas tenham autonomia para propor e realizar atividades, bem como expor sua opinião nas assembleias do Conselho e na sua instituição. E também, que sua função de conselheira seja legitimada e reconhecida tanto pela instituição que representam, como pelo próprio Conselho.

Nos subitens a seguir, vamos apresentar as concepções das conselheiras sobre suas funções e representatividade para em seguida analisarmos como ocorrem seus processos de indicação e conseqüente autonomia e legitimidade.

#### ***3.3.1 – Paridade, pluralidade e o processo de indicação das integrantes junto ao COMDIM***

A pluralidade existente nos Conselhos de Direito é condição para um bom funcionamento dos mesmos, pois enriquece as discussões e possibilita realizar ações que abranjam a diversidade e outros temas transversais. O fato de existir preconceito em relação ao o sexo feminino é conhecido por todos, porém, ocorre ainda mais preconceito em relação a mulheres homossexuais ou transexuais, as negras, portadoras de necessidades especiais, presidiárias, e outras. Portanto, a pluralidade de integrantes junto ao COMDIM deveria ser garantida levando em consideração elementos como etnia, raça, classe e gênero, com o propósito de modificar o quadro de discriminação e desigualdades sociais.

O quesito da paridade é outra condição importante no funcionamento dos Conselhos de Direito, ou seja, o número de representantes da sociedade civil ser igual ao número dos governamentais <sup>15</sup>. A paridade, de acordo com Luciana Tatagiba, 2002, “foi considerada condição preliminar para uma real disputa entre posições e interesses divergentes no interior dos conselhos, garantindo dessa forma legitimidade e o equilíbrio no processo decisório” (p.57).

Raquel Raichellis (2000) também disserta sobre esta questão, afirmando que a paridade revela as correlações de forças existentes no conselho, que por sua vez, propiciam a construção de alianças, para aprovar determinadas propostas ou projetos.

---

<sup>15</sup> Exceto os conselhos de saúde, que têm uma configuração tripartite, onde a representação é feita pelos representantes dos usuários, trabalhadores da saúde, gestores (governo) e prestadores de serviço de saúde.

Paridade não se reduz a uma questão numérica de metade-metade. Paridade implica correlação de forças, luta pela hegemonia, alianças que devem ser estabelecidas para consolidar um determinado projeto e uma determinada proposta de encaminhamento no âmbito dos Conselhos (RAICHELLIS, 2000, p.44).

No COMDIM, esta correlação de forças ainda é tímida, entretanto em seu regimento interno prevê o respeito ao quesito da paridade entre as conselheiras. Abaixo segue o quadro com a relação das instituições que integram o COMDIM.

<b>QUADRO DE PARIDADE DO COMDIM</b>	
<b>Entidades Governamentais</b>	<b>Entidades Não-Governamentais</b>
Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude	União de Negros pela Igualdade de Santa Catarina – UNEGRO/SC
Gerência do Idoso – Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude	Comissão da Mulher Advogada – OAB/SC
Escola Profissional Feminina de Florianópolis – Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude	Fórum Estadual para Implementação Lei Maria da Penha/SC
Secretaria Municipal de Saúde	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas – MMTU/SC
Secretaria Municipal da Educação	ADEH Nostro Mundo Centro de Referência em Direitos Humanos da Grande Florianópolis
Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental	Associação de Moradores do Morro do Tico-Tico
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão	União Brasileira de Mulheres – UBM/SC
Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSEGE

\*Quadro adaptado da lista das entidades integrantes do COMDIM, fornecida pela secretaria executiva do conselho.



É importante reafirmar que o significado da paridade vai além da igualdade no número de conselheiras que representam as OGs e as ONGs. Muitas vezes, as entidades representadas junto aos conselhos diferem em relação ao peso político, outras vezes é o próprio secretário municipal (da saúde, da educação ou outro) que assume a presidência, inibindo a participação dos demais. É oportuno que as conselheiras se sintam no mesmo nível, que tenham as mesmas oportunidades, de exporem suas idéias, de serem reconhecidas sem que haja divisões ou preferências. De acordo com Bidarra, 2006, a questão da paridade pode afetar a estrutura dos conselhos, pois acaba “caracterizando profundas desigualdades e reposição de hierarquias” (BIDARRA, 2006, p. 45).

Luciana Tatagiba, 2002, corrobora com o autor, e acrescenta ainda que a paridade é também uma profunda e contínua disputa pelo poder:

Nesse sentido, parece correto supor que a obrigatoriedade legal da paridade como princípio de equivalência entre Estado e sociedade nos conselhos, embora absolutamente fundamental, não é, contudo, suficiente para garantir a equivalência real: esta envolve a contínua disputa pela hegemonia no interior dos conselhos. A paridade, portanto, parece intrinsecamente relacionada não apenas ao reconhecimento da legitimidade da representação do “outro”, mas também à capacidade de estabelecer com ele acordos contingentes em tornos de demandas específicas (TATAGIBA, 2002, p. 59).

Portanto, a paridade requer reconhecimento da legitimidade da representação; requer coragem por parte de cada integrante para se expor e se impor sempre que for necessário, sabendo que sua fala vai ser respeitada; requer estratégias na condução do diálogo, na proposição dos encaminhamentos. Requer uma dinâmica de reunião onde possa ocorrer um diálogo frutífero em torno de questões que dizem respeito aos direitos das mulheres, um encaminhamento das propostas sem acirramentos entre inimigos mas acordos entre “adversários” que podem eventualmente, não pensar da mesma forma. Ter a noção de que estão representando a sociedade civil, e se há confronto, é na perspectiva de ampliar os espaços relacionados com a esfera pública, que é heterogênea.

Esse critério ou princípio de paridade parece decorrente do processo de lutas e articulações da sociedade civil que se forjaram desde o contexto autoritário e que atravessaram a década de 1980, desembocando, no momento da Constituinte, em várias articulações e mobilizações, tendo em vista a implementação de conselhos. Nesse sentido, imbuídos de uma concepção de sociedade civil amplamente ancorada nos movimentos e organizações sociais que apresentavam um teor crítico e democratizante, o formato paritário dos conselhos acaba revelando, como ressalta Tatagiba (2002), certa “ingenuidade” forjada por uma compreensão mais homogeneizadora da sociedade civil, desconsiderando sua fragmentação e heterogeneidade. Pode-se dizer, portanto, seguindo a análise da autora, que essa regra de paridade revela, de certo modo, uma perspectiva maniqueísta entre a sociedade civil e o Estado na constituição original desse modelo participativo (LÜCHMANN, 2008).

Outro ponto importante em relação a representação, é a falta de comunicação, de diálogo entre a conselheira e a instituição que representa. Na maioria das vezes, não há devolutiva do que foi deliberado no Conselho, nem a instituição se preocupa com a pauta ou com os pontos que serão discutidos nas reuniões, para que possa realmente opinar sobre os assuntos e se sentir representada. Essa questão acaba impedindo que o Conselho possa ser um espaço de representação política de um determinado segmento da sociedade. Uma vez que os conselheiros são eleitos para representarem um determinado grupo social, deveriam garantir os direitos coletivos e não decisões individuais. Conforme Ivanete Boschetti e Rosa Helena Stein, 2006, uma das maiores dificuldades dos conselhos é justamente a “representação exercida de forma individual, alheia à compreensão de que a representação é da entidade de classe, e deve ser orientada por princípios e interesses éticos coletivos” (p. 15).

O ideal é que as instituições, tanto governamentais quanto não governamentais, sugiram nomes de representantes que tenham um compromisso ético-político com as causas que envolvem o Conselho, se identifiquem com a temática dos direitos das mulheres, e tenham disponibilidade para participar das plenárias. Campos e Maciel, 1997,

apontam que é fundamental a eleição das entidades representativas dos segmentos dos usuários. A escolha dessas entidades nem sempre tem levado em consideração critérios como tradição política, base de sustentação, interesses representados, organização e dinâmica de funcionamento. A inobservância a esses critérios tem incentivado a participação elitista, burocrática, e os representantes tem atuado de forma pessoal, subjetiva e arbitrária, não debatendo com as bases de sua entidade as temáticas tratadas no conselho (CAMPOS e MACIEL, 1997 **apud** BRAVO, 2009, p. 399).

Ao serem indicadas como conselheiras (os), é importante conscientizar-se que estarão representando não só suas instituições, mas o segmento de mulheres do município. Nesse sentido, Ligia Helena Luchmann e Carla Cecília Almeida, 2010, afirmam que:

para fazer parte dos Conselhos, os indivíduos não precisam passar pelo crivo de toda a sociedade, mas são escolhidos por suas organizações ou por outras com as quais compartilham, senão projetos políticos mais substantivos, pelo menos determinados princípios e ideais vigentes no campo de participação política nos quais estão inseridos.(...) a escolha dos representantes, segue geralmente três critérios: histórico nas lutas sociais pró-cidadania, competência técnica para deliberar assuntos de políticas públicas ou vinculação com um determinado segmento social.(LUCHMANN; ALMEIDA, 2010, p. 91)

Ao indagá-las, durante as entrevistas, sobre como ocorreu a sugestão de seu nome para participar do conselho, percebemos que algumas conselheiras, representantes governamentais, foram indicadas, primeiramente porque faziam parte da secretaria que tinha assento no

conselho. E posteriormente por se identificarem com o tema, os depoimentos<sup>16</sup> a seguir explicitam isso:

*“Bom tinha que ter alguém dessa secretaria. Eu acho que me indicaram pela minha especialização, e acho que também pela minha forma de agir em relação às mulheres. E também das experiências que já tive em outros lugares que trabalhei. E quando surgiu o convite eu fiquei muito feliz”.*

*“Então pelo regimento tinha que ter alguém daqui, e como eles sabem que eu gosto sempre de estar lutando sempre com as mulheres e pelas mulheres, eles me indicaram. E confiam em mim, sabem que eu jamais vou falar da instituição, eu posso criticar, mas sempre com uma solução. Lá no conselho eu defendo minha instituição, mas quando chego aqui, eu tenho a liberdade de dizer, oh vocês não estão fazendo isso, isso e isso, vocês precisam dar atenção pra tal coisa. Eu tenho essa liberdade pra falar. É preciso que eu leve também a opinião da instituição também para o COMDIM e vice-versa, é muito importante esse feedback. Nas nossas reuniões aqui, eu sempre trago o que foi discutido nas assembléias do COMDIM, e todas as conselheiras deveriam fazer isso”.*

Os dois depoimentos corroboram o vínculo com a Secretaria Municipal da qual são funcionárias. Apesar da inserção estatal, as conselheiras indicadas têm mostrado um alto nível de comprometimento com as lutas femininas.

Outro ponto que destacamos nos depoimentos é o envolvimento de algumas conselheiras no processo de criação do COMDIM, e por esse motivo é que foram indicadas. O depoimento a seguir demonstram esse fato:

*“Por eu já estar envolvida nessa comissão desde 2007, por eu ter ajudado na organização na conferência municipal de 2007, por eu ser meio que uma ponte de comunicação, entre os convênios e governo. Por esse histórico, tinha que ter pessoas dessa secretaria, aí meu nome veio como indicação”.*

Ressaltamos a importância da presença de conselheiras, que desde o início do processo de criação do Conselho, mostraram comprometimento para com o mesmo, e continuam atuando na perspectiva de que ele se estruture cada vez mais e melhor.

Outra conselheira relatou que o processo de indicação ocorreu de forma democrática em sua instituição, que houve conversas, para ponderarem se deveriam participar ou não, já que todas as integrantes estavam sobrecarregadas, porém decidiram participar, e escolherem seu nome, mas existiam outras pessoas capazes também de participar.

*“(...) a gente fez uma reunião da diretoria e discutimos sobre a importância de estar ou não no conselho, sobre a sobrecarga de trabalho que todas nós integrantes temos, que todas trabalhamos, não tem nenhuma, assim, dedicada exclusivamente para cuidar da entidade, então mesmo com todas essas adversidades nós avaliamos que era importante participar do conselho. Avaliando isso, quem de nós gostaria, ou poderia, ou teria a capacidade pra estar no conselho. E aí, assim, qualquer uma de nós lá*

<sup>16</sup> Em alguns momentos optamos por não utilizar a classificação das conselheiras em A, B, C, D, E, F, G e H, pois algumas falam o nome da instituição, ou outras informações que ficaria fácil identificá-las.

*poderia na verdade, mas acabou que o meu nome foi indicado.”*

Esse depoimento traz elementos significativos para avaliarmos a sobrecarga de trabalho de algumas conselheiras. Isso acontece principalmente com as conselheiras não-governamentais, pois algumas participam de mais de um conselho, exercem um trabalho remunerado, estão envolvidas em inúmeras atividades em suas entidades, e por esse motivo não conseguem participar das assembléias do COMDIM sempre que gostariam.

Outro ponto, que enfraquece a participação das conselheiras não-governamentais, de acordo com Luciana Tatagiba, 2002, é que “de uma forma geral, os conselheiros não-governamentais têm encontrado pouco respaldo e acompanhamento de suas ações por parte das entidades que representam” (p. 65).

A tentativa de ocupar esses espaços tem levado, muitas vezes, à sobrecarga de trabalho de alguns conselheiros que acabam atuando em diversos conselhos ao mesmo tempo. (...) alguns estudos caminham no sentido de propor que as entidades, os movimentos e ONGs façam uma análise de custo/benefício e escolham os conselhos em que vale a pena participar, priorizando os espaços que ofereçam maiores potencialidades de transformação das agências estatais via produção das políticas. (TATAGIBA, 2002, p. 68)

Algumas conselheiras possuem ainda, além do conhecimento prático no trabalho com mulheres, conhecimentos teóricos, o que pode favorecer os trabalhos no conselho, na área dos direitos das mulheres, e também no entendimento de categorias como gênero, identidade de gênero, controle social, entre outras.

*“Fui indicada pelo meu conhecimento da graduação em direito e identificação com essa área”.*

*“O IEG – Instituto de Estudos de Gênero da UFSC integra vários Núcleos de Estudos sobre Gênero, entre os quais o NUSSERGE. Fomos indicadas pelo IEG para representá-lo junto ao COMDIM.”*

Por fim, vamos analisar os depoimentos de duas conselheiras, que ao perguntarmos sobre seu processo de indicação, afirmaram ser apenas suplentes. Mesmo que participem da maioria das plenárias do Conselho, acreditam que não podem fazer muito, já que tem o título de suplente:

*“Eu sou a conselheira suplente, sabe como é eu vou a todas as reuniões porque a titular não tem tempo.”*

*“A outra suplente e a outra conselheira, não podiam participar das reuniões do COMDIM, daí quando terminou o ano, o COMDIM entrou em contato conosco, e pediu que trocássemos, e me ligaram dizendo que tinham pensado no meu nome, e perguntaram se eu podia ir às reuniões eu disse que sim. E aí eu fico como suplente e ela como conselheira, porque ela tem interesse mais político, ela gostaria de se interar do que se trata o COMDIM, conhecer conceitos e termos, o nome dela ficou como conselheira, o que eu acho correto, só que ela não consegue ir. Mas ela*

*deveria participar, porque ela tem um trabalho de peso, tem uma boa relação com todos, eu faço mais um trabalho de apoio. Ela tem uma didática mais popular, se ela participar é um ganho pro COMDIM, pra ela e pra comunidade. Hoje eu vejo que o COMDIM, contribui mais pra mim, do que eu pra ele. Isso é bem claro, já que sou suplente, eu vejo o conselho contribuindo muito mais pra mim”.*

A princípio, em um conselho, não deveria haver diferenciação entre conselheira titular ou suplente, salvo na hora da deliberação se ambas estiverem presentes. Ao relatarem que são “apenas suplentes”, fica evidente que não percebem que elas possuem o mesmo papel da titular, quando esta não está presente. São conselheiras, iguais as demais, tendo o direito de votar, expor sua opinião e participarem das comissões temáticas.

Em relação a pluralidade, por ser um Conselho recém criado, constata-se que as reuniões são conduzidas sem muitos embates políticos, ou seja, as conselheiras geralmente estão de acordo com os encaminhamentos propostos e com as atividades realizadas. Se por um lado, as conselheiras podem sentir-se comprometidas e bem engajadas com o segmento que representam, visando realmente construir uma agenda de lutas em comum para as mulheres, por outro, elas estão ensaiando a capacidade para discutir, polemizar e brigar por questões que perpassam conflitos de interesse.

O ideal seria que o COMDIM pudesse contar com integrantes comprometidas com as causas femininas, que compreendessem o valor da sua participação e a importância de um conselho ativo, fiscalizador e propositor.

### *3.3.2 - A busca da autonomia na legitimidade da representação e o processo de participação das conselheiras*

Semanticamente o termo *autonomia* vem do grego: *autonomia*, *autos* – significando “por si mesmo”, “por ele mesmo”, “ele mesmo” ou “o mesmo” e *nomos* – significando “lei”, “uso” ou “compartilhamento”. Portanto consiste na autodeterminação do sujeito para tomar suas decisões. A categoria *autonomia* geralmente confunde-se com *liberdade*, pois ambas implicam na condição do indivíduo de tomar decisões, baseado em sua razão. O indivíduo autônomo, certamente terá sucesso em todas as esferas da sua vida, pois aprenderá a interrogar, deliberar e refletir por si próprio.<sup>17</sup>

Ao deixarmos claro o sentido da autonomia que queremos abordar, partimos para a

---

<sup>17</sup> Fonte: Holgonsi Soares – A importância da Autonomia.  
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.autonomia3.html>

importância desta, no processo de legitimação da representação das conselheiras. Entendemos que a sua representação só é legitimada, a partir do momento em que a autonomia da conselheira é reconhecida por sua instituição, e quando a integrante do conselho se vê como uma representante das mulheres do município de Florianópolis. Deste modo, acreditamos que é essencial que as conselheiras tenham autonomia para deliberar sobre assuntos relacionados ao público feminino, para propor novas idéias e expor sua opinião.

Através dos depoimentos percebemos que algumas delas sentem que ainda não possuem uma relação de autonomia em relação a sua representação junto ao Conselho. Concebem sua representação mais voltada para a Instituição do que para as mulheres. Ao questionarmos as conselheiras sobre quem elas representam no conselho, obtivemos algumas respostas que ressaltam exatamente essa representação.

*“A Minha Instituição” (Conselheira B - Representante Governamental).*

*“A minha instituição” (Conselheira D - Representante Governamental).*

*“Eu represento minha instituição” (Conselheira F - Representante Governamental).*

Já em outro depoimento uma conselheira afirma que não importa se ela representa o governo ou as organizações não governamentais, o importante é fazer algo pelas mulheres. Parafraseando Potyara Pereira<sup>18</sup> chamamos a atenção para termos cuidado de não “satanizar” o Estado e nem “santificar” os movimentos sociais, ambos tem seus problemas, e suas virtudes, e são interdependentes. Concordamos com a conselheira, que o mais importante é lutar pelos direitos femininos.

*“Eu sou uma indicação da secretaria, mas não consigo me ver como representante do governo. Pra mim o que importa é fazer acontecer, seja quem for que eu estiver representando” (Conselheira A - Representante Governamental).*

Durante as entrevistas, ficou claro que algumas conselheiras não têm uma compreensão acerca do significado de representação, conforme Ivanete Boschetti e Rosa Helena Stein, 2006, umas das maiores dificuldades dos conselhos é a *representação exercida de forma individual, alheia à compreensão de que a representação é da entidade de classe, e deve ser orientada por princípios e interesses éticos coletivos* (pág. 15).

Esse problema poderia ser amenizado se as (os) responsáveis pelas entidades tivessem mais preocupação em relação ao diálogo com as suas representantes, pois, a partir disso, as

---

<sup>18</sup> PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V.1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

demandas da sua instituição poderiam ser levadas para o conselho. O depoimento abaixo menciona esses entraves da representação.

*Represento os Núcleos de Estudo e Pesquisa da Universidade que trabalham com a questão de gênero, mas considero minha representatividade polêmica, na medida em que não tenho tempo de repassar as discussões do Conselho e vice-versa, não é possível comentar a pauta das assembleias com as professoras que represento, antes das plenárias, para que possa ir com suas sugestões e encaminhamentos...*

Neste depoimento fica explícito o problema da relação da conselheira com a entidade que representa, em função da sobrecarga de atividades e falta de tempo para se encontrarem e proporem demandas e ações. A conselheira exerce sua representação de forma individual, e essa tarefa muitas vezes pode exigir muita responsabilidade, pois além de tomar as decisões, participa das atividades do conselho e deveria estar em contato com as mulheres para saber suas demandas.

O depoimento abaixo ilustra outra situação, de acordo com a conselheira a sua entidade caminha junto com os movimentos de mulheres, portanto há uma troca entre conselheira-entidade, e elas estão em contanto com as demandas das mulheres.

*“A gente caminha junto pra construir os movimentos. Então, eu represento lá a UBM e os movimentos de mulheres.”*

Outro tema que nos chamou a atenção é o modo como são incluídas as pessoas com diferentes identidades de gênero, como por exemplo, as travestis, nas ações do conselho. O COMDIM já está incluindo propostas de políticas públicas com recorte de gênero em sua agenda, o que demonstra que a luta é pelos direitos femininos. O depoimento a seguir mostra o comprometimento deste segmento para com a luta das mulheres:

*“Estou lá principalmente representando as travestis, mas também lutarei pelos direitos das mulheres”.*

A representatividade é, portanto, uma forma das conselheiras participarem das deliberações sobre questões que dizem respeito ao segmento representado. Constatamos que o COMDIM, durante seu processo de implementação tem incluído, reconhecido e respeitado as diferentes identidades de gênero com postura ética, dialogando sobre as demandas trazidas.

A partir da representação que exercem no Conselho, cada conselheira tem uma percepção sobre as funções que devem exercer no COMDIM. Ao entrevistá-las tivemos, de um lado, respostas que demonstram conhecimento em relação ao seu desempenho e de outro, depoimentos que evidenciam que algumas ainda estão se integrando na função. Iniciaremos mostrando o depoimento muito completo de uma conselheira acerca das funções que deveriam desempenhar:

*É preciso que estejam comprometidas e identificadas com as*

*questões de gênero e dos movimentos feministas; atuar na defesa dos direitos das mulheres; contribuir na identificação das demandas das mulheres para que se efetivem em políticas públicas; exercer o controle social, cobrar dos órgãos públicos as políticas que dizem respeito ao atendimento dos direitos das mulheres; propor políticas públicas que venham ao encontro dos interesses e necessidades das mulheres para que sejam encaminhadas aos órgãos competentes; participar das reuniões e assembleias do COMDIM; representar os interesses de sua Entidade no COMDIM (Conselheira H - Representante Não-Governamental).*

Portanto, afirma-se que é no processo de elaboração e reelaboração das políticas públicas que as conselheiras atuam, elas é que realizam as atividades de fiscalizar o governo, de exigir e de propor novas ações. Por isso o ideal é que as (os) conselheiras (os) tenham responsabilidade e vontade de participar, e principalmente que se identifiquem com a pauta de luta do segmento que representam.

A conselheira a seguir também demonstrou grande conhecimento em relação as suas funções, e sobre a importância das conselheiras lutarem para romper com os paradigmas sociais e com o preconceito sobre o gênero feminino.

*“As conselheiras devem levar sua temática, e as demandas de sua instituição, para as plenárias do conselho, devem tentar quebrar paradigmas, sensibilizar e transformar as outras conselheiras em multiplicadoras. Porém também devemos ter lutas em comum, como por exemplo, o fortalecimento do movimento feminista, luta pela descriminalização do aborto, a equidade, pela não violência contra o gênero feminino. As conselheiras devem lutar também pelas demandas do coletivo. Devemos lutar, pelos direitos femininos, já que a discriminação e o preconceito são em cima do feminino” (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

Uma conselheira abordou o fato de que é preciso que as integrantes do COMDIM exponham mais suas opiniões, e procurem formas alternativas de se manterem informadas em relação à situação das mulheres. E principalmente que assumam essa função em outros espaços públicos, como por exemplo, em eventos, e que possam representar o Conselho mostrando-se comprometidas com o seu papel.

*Eu acho que, na verdade eu sinto que a gente precisa falar mais, porque muitas entram mudas e saem caladas. Eu acho que as conselheiras também deviam se informar ler jornais, e também saber não só das demandas das mulheres, mas também das conquistas, pra não ser um conselho só de lamentação. Tem que ser um conselho mais pró-ativo. (...) Mais pra mim a função das conselheiras, não é ser conselheira só durante as reuniões, tem que ser uma mulher comprometida, que leve o nome do COMDIM a qualquer lugar. Então quando vai a um evento dizer que é representante do conselho, porque isso vai dando visibilidade ao COMDIM. As conselheiras devem estar sempre empossadas de suas funções, ter essa responsabilidade, participar ativamente das reuniões, não devem faltar, propor pautas, não esperando tudo da presidência. As conselheiras também devem dar relatos,*



*participar, discutir” (Conselheira D - Representante Governamental).*

Outro relato trouxe à tona a temática da capacitação, afirmando que a experiência e a formação não devem ser adquiridas somente no espaço do Conselho, ou seja, as conselheiras também poderiam buscar informações fora deste espaço, estudando, pesquisando, enfim, buscando conhecimentos sobre o Conselho. Certamente, tanto a capacitação dentro do conselho, como a pesquisa por parte das conselheiras, são importantes e demonstram um esforço das conselheiras para participar ativamente e qualitativamente deste espaço.

*“Eu acho que primeiro a de participação e, cada conselheira que foi eleita ali ou que foi indicada pelo poder público tem que estar participando e estar se instrumentalizando também. O COMDIM, o conselho em si não é um espaço de formação, ele é um espaço de fiscalização, como a gente estava dizendo anteriormente. Então, todas as conselheiras que estão lá, elas teriam que tomar a iniciativa de elas mesmo se apropriarem do que é um conselho e do que são os direitos das mulheres, quais são esses tais direitos que as mulheres ainda reivindicam. Então, em primeiro lugar é isso, cada conselheiro que está lá tem esse papel de buscar sua própria formação e, depois de estar contribuindo também, a gente precisa dar um passo adiante num conselho que é formar as comissões temáticas, pra que o conselho consiga andar melhor e, aí dentro dessas comissões temáticas, eu acho que aí sim, cada conselheira vai ter papéis mais específicos, atribuições mais palpáveis para elas verem o que querem fazer no final das contas, o que podem fazer também e fazer, porque só ir para a reunião também, apesar de as reuniões do COMDIM não terem uma grande participação, digamos de 80%, mas só ir para a reunião também é pouco” (Conselheira E - Representante Não-Governamental).*

A questão da capacitação também foi mencionada em outro depoimento, no qual a conselheira a considera essencial. A capacitação permite um melhor entendimento sobre a dinâmica entre Estado e Sociedade Civil, sobre o significado do Controle Social e possibilita que as conselheiras se apropriem melhor da realidade das mulheres, colocando seus conhecimentos em prática e agregando mais aprendizado.

*“É servir de canal, pra que o COMDIM caminhe. Com sua experiência, com a sua visão. O que é ser conselheira é trocar idéias. Mas pra que isso aconteça é preciso que haja capacitação, é muito importante, pra que surjam as idéias. Mas essas idéias precisam estar conectadas com as necessidades das mulheres. É importante dividir até, as mulheres daqui precisam disso, as de lá precisam disso... Eu acho que uma conselheira ela tem que tá com capacitação sempre, ela tem que estar sempre ligada, com as discussões das mulheres, não só em relação a violência, mas outras questões das necessidades delas, mas com soluções. Problemas a gente sabe que existe, mas tem que trazer sugestões de soluções” (Conselheira G - Representante Governamental).*

Outro tema levantada por uma conselheira foi em relação as entidades que atendem as mulheres em Florianópolis. De acordo com ela, é necessário conhecer as diferentes instituições, os serviços que prestam, critérios de atendimento e localização. O apoio do

COMDIM a essas instituições é muito valioso, pois além de publicizá-las, o conselho pode se empenhar junto às entidades, na busca de melhores condições de atendimento e acolhimento das mulheres. O depoimento abaixo explicita a preocupação da conselheira com a falta de conhecimento dessas entidades, de acordo com ela é função das conselheiras também ir visitar essas entidades, fazer relatórios sobre a sua situação.

*“Bom eu acho que as conselheiras têm a função de articular, de deliberar, as necessidades da sociedade civil, as necessidade de encaminhamento de trabalho. De estar visitando, ter contato com os órgãos que oferecem atendimento às mulheres, e poder estar ajudando. Eu vejo que tem muitos lugares de apoio, que podiam estar sendo mais usados e até aceitos pelo CMAS, e que faltam conhecimento e que o conselho podia estar interferindo nisso”. (Conselheira A - Representante Governamental)*

Um depoimento revela que a integrante ainda não têm claro seu papel, uma vez que o COMDIM ainda está em fase de construção. A conselheira dá a entender que ocorrerá diversidade de papéis, ou seja, será definido “para cada uma, um papel”.

*“Pra mim não é muito claro, porque agora a gente tá numa fase de construção, então em determinados assuntos cada um vai contribuir com a carga que cada uma já tem, da sua casa, da sua vivencia, de experiências anteriores, e não só da sua instituição. Então eu acredito que ainda não tem como definir pra cada uma um papel. Mas como um todo o papel das conselheiras é de fomentar o trabalho, de uma maneira ou de outra” (Conselheira B - Representante Governamental).*

No depoimento a seguir, além do desconhecimento da conselheira, entra em cena novamente a problemática da suplência. A entrevistada acredita que as funções da conselheira devem ser desenvolvidas apenas pela titular, o que como já vimos, prejudica o funcionamento dos conselhos, pois muitas titulares não comparecem as reuniões, somente as suplentes. É fundamental que as conselheiras suplentes se vejam com as mesmas obrigações da conselheira titular.

*“Eu não sou conselheira, sou suplente. Eu acho que o papel da conselheira, dentro do COMDIM, ela deve ter peso dentro da secretaria. Então eu ser suplente, eu to em ótimo posto, adequado. Eu acho que suplente deve dialogar com a conselheira, é importante ela terem um diálogo. Mas, para conselheira ganhar espaço, formar grupos de trabalho, eu acho que precisa ser uma pessoa que tenha uma popularidade e um peso dentro da instituição. Pra que aconteça alguma coisa por que gente sabe “que bate, bate, bate na parede, uma hora ela amolece”. Então assim, eu aqui, imagina, é impossível fazer um trabalho assim. A conselheira (e não a suplente) tem que ter responsabilidade e comprometimento. Eu posso sugerir as coisas do COMDIM, mas isso deve vir como proposta escrita do COMDIM, para que ela arranje um lugar na agenda. O COMDIM precisa fazer documentos escritos, pois nós não temos muito contato, ela tem uma agenda enorme pra cumprir, então assim ela não vai parar para pensar, as coisas devem vir mais prontas do COMDIM. Assim, eu to achando muito legal essa coisa que vocês estão fazendo de conceituar os conselhos e o papel das conselheiras. Até em termos de palestras, fazer tópicos para as conselheiras, ter um documento pra gente ter acesso a essas informações,*

*para que possamos avançar. Pra mim que é muito novo quando eu for conversar com a conselheira, vou ter que saber as coisas, até porque a gente não consegue sentar pra conversar (...)* **(Conselheira F - Representante Governamental)**.

A análise desses depoimentos sugere que é necessário qualificar a participação das conselheiras, incentiva-las a estudar sobre os assuntos que envolvem o COMDIM, ter contato com o regimento interno do Conselho – que define entre outras coisas, a função do Conselho e das conselheiras – e propiciar momentos de capacitação. Constatou-se que o conjunto de participantes possui conhecimentos diferenciados, numa perspectiva de complementaridade e cada qual, está aos poucos desenvolvendo suas potencialidades dentro desse espaço. Portanto, este é o momento de impulsionar seus trabalhos e estimular a participação das conselheiras.

Durante as entrevistas, também indagamos as integrantes do Conselho, sobre como elas avaliam a sua participação, se elas gostariam que algo fosse diferente. As respostas foram diversificadas, porém percebemos que a maioria gostaria de ter mais disponibilidade para participar das atividades do Conselho. Outra resposta quase que unânime, foi que algumas delas acham que não fazem o suficiente, que poderiam fazer melhor:

*“Ah queria que tivesse mais compromisso das conselheiras, porque até eu acabo me desanimando, colocando em dúvida a importância dos conselhos”.* **(Conselheira A - Representante Governamental)**

*“Por enquanto fraca. Acredito que com as comissões fica mais fácil de participar”* **(Conselheira B - Representante Governamental)**.

*“Eu acho que esse ano eu to meio distante. Não to muito comprometida. Preciso me dedicar um pouco mais”* **(Conselheira D - Representante Governamental)**.

Algumas explicam que gostariam de fazer melhor, mas que se esforçam ao máximo, porém a carga excessiva de trabalho e as restrições impostas pelas Instituições acabam influenciando na participação. Outras conselheiras, no seu espaço de trabalho, desempenham funções que não envolvem temas discutidos no Conselho, outras são funcionárias de instituições que não consideram as assembleias ordinárias do COMDIM, como parte do trabalho.

*“Eu avalio que a minha participação, ela é limitada em função dessa questão de a gente não poder trabalhar nessa área, porque se eu trabalhasse na área da saúde da mulher na prefeitura, seria mais fácil eu participar das atividades como um todo, relacionadas às questões de gênero e, pra ir para as reuniões do conselho eu tenho negociar aqui e pagar hora, pra poder sair para as reuniões do conselho, porque eu não estou representando a prefeitura lá, não sou governamental lá dentro, sou do movimento social. Aqui na secretaria tem colegas que representam a secretaria lá, mas elas estão trabalhando, eu não. Então, têm todas essas dificuldades, (...) a gente se esforça bastante para estar participando e para estar atuando”.*

Através dos depoimentos de algumas entrevistadas, percebemos também que mesmo com as dificuldades de participação – ausência de tempo, muito trabalho, questões pessoais – as conselheiras têm se esforçado para participar da melhor maneira possível, atribuindo qualidade ao trabalho que desenvolvem. O depoimento a seguir demonstra esse fato:

*“Gostaria de ter mais disponibilidade de tempo para participar de todas as assembléias; mesmo assim sinto que minha participação é bastante válida, na medida em que estou contribuindo como assessora nos encaminhamentos de vários temas, já ministrei um curso de capacitação, e atuo como mediadora em relação a estar fazendo uma ponte com a academia, repassando referências bibliográficas, divulgando cursos e eventos sobre a temática do Conselho”.*

Algumas conselheiras apresentam dúvidas em relação a sua participação, que o Conselho está sendo um campo de aprendizagem, e a partir disso elas poderão qualificar sua participação. O que é muito positivo, pois significa que elas estão dispostas a aprender, para depois colocar seus conhecimentos em prática. Os dois relatos abaixo, explicitam esta condição:

*“Ainda estou conhecendo o conselho e analisando como posso participar da melhor forma possível, mas tenho dúvidas ainda” (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

*“Minha participação olha, ele sempre me dá mais do que eu pra ele. Acho que no momento minha participação ta caminhando, acho que ela é bem hábil. Talvez mais pra frente eu possa até colaborar, trabalhar com algum grupo. Também não posso demorar muito, porque a participação é uma troca, você vai incorporando os assuntos e condicionando ao trabalho, senão ela fica muito parada, igual à enciclopédia na estante, você sabe só pra você e não passa adiante” (Conselheira F - Representante Governamental).*

Outro ponto importante é a troca de informações, não basta a conselheira saber, ela deveria repassar o conhecimento, mostrar suas opiniões, debater, para que nas reuniões se possa sempre compartilhar a aprendizagem.

*“Ah, eu acredito que ta bacana do jeito que ta. Eu acho bem legal essa coisa de começarmos as comissões. E tem mais, estamos começando, é uma vez por mês, daí não é fácil ter uma maior integração, infelizmente. E essas comissões que a gente vai começar a trabalhar, são muito bacanas, enfim, eu acho que a minha contribuição é aquele um grãozinho. Mas eu aprendo muito, porque tem muita gente diferente, e tudo é um aprendizado a ser agregado” (Conselheira G - Representante Governamental).*

Apesar de a maioria reconhecer que ou não participa como deveria, ou que por enquanto não participa, só aprende, percebemos que ao menos elas reconhecem que poderiam estar fazendo melhor.

### 3.3.3. – Os Desafios e as Dificuldades para o fortalecimento do COMDIM

Os desafios do COMDIM, sob a ótica das conselheiras vão desde a falta de autonomia como representantes das Instituições até o desejo de ter uma participação qualificada. O fato de o Conselho ser apenas consultivo é outro desafio trazido pelas conselheiras.

Algumas conselheiras discorreram que o principal objetivo do Conselho é manter clara as suas funções, e isso depende de como elas entendem sua atuação, se elas se esforçam para participar, para apreender a dinâmica do Conselho, apropriando-se da lei que o criou bem como do regimento interno. Em seus depoimentos as entrevistadas mencionam que as coordenadoras do Conselho deveriam incentivar essas atividades, estimular as conselheiras, promover momentos de capacitação, para que surjam novas idéias, como vemos a seguir:

*“Então o principal desafio é manter o objetivo, e ter claro, as funções das conselheiras, o que é fazer parte do conselho, o que eu estou fazendo aqui, qual meu objetivo (Conselheira A - Representante Governamental).*

*“A gente vê que, um grande desafio é que elas estudem mais, se formem mais pra poder estar participando, é muito freqüente a fala de que, ah eu não sei qual é o papel do conselho, eu não sei o que eu estou fazendo aqui, mas, poxa vida, tem que estudar também, tem que correr atrás, tem que buscar, não dá pra esperar. (...) E aí também, ah não sei qual que é o papel do conselho, a gente passou um ano debatendo regimento interno, está tudo lá no regimento interno, o papel tem cada partezinha do conselho, sabe e, parecia que estava todo mundo lendo o regimento interno e, como assim não sabe o qual o papel do conselho, não leu o regimento interno, não participou de fato da construção desse instrumento” (Conselheira E - Representante Não-Governamental).*

Ao analisar esses depoimentos percebe-se o quanto às dificuldades e os desafios se entrelaçam, por ser um Conselho novo, em fase de estruturação, o COMDIM tem muitos desafios a serem enfrentados. E acreditamos que o maior deles é incentivar a participação qualificada das conselheiras. Pois é partir disto que o COMDIM irá alcançar suas metas, quando as conselheiras estiverem realmente engajadas e empoderadas<sup>19</sup> para lutar pelos direitos femininos, quando houver uma troca de informações.

*“O principal desafio do COMDIM é a interação, é essa falta de interação entre as integrantes do COMDIM, porque a gente tem pessoas que estão com discursos muito a frente, com visões diferentes, como vocês da universidade, um estudo ampliado e vivem na prática, e outras pessoas nem tanto, que não sabem direito o que fazer” (Conselheira B - Representante*

<sup>19</sup> De acordo com Teresa Kleba Lisboa, 2007, o processo de empoderamento da mulher traz a tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas proporcionando um maior nível de “bem-estar”, maior grau de participação e acesso ao controle das políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades. (LISBOA, 2007, p. 651).

*Governamental).*

O problema de o COMDIM ser apenas consultivo é um desafio muito preocupante e difícil para o Conselho e para as conselheiras. Pois o fato de ele não ter poder para deliberar, acaba desanimando as integrantes, pois as decisões do Conselho dificilmente serão acatadas pelo poder público.

O ideal é que essas decisões tenham caráter deliberativo e não apenas consultivo. Assim os conselhos devem deliberar sobre as políticas que controlam e, por esse meio, têm, em tese, não apenas autoridade, mas força legal para fazer valer esse controle. É o caráter deliberativo que dá substância às funções de acompanhamento e fiscalização das ações governamentais e privadas dos conselhos, realizadas nas áreas de sua jurisdição. (PEREIRA, 2007. Pág. 21)

Algumas conselheiras evidenciaram este entrave como uma dificuldade, e outras com um desafio para o COMDIM. Consideramos o fato de ele tornar-se deliberativo, um desafio, pois a partir do momento que isso ocorrer, o Conselho terá que ter planos de atividades desenvolvidos pelas conselheiras, de forma democrática e participativa. Entendemos, portanto, que a principal dificuldade é a participação para vencer o principal desafio que é tornar o Conselho deliberativo. O depoimento abaixo assinala a preocupação de uma conselheira, com a falta de poder do Conselho:

*“O principal desafio do conselho é tornar-se deliberativo. O fato de ser apenas consultivo, faz com que ele não tenha voz, “ele só vai ter visibilidade quando tiver poder” (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

Ao falar sobre os conselhos, Hilda Corrêa Oliveira, 2008, disserta que “O seu potencial mais relevante é a capacidade de influenciar na formação da agenda governamental” (OLIVEIRA, 2008, p. 35). Portanto, esse potencial do COMDIM, ainda não está sendo usado, por ele ser apenas consultivo, fica mais difícil poder influenciar nas ações do governo.

Outro desafio, não para o Conselho, mas para a administração municipal, é o de considerar o Conselho como uma instância participativa, como um espaço que pode ser ocupado por todos, no qual é compartilhada a gestão da coisa pública. Luciana Tatagiba 2002, afirma que,

Apesar de a própria existência dos conselhos já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, os estudos demonstram que tem sido muito difícil reverter, na dinâmica concreta de funcionamento dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais. (TATAGIBA, 2002, p. 55)

É necessário, portanto, descentralizar o poder, Estado e Sociedade devem governar juntos, em busca da garantia dos direitos de cidadania, neste caso, das mulheres. Porém o que se observa no COMDIM, é que isto ainda não está acontecendo efetivamente, pois o Conselho

além de ser consultivo, não possui verbas e é pouco reconhecido. O depoimento abaixo demonstra a preocupação da conselheira com a falta de união entre o Estado e a Sociedade.

*“Eu acho que esse é um grande desafio, respeitar o poder público, e tentar o diálogo, trabalhar sempre em prol dos direitos sociais e da sociedade... É um grande desafio conseguir isso em qualquer área” (Conselheira F - Representante Governamental).*

A acessibilidade ao Conselho e sua estrutura também foram temas suscitados por uma conselheira, pois o Conselho fica dentro de uma secretaria, e isso pode inibir que outras mulheres venham participar. Bem como o fato de ele estar numa secretaria pode impedi-lo de crescer, porém ao estar ali, fica mais perto do governo o que pode favorecer o Conselho em certos momentos.

*“Eu diria mais desafios. Por exemplo, a sede do COMDIM, já é um entrave, porque assim qualquer setor público que a gente entra, parece que somos intrusos, eu me sinto assim... Principalmente quando a gente não é da área. Agora imagine uma mulher mais simples, com problema, que quer conversar, acho que não se sente bem, mesmo sendo poder público acho que deveria ter uma sala em algum outro setor, ou uma casa, mas enfim não ficar onde funciona a sede de uma secretaria.(...) O desafio real é implementar melhor o COMDIM, definir bem as políticas públicas para a Mulher que o conselho quer. Eu acho que falta uma ligação maior com o conselho estadual. Também precisamos levar as discussões da Mulher para as universidades públicas e privadas” (Conselheira D - Representante Governamental).*

A integração com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM, e com os outros Conselhos municipais, citada no depoimento acima, será muito valiosa para o COMDIM. Há também a necessidade da construção de trabalhos intersetoriais, no qual ocorre a articulação entre os setores sociais, inaugurando uma nova forma de realizar as atividades e de construir políticas públicas. Essa parceria entre os setores da esfera pública e privada pode contribuir para o fortalecimento dos conselhos, pois agrega conhecimentos, e torna possível a garantia ampliada dos direitos de cidadania. Esse intercâmbio pode possibilitar ainda o acesso a dados estatísticos sobre a população feminina de Florianópolis. Raquel Raichellis, 2000 aponta essa falta de articulação como um desafio para os conselhos:

Uma grande tarefa é pensar estratégias de integração e articulação entre os conselhos, criar agendas comuns e fóruns mais amplos que contribuam para superar a segmentação das políticas sociais. (RAICHELLIS, 2000, p.46)

A problemática da falta de informações sobre as condições de vida das mulheres florianopolitanas, foi outro assunto levantado por uma das conselheiras. Consideramos que a partir do momento que o COMDIM tiver dados sobre as demandas e carências da população feminina, ele poderá traçar um plano de ações que caberá as conselheiras trabalharem em função dele. O depoimento abaixo ressalta esse desafio:

*“Pra mim o principal desafio, é um: estatísticas. Eu acho que é um desafio muito grande, porque isso vai envolver muitas coisas, que vai ser difícil se conseguir se não tiver um trabalho sério em relação a isso. Então eu considero um grande desafio essa coisa de conseguir estatísticas”*  
**(Conselheira G - Representante Governamental).**

É possível perceber que em alguns momentos, o que falta para o Conselho iniciar suas atividades são informações sobre as mulheres do município, pois é impossível, realizar um trabalho sem informações de seu público alvo. Os dados empíricos possibilitam a quantificação das necessidades das mulheres, e demonstram a urgência de criar políticas públicas em determinadas áreas. Por isso é importante trabalharmos na perspectiva da intersetorialidade para conseguirmos números, como por exemplo, das áreas da saúde, da assistência social, da educação, da pessoa idosa, segurança pública, entre outros.

Em relação as dificuldades do COMDIM, ressaltamos que ainda são muitas, provavelmente por ser um Conselho novo, porém não são diferentes das encontradas em inúmeros outros conselhos. Maria Inês Bravo e Rodriane Oliveira, 2004 destacam que:

(...) muitas dificuldades enfrentadas pelos conselhos decorrem da cultura política presente ao longo da história política brasileira que não permitiu a criação de espaços de participação no processo de gestão das políticas sociais públicas, havendo o predomínio da burocracia, com ênfase nos aspectos administrativos e técnicos, como também nas práticas políticas, visando a cooptação da população, o populismo e o clientelismo. (BRAVO; OLIVEIRA. 2004, p. 10)

A partir de nossas observações nas reuniões dos conselhos, de levantamento bibliográfico sobre as dificuldades encontradas nos conselhos de direitos e posteriormente comparando junto às respostas das conselheiras, através de entrevistas, salientamos aqui os principais problemas do COMDIM: a falta de capacitação para as conselheiras; escassez de conhecimento sobre suas funções e sobre o papel dos conselhos; ausência de membros externos ao Conselho; falta de comprometimento com as atividades do Conselho; falta de quórum; e para finalizar ressaltamos a nossa preocupação com os debates que ocorrem no espaço do Conselho, pois as integrantes de ONGs e OGs tem se mostrado receosas em relação ao estabelecimento de conflitos, preferindo estabelecer um clima de “consenso” nas reuniões.

Dentre todas essas dificuldades podemos destacar primeiramente a falta de capacitação de algumas conselheiras, seu desconhecimento em relação ao que é um conselho de direito, qual seu papel. Este certamente deveria ser o primeiro problema a ser resolvido, pois a partir do conhecimento que as conselheiras poderão iniciar seus trabalhos. Maria Inês Bravo, 2009, salienta que “a participação dos sujeitos, entretanto, só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de capacitação para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva, no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público” (BRAVO, 2009, p. 401).



A maioria das conselheiras dissertou sobre alguns desses entraves citados acima, que interferem na participação qualificada, e na estruturação do COMDIM. Mas apenas uma reconheceu todos eles como dificuldades e ainda enumerou mais alguns, como a necessidade de identificação com o tema e de consciência política que as conselheiras devem ter:

*“A principal dificuldade é que ele (o COMDIM) ainda não é deliberativo, somente consultivo, e nessa condição esbarra com muitas limitações. Ainda não possui um Plano de Ação definido, que defina políticas e estratégias que possam ser trabalhadas conjuntamente com as demais Secretarias Municipais e com a Coordenadoria Municipal da Mulher. Outra dificuldade é que ele é relativamente novo e por esse motivo, as conselheiras têm pouco conhecimento e experiência em relação às suas funções. Muitas delas estão representando a entidade contra sua vontade, ou seja, foram forçadas a assumir, e por esse motivo não se engajam com o devido comprometimento que requer a função. Existe um desconhecimento em relação ao que é “exercer política” através de um conselho, ou seja, muitas conselheiras têm receio de se posicionar contra o Estado ou contra a Instituição que representam. Além disso, a temática de gênero e estudos feministas, bem como a própria concepção sobre feminismo ainda é desconhecida pela maioria das conselheiras” (Conselheira H - Representante Não-Governamental).*

A falta de articulação entre as próprias conselheiras também se configura como uma dificuldade para a implementação do Conselho, muitas não se conhecem, não sabem quais são as instituições que fazem parte do Conselho e nem o que essas instituições fazem. Essa afirmação se expressa nos depoimentos das conselheiras B e C.

*“as dificuldades são principalmente a falta articulação entre as conselheiras, ninguém se conhece direito, é preciso saber por que a gente tá ali, e o que o outro pode oferecer” (Conselheira B - Representante Governamental).*

*“A principal dificuldade do COMDIM é a interação, é essa falta de interação entre as integrantes do COMDIM.(...)” (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

Outra grande dificuldade que pode ser percebida no COMDIM é o não comprometimento de algumas conselheiras, que se reflete na não-participação, ou em uma participação passiva, onde elas comparecem a reunião, porém não participam das discussões, não dão opiniões. Ao longo das entrevistas constatamos que essa falta de comprometimento – que pode se traduzir também em falta de tempo, devido as suas condições de mulheres, assalariadas, mães, donas de casa, esposas, estudantes – de algumas conselheiras, afeta tanto os representantes da sociedade civil, quanto os representantes do governo. As primeiras afirmam estar desmotivadas e nem sempre estão articuladas, muitas desconhecem o poder que têm. Conforme Sell (sem data) o desafio de fazer o indivíduo participar da vida política, para além das eleições, permanece. Por esta razão, a existência de uma sociedade civil forte e organizada é fundamental para os esforços de democratização da sociedade.

Já por parte dos representantes governamentais, algumas conselheiras são designadas pelas suas chefias para tomar assento nos Conselhos, porém, nem sempre estão preparadas para representar efetivamente a Instituição. Conforme Luciana Tatagiba, 2002,

muitas vezes, isso decorre da pouca importância que o Estado confere à sua participação nos conselhos, mandando para as reuniões pessoas não preparadas para a discussão e com pouco poder de decisão. Essa política de esvaziamento dos conselhos tem se refletido nos altos índices de ausência dos conselheiros governamentais”(TATAGIBA, 2002, p.63)

Os depoimentos abaixo de algumas conselheiras expressam, essa falta de articulação e participação, algumas integrantes reconhecem que não participam como deveriam.

*“Manter o objetivo do conselho, muitas vezes eu sinto as pessoas como se estivessem numa reunião de colegas. Elas vão lá reclamam, conversam...”*  
(**Conselheira A - Representante Governamental**)

*“Às vezes as pessoas não estão bem preparadas para representar, ela não estão com empatia e desprendimento. (...) As vezes eu penso, meu deus a tarde inteira uma reunião, mas é preciso a gente conversar, se conhecer, debater. É preciso um pouco mais de sensibilização, não podemos ser tão burocráticas, é preciso que façamos nossos trabalhos com paixão”*  
(**Conselheira B - Representante Governamental**).

De acordo com Bader Burihan Sawaia (2001, pág. 117) “[...] participar é envolver-se emocionalmente, e não apenas racionalmente”. A autora afirma ainda que a participação é inerente ao ser humano, é uma necessidade, e a considera como uma potencia de ação, que implica na “passagem da passividade à atividade, e da heteronomia passiva à autonomia corporal” (pág.125). Destarte, é preciso uma participação efetiva das conselheiras, que elas dêem importância para essa função que estão exercendo. Maria da Glória Gohn, 2003, afirma que é necessário,

[...] requalificar a temática da participação em outras dimensões, que dizem respeito ao aprofundamento da democracia; à construção de um novo paradigma; às ações coletivas baseadas na categoria da cidadania; e à construção de novos espaços de participação, lastreados não em estruturas físicas, mas em relações sociais novas que se colocam entre o público e o privado, originando o público não-estatal (GOHN, 2003, p. 53).

A participação e o comprometimento dos sujeitos politicamente engajados, nos movimentos sociais, fóruns e conselhos de direitos, assegura a garantia dos direitos de cidadania e a ampliação de espaços para as suas lutas. Duas conselheiras apontaram respectivamente a ausência de comprometimento e dedicação das conselheiras como uma das principais dificuldades, bem como a ausência de opiniões.

*“E o comprometimento, que eu me incluo né. Outra grande dificuldade é isso é a falta de comprometimento e de motivação das conselheiras. (...) E às vezes eu sinto que o conselho não está na lista de prioridade das conselheiras, porque dificilmente a gente consegue uma reunião, onde se possa deliberar, por falta de quorum”* (**Conselheira D - Representante**

*Governamental).*

*“O principal desafio é ter um conselho atuante e, essa é também a principal dificuldade, meio que se mesclam as coisas. A gente batalhou muito pra rearticular o conselho e aí, quando o conselho começa a funcionar a gente imperra numa série de problemas que envolvem muito a participação e a dedicação de cada conselheira. É difícil, em muitas plenárias, por exemplo, a gente sofreu pra ter quorum e, a maioria das vezes a gente participa das plenárias e boa parte das conselheiras abre a boca pra dizer qual é o nome delas e qual a entidade ou instituição que estão lá representando, não se posiciona mais, não fala” (Conselheira E - Representante Não-Governamental).*

A partir desses depoimentos percebemos a angústia de algumas conselheiras, com a falta de comprometimento, mas que algumas delas se encaixam nisso. Compreendemos a importância da capacitação das conselheiras, para que elas entendam o quanto a participação ativa é importante, para legitimar o controle social da sociedade sobre o estado, para fiscalizar as ações governamentais. De acordo com Potyara Pereira, 2008, a vantagem dessa prática participativa consiste na possibilidade de ela tornar-se uma permanente educação para a cidadania, criando obstáculos à tendência dos representantes do povo, ou dos cidadãos, de não defenderem os interesses públicos (p.12).

Aldaíza Sposati, afirma ainda que os Conselhos são arenas de negociação e sua qualidade decorre de múltiplos fatores como, por exemplo, o preparo dos próprios conselheiros em formular opiniões e argumentos defensivos da qualidade dos atendimentos e dos direitos (SPOSATI, 1994, p. 104, apud BIDARRA, 2006).

A partir da concepção dessas autoras pode-se afirmar que, participar é uma forma de romper com a subalternidade, de expressar as demandas sociais, enfim é uma forma de não ser submisso aos detentores do poder. “Participar para não ser governado, para viver em alegria de não ser comandado e para evitar que o desejo de não ser governado de uns, se transforme em desejo de governar de outros, e o poder se personalize”. (SAWAIA, 2001, p.125)

Outra dificuldade que surgiu durante as entrevistas é sobre a função do Estado. É preciso ter claro que o Conselho é um instrumento de controle da população, portanto seus trabalhos e propostas de políticas públicas devem ser voltados para a sociedade, levando em conta as suas demandas e não os interesses estatais. E para isso é importante que o Conselho além de ter essa noção de trabalhar para a sociedade, esteja munido de estratégias para dialogar com o Estado. Tendo em vista a construção de uma relação de parceria e não de submissão.

*“Eu acho que o maior desafio e também a maior dificuldade é não trabalhar somente em prol de um governo, o conselho deve ter muito claro que trabalha junto ao governo mais em prol da sociedade, livre de interesses*

*políticos” (Conselheira F - Representante Governamental).*

A partir dos depoimentos, podemos visualizar empiricamente o que Luciana Tatagiba (2002) assinala em seu texto como dificuldades encontradas dentro dos conselhos: “[...] a) a dificuldade dos atores, tanto governamentais quando não-governamentais, em lidar com a pluralidade; b) a relação conselheiro-entidade; e c) a qualificação dos conselheiros para o exercício de suas funções.”.

Nesse sentido, ao avaliarmos as experiências concretas das entrevistadas, nos deparamos com dificuldades maiores na ordem da participação, que apontam para a urgência da capacitação das conselheiras, para se alcançar um perfil mais adequado para essa função, pois ela exige um conhecimento da legislação, dos Estatutos, conhecer a realidade do segmento, ter minimamente o domínio das políticas públicas para assim defender os direitos de cidadania.

O problema da falta de capacitação atinge de forma diferenciada os distintos atores que participam dos conselhos. Se o acesso as informações e o próprio conhecimento quanto ao funcionamento da máquina administrativa colocam os conselheiros governamentais em vantagem em relação aos representantes da sociedade civil, entre estes últimos, as diferentes capacidades também oferecem obstáculos a igualdade de participação nos processos deliberativos. (TATAGIBA, 2002, p. 70)

Portanto, além da urgente capacitação das conselheiras, é importante também que o Estado incentive mais o Conselho, que o inclua em suas ações. E também, mais esforço e empenho da sociedade civil, para exigir e fiscalizar o governo, e lutar pela defesa e afirmação dos direitos sociais das mulheres.

### ***3.4 – Relação do COMDIM com o Poder Público e a Sociedade Civil***

Os Conselhos num plano ideal, juntamente com a sociedade civil, têm o dever de fiscalizar o Estado e de indicar propostas de políticas públicas, e este tem o dever de acatá-las, e de garantir os direitos sociais. Ou seja, o ideal é que o Estado tenha uma relação horizontal com esses espaços de controle social, que respeite suas deliberações, e que apóie suas atividades.

Partimos da premissa, que para se fazer política pública é necessário que o Estado e a Sociedade cumpram seu papel, de um lado, o Estado deve ser o garantidor de direitos, e de outro a Sociedade deve exigir e cobrar do Estado esses direitos. “A política pública, portanto, é uma coisa de todos para todos, que compromete todos. (...) o qual envolve tanto o Estado no

atendimento de demandas e necessidades sociais, quanto à sociedade no controle democrático desse atendimento” (PEREIRA, 2009, p. 288), Potyara Pereira, afirma ainda que:

Política pública não pode ser confundida com política estatal ou de governo, e muito menos com a iniciativa privada – mesmo que, para a sua realização ela requeira a participação do Estado, dos governos e da sociedade e atinja grupos particulares e indivíduos. (PEREIRA, 2009, p. 287)

Para atingirmos esse patamar de política pública é preciso que o Estado, passe por inúmeras mudanças, pois na sua configuração atual – Estado neoliberal, que garante o máximo para o mercado e o mínimo para o social – não dará conta de responder as demandas da sociedade. Muitos autores consideram que definir o Estado, é uma tarefa muito complexa, pois o Estado é um fenômeno que varia de acordo com as relações sociais e com o momento histórico vivido, ou seja, está em constante movimento, e articula concomitantemente em seu processo, passado, presente e futuro, numa relação dialética (PEREIRA, 2009).

Para que os conselhos possam cumprir seu papel na íntegra, as demandas sociais e os interesses da gestão pública deveriam estar afinados. Nos termos de Nogueira, 2003, a sociedade civil idealizada por Gramsci, pode ser denominada de democrático-radical, na qual “a política comanda; luta social e luta institucional caminham abraçadas, articulando-se a partir de uma estratégia de poder e hegemonia” (NOGUEIRA, 2003, p. 223).

Essa sociedade “seria um espaço dedicado a promover a articulação e a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais”. O Estado que irá corresponder as necessidades dessa sociedade civil, pode ser chamado de máximo, “um Estado radicalizado, democrático e participativo” (NOGUEIRA, 2003, p. 223). Neste tipo de Estado, Nogueira 2003 define a sociedade civil como:

Um espaço onde são construídos projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades de direção ético-política, disputam-se poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas (NOGUEIRA, 2003, p. 224).

No entanto, na atual conjuntura do município de Florianópolis, essas concepções de Estado e Sociedade são limitadas devido as fortes influências de uma política neoliberal. É possível perceber no município, o que o autor Marco Aurélio Nogueira, 2003, afirma: na sociedade atual, coexistem diferentes projetos políticos societários. Portanto, consideramos que dentro do mesmo município, ocorrem ações democrático-radicais, por parte de alguns segmentos da sociedade civil, mas ao mesmo tempo, outros grupos possuem uma visão menos contestadora e compactuam com os interesses das classes dominantes e acabam corroborando com as práticas neoliberais. Nestas, o Estado se exime da responsabilidade para com a

Sociedade, abrindo espaço para que o Mercado ou o terceiro ofereçam seus serviços para a população.

Durante as entrevistas com as conselheiras, perguntamos a elas qual a relação que deve existir entre o COMDIM, a Sociedade Civil e o Estado, as respostas foram bastante diversas, mas a maioria concorda que um depende do outro, que eles devem caminhar juntos. O depoimento a seguir, nos traz outra perspectiva: que ambos devem, traçar seus próprios caminhos, um não pode depender do outro, pois cada um tem suas funções bem definidas.

*“Eu acho que com o poder público municipal ele tem que ter uma autonomia pra não estar atrelado, os conselhos não podem ser vistos como um órgão do governo, a gente briga bastante, inclusive, dentro do movimento social por isso. (...) Eu acho que o conselho tem que ter essa relação de autonomia em relação ao poder público pra poder cobrar e fiscalizar o poder público inclusive e, o poder público deve prestar contas das ações que faz pro conselho e se não presta contas, o conselho tem que cobrar também essa prestação de contas na área em questão, no caso, nos direitos da mulher. E com a sociedade civil, eu acho que tem que se posicionar, ser bastante aberto, receptivo, divulgar mais a existência das plenárias, pra que não só as entidades que compõe oficialmente o conselho, mas que todas as pessoas que queiram participar de uma plenária possam participar, que todas as pessoas que queiram ir para uma atividade possam estar indo para essa atividade, tanto das plenárias como outras atividades que o conselho possa estar fazendo” (Conselheira E - Representante Não-Governamental).*

O depoimento de outra conselheira também traz essa mesma noção, na qual ambos devem possuir autonomia para realizar suas atividades, porém é preciso mais incentivo para que a sociedade civil participe.

*“Eu acho que não pode ser uma relação de dependência, eu acho que o COMDIM tem que ter autonomia, mas deve respeitar o poder público e vice versa. O ideal seria que houvesse um bom entrosamento entre a sociedade, o COMDIM e o poder público. Eu até acho assim, que existe essa relação, mais é muito pequena. Não tem uma divulgação do conselho, uma participação maior, eu sinto assim o COMDIM muito amorfo, eu não vou entusiasmada para as reuniões. Eu até me cobro, porque eu não estou entusiasmada pra ir, mas deveria, porque é uma coisa que eu gosto e luto” (Conselheira D - Representante Governamental).*

É da própria lógica dos movimentos sociais que ocorra conflitos de interesses, contradição em relação ao encaminhamento de idéias, até antagonismos. Porém esses embates fazem parte de uma sociedade que se pretende democrática, como relatou a conselheira abaixo:

*“A relação entre eles é que o COMDIM é formado por um grupo de representantes de Entidades, tanto governamentais como não governamentais que atua no espaço público, ou seja, na esfera pública (sociedade civil) cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais (do Estado). Portanto, a relação entre eles é, na maioria das vezes, contraditória, devido ao conflito de interesses que*

*perpassam as instâncias deliberativas de ambas as esferas” (Conselheira H - Representante Não-Governamental).*

De acordo com Potyara Pereira, o Estado é considerado uma instituição contraditória por que “ao mesmo tempo em que exerce a dominação pura e simples, ele também usa de mecanismos de consenso para se legitimar perante o conjunto da sociedade, tendo, portanto, de atender demandas e necessidades das classes subalternas” (PEREIRA, 2009, p. 298).

Algumas conselheiras partilham da idéia de que ambos devem caminhar juntos, visando o “bem coletivo”. Acreditam que sem o apoio do Estado, a Sociedade Civil pouco consegue realizar. Como afirma a entrevistada no depoimento abaixo, o COMDIM está se propondo a buscar apoio do poder público e oferecendo elementos para conscientizar as pessoas integrantes das mais diversas comunidades, em relação a seu poder e a sua força.

*“Eu acho que de caminhar junto, de unir forças, no sentido de pensar no que seria melhor pra comunidade, o COMDIM pensar projetos direcionados para as comunidades, e ter apoio do poder público. Eu acho isso importante, porque se o COMDIM e o poder público caminharem em vias opostas, sempre se faz alguma coisa, porque a vontade das pessoas é muito forte, mas provavelmente é muito menos do que poderia ser avançado, principalmente nos direitos” (Conselheira F - Representante Governamental).*

*“Eu acho que tem que ser unidos, eu acho que os três devem ter um único objetivo, que é de estar sanando as necessidades e facilitando os acessos” (Conselheira A - Representante Governamental).*

Ainda na idéia de dependência entre as esferas, uma conselheira apontou que essa relação deve ser um triângulo, onde todas as pontas devem estar ligadas, uma deve estar amarrada na outra.

*“É uma tríade, eu imagino uma mesa de três pés, se algum deles não estiver de acordo, a mesa vai cair não vai ter nem chance de apoio, porque se fosse um quadrado acabaria se apoiando, mais numa tríade um precisa do outro. É importante o crescimento junto, o COMDIM se fortalecendo, crescendo, e sendo construído, o poder público participando. (...) E a sociedade ela tem que estar acompanhando, porque é pra ela que está sendo feito isso. É preciso que a sociedade esteja sempre participando” (Conselheira B - Representante Governamental).*

Outro relato significativo foi de uma conselheira que abordou o tema da transparência das ações, tanto do Estado, quanto da Sociedade, ambos precisam deixar claro o que almejam e o que estão fazendo, para um poder opinar nas decisões do outro, trocar idéias, visando a solução das demandas societárias.

*“Tem que ser uma relação muito transparente, muito clara. Tem que ser de troca. É muito importante a troca, porque é ali que a gente faz análise, discussões das situações. Eu acho que o poder público é o nosso canal pra gente legalizar e fazer coisas pras mulheres que nos estamos sabendo que necessitam, então tem que ser um canal mesmo, pra que ajude a chegar lá*

*nas soluções para as necessidades das mulheres” (Conselheira G - Representante Governamental).*

Apenas um depoimento foi totalmente diferente das demais conselheiras, a integrante afirmou que essa relação aqui no município ainda não existe, pois o poder público não respeita o COMDIM. Haja vista que ele é apenas consultivo e não deliberativo, e que a sociedade não participa, portanto não há relação alguma entre essas esferas.

*“Não existe ainda uma relação, pois enquanto o conselho for só consultivo, o Estado nunca vai respeitá-lo, e a sociedade civil não terá vontade de participar, pois o conselho não tem força, e não terá nenhum poder” (Conselheira C - Representante Não-Governamental).*

A avaliação dessas declarações nos convida a refletir sobre de quem é a culpa dessa falta de participação e respeito entre as esferas, a maioria das conselheiras julgou a sociedade civil por não participar, mas precisamos entender que em nossa país a cultura da não-participação é muito forte. Portanto esse incentivo precisa partir do Conselho, através de ações extensionistas nas comunidades, de campanhas de conscientização e de publicização do Conselho. Expondo para a sociedade a importância da participação política, o poder que eles podem ter juntos, e mostrando para o Estado, que estamos aptos para exercer o controle social, através da participação democrática e de qualidade. Evelina Dagnino, 2002, afirma ainda que é “um equívoco atribuir aos espaços de participação da sociedade o papel de agente fundamentais na transformação do Estado e da Sociedade. Eles têm que ser visualizados com uma das múltiplas arenas em que se trava a disputa hegemônica no país” (DAGNINO, 2002 **apud** BRAVO, 2009, p. 400).

Acreditamos, no entanto que é necessário romper com o paradigma, da hegemonia do Estado e submissão da sociedade, é imprescindível que a sociedade exija seus direitos que deveriam estar sendo garantidos pelo Estado. E o melhor modo de realizar isto, é aproveitando os espaços de controle social. Pereira, 2009, afirma que “tanto o Estado como a sociedade são parte constitutivas e integrais de um todo contraditório que se publiciza à medida que se torna permeável aos conflitos e às diferenças, assim como à definição negociada de políticas públicas, isto é, de todos” (PEREIRA, 2009, p. 299).

### ***3.5 – Os Conselhos de Direito como um novo campo de trabalho para os assistentes sociais.***

Atualmente, com o surgimento de novos cenários no campo social, o trabalho para as (os) assistentes sociais tem se ampliado na medida em que a profissão vem respondendo a



novas demandas postas pela sociedade. É nesse contexto de possibilidades que surge o exercício profissional no campo da assessoria e consultoria para o serviço social, definidas por Matos, 2006 como:

[...] aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim propor caminhos e estratégias ao profissional ou a equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições (MATOS, 2006, p. 31-32, apud MATOS, 2009, p. 518).

Constatamos que existem poucas produções teóricas sobre a temática da assessoria/consultoria, e o tema, geralmente, tem sido confundido com supervisão profissional, com militância política ou com intervenção em uma comunidade. Conforme Matos, 2009, a diferença entre o significado de assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Geralmente, solicita-se uma consultoria quando se trata de questões mais pontuais, como por exemplo, a elaboração de um projeto específico que envolve uma determinada temática que é de domínio da pessoa consultora. Por sua vez, a assessoria é um processo mais demorado, na maioria das vezes solicitada por uma equipe ou Instituição com o objetivo de articular técnicos ou profissionais em torno de um projeto. A assessoria é exercida desde a elaboração do projeto, estendendo-se durante a sua execução, envolvendo acompanhamento técnico e teórico, até a avaliação final. Portanto, a atividade de assessoria exige que os profissionais tenham um amplo conhecimento sobre o assunto para o qual são convidados.

Foi a partir da década de 1990 que a temática da assessoria passou a integrar as ações do Serviço Social. O cenário da reestruturação produtiva e da reforma do aparelho do Estado exigiu um reordenamento nas Instituições, e nesse processo, o conhecimento do Serviço Social foi solicitado. Da mesma forma, fruto de um reconhecimento acadêmico importante, experiências de assessoria foram realizadas durante o processo de implementação das políticas sociais pós Constituição Federal de 1988, incluindo os conselhos de direito.

Em relação ao papel de assessores junto aos conselhos de direito, sugere-se que os profissionais de Serviço Social tenham conhecimento sobre o importante papel que esses espaços representam, conheçam a política setorial a qual o conselho se vincula, possam realizar uma análise crítica da conjuntura social, econômica e política de seu município, assumam um posicionamento ético-político na condução de seus trabalhos e realizem investigações acerca das demandas que permeiam a dinâmica do conselho, como prevê Tatiana Araújo da Fonseca, 2005:

Nos espaços dos conselhos, os trabalhos de assessoria podem se revestir de um caráter muito mais político e técnico, devido à representatividade que esses organismos têm na esfera política. Portanto, ao garantir um posicionamento ético, o profissional democratiza a relação entre os atores envolvidos e aprofunda o exercício da cidadania. Através do domínio de informações para a instrumentalização necessária que requerem habilidades técnico-operacionais, o assistente social estabelece um constante diálogo entre os diferentes segmentos sociais envolvidos nessa relação e possibilita alianças que tracem novos caminhos (FONSECA, 2005, p.21).

Os Conselhos de Direito, portanto, vem se configurando, nos últimos anos, como um importante campo de trabalho para as (os) Assistentes Sociais. Conforme Maria Inês Bravo (2008), os profissionais de Serviço Social podem participar dos Conselhos, através de duas formas: uma essencialmente política, quando participam enquanto conselheiros, e outra que caracteriza um novo espaço sócio-ocupacional, quando desenvolvem ações de assessoria aos conselhos ou a alguns de seus segmentos (BRAVO, 2008, p. 31).

Ainda de acordo com a autora, as atividades das (os) assistentes sociais, podem ser de duas direções, a primeira seria como auxílio técnico, desenvolvendo atividades como: confecção de relatórios, elaboração da pauta, organização da documentação. A segunda forma de participação ocorre através de atividades técnico-políticas, que abarcam a democratização e a socialização da informação, ações sócio-educativas, realização de pesquisas, confecção do perfil das conselheiras, entre outras (BRAVO, 2009).

As (os) profissionais de Serviço Social encontram, ainda, nos Conselhos, um modo de exercer a dimensão sócio-educativa da profissão fortalecendo o protagonismo. “Um protagonismo que advenha da consciência de direitos, e rume para a organização coletiva, para fazer valer na sociedade e no estado os interesses das camadas populares” (OLIVEIRA, 2008, p. 41).

Nesta dimensão, o profissional estará atuando na perspectiva da educação política que proporcione cidadania ativa, buscando maior participação por parte das pessoas envolvidas. Ao assumir um trabalho de mobilização e organização popular, socializando as informações, lutando pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela implementação de políticas sociais universais, o Assistente Social estará agindo com o intuito de ampliar a democracia em todas as esferas.

O trabalho do Serviço Social junto aos conselhos visa transformar a condição dos sujeitos subalternos, em sujeitos de direitos. Durante muito tempo, as pessoas foram tratadas como objeto, como subalternos, tutelados. O profissional de Serviço Social pode contribuir para romper com esse paradigma, indo na direção de uma nova identidade para os sujeitos, onde todos tenham autonomia, e possam exigir seus direitos de cidadãos (OLIVEIRA, 2008).

Vale lembrar que os conselhos são apenas uma forma de exercer o controle social, e se configuram também como um dos espaços de atividades de assessoria que a (o) assistente social pode realizar, outro exemplo onde essas (es) profissionais podem atuar é nos movimentos sociais, com o intuito de fortalece-los para que possam exigir seus direitos. Conforme Ivanete Boschetti e Rosa Helena Stein, 2008,

“Nossa atuação nos conselhos, inegavelmente, é uma contribuição à construção dos espaços democráticos e deve ser parametrada pelo projeto ético-político-profissional, no sentido de compreendê-los como uma mediação necessária e importante para a socialização da política. Esta, contudo, não deve se sobrepor ao necessário e imprescindível fortalecimento dos movimentos sociais, como sujeitos coletivos, capazes de potencializar as lutas necessárias a uma transformação radical da sociedade capitalista” (BOSCHETTI; STEIN, 2008, p. 16).

As (os) profissionais de Serviço Social auxiliam no processo de democratização do espaço público e mudança da cultura política. Maria Inês Bravo, 2008 assinala que “O assistente social contribui para o fortalecimento dos sujeitos, para ampliar seus direitos de cidadania, visando a emancipação política dos sujeitos” (BRAVO, 2008).

A dimensão investigativa também se faz presente na prática da (o) Assistente Social junto aos conselhos, ao aplicar o conhecimento adquirido na academia no cotidiano da prática. E é a partir dessa prática que a (o) Assistente Social media sua ação profissional entre o “saber fazer e o fazer saber”. Miriam Baptista, afirma que:

a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que os outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte, um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico (Baptista, 1992, p.89).

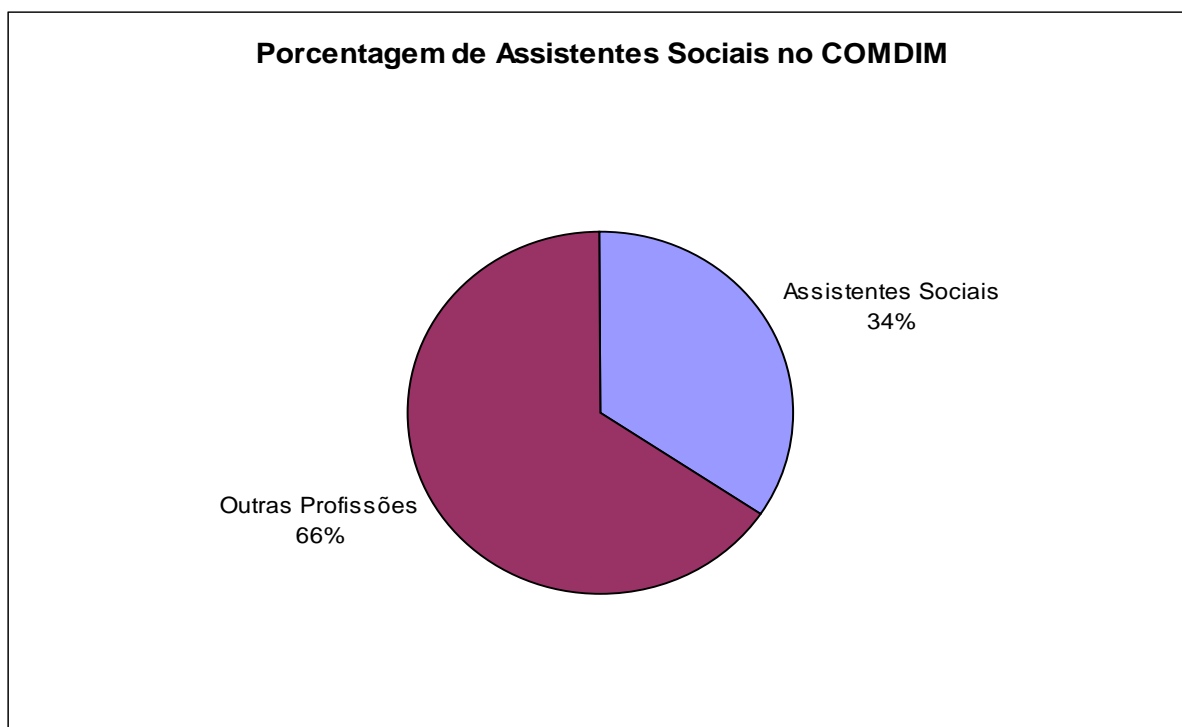
A (o) profissional de Serviço Social que atua nos conselhos tem como base as competências e atribuições do Assistente Social contidas na Lei de Regulamentação da Profissão. Citamos o Artigo 4º que fala sobre as competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;*
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;*
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;*
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;*

*IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.*

A participação das Assistentes Sociais no COMDIM se configura majoritariamente, nas palavras de Maria Inês Bravo, 2000, como “essencialmente política”, pois a maioria são conselheiras. Porém, o Conselho conta com a assessoria do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. As atividades desenvolvidas pela secretaria executiva do Conselho também são realizadas por uma Assistente Social.

O número de Assistentes Sociais, formadas ou em formação, que atualmente fazem parte do COMDIM, – entre conselheiras titulares e suplentes – é bastante significativo, o gráfico abaixo mostra que 34%<sup>20</sup> das conselheiras possuem formação em Serviço Social.



Esse número explicita uma nova realidade nos conselhos e para a profissão, pois as (os) profissionais podem e devem exercer um trabalho diferenciado dentro desses espaços, uma vez que sua formação prevê disciplinas que tratam diretamente sobre os mecanismos de controle social. Os assistentes sociais inseridos nos espaços de controle democrático auxiliam no processo de fortalecimentos dos sujeitos, tendo como horizonte a emancipação humana.

Destarte, concluímos que para ter sucesso no atendimento dessas novas demandas

---

<sup>20</sup> Consideramos também como assistentes sociais, as conselheiras que ainda estão em formação no curso de Serviço Social.

sociais, é interessante que os profissionais se reciclem, e que se tiverem oportunidade, ampliem seus instrumentos de trabalho, para que possam ser pioneiros em outros campos. Além desse interesse por novas temáticas, e novos campos de trabalho, o ideal é que essas (es) profissionais tenham condições de exercer sua profissão com criatividade e sensibilidade para perceber as demandas latentes<sup>21</sup> do cotidiano.

---

<sup>21</sup> De acordo com Potyara Pereira, 2001, “a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições”. (p. 54). A autora salienta ainda que a questão social não está explícita, “mas sim uma incômoda e complicada questão social latente” (p. 52)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não se pode escrever nada com indiferença”.*

*Simone de Beauvoir*

Após ter apresentado as contribuições do movimento feminista para a emancipação das mulheres, o surgimento dos primeiros conselhos dos direitos da Mulher, e ter feito a análise das concepções das conselheiras acerca do papel do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, suas funções e representatividade, pretende-se nesta sessão sintetizar algumas análises e propor possibilidades de mudanças.

No decorrer deste trabalho foi possível perceber a importância dos movimentos sociais na conquistas dos direitos de cidadania, entre eles os movimentos feministas, que tanto no mundo como no Brasil, foram indispensáveis na garantia dos direitos das mulheres.

Considera-se que a participação e a articulação das mulheres foram essenciais para que o movimento feminista “colhesse alguns frutos”. Destarte pode-se afirmar que este mesmo movimento, aqui na região da Grande Florianópolis, encontra-se atualmente, desarticulado, sem o mesmo vigor de antes. Por isso avalia-se (e sugere-se) a rearticulação do movimento feminista, para que as mulheres voltem a conquistar direitos e tenham mais visibilidade na vida pública.

A partir de uma participação mais efetiva das mulheres nos espaços de controle social, estes ficarão cada vez mais fortalecidos, e terão condições de exigir melhores condições de vida para esse segmento. O Estado, por sua vez, perante a mobilização e organização das mulheres terá que tomar iniciativas, pois as mulheres não são apenas uma força política, mas também econômica, cultural e social. Ou seja, o funcionamento do Estado, do Capital e da Sociedade, depende muito das mulheres. Portanto, é preciso dar oportunidade para que elas mostrem sua força, sejam respeitadas e possam (re) construir suas vidas.

Vale ressaltar, que a cultura da não-participação é muito forte no Brasil, por isso não se pode culpar as mulheres pela falta de participação. A participação política no país, na maioria das vezes, está ligada ao processo eleitoral, ou seja, é de caráter representativo: você escolhe um candidato para lhe representar por quatro anos e sua participação se encerra ali. Deste modo salienta-se que além de uma mudança no comportamento das pessoas é imprescindível que ocorram mudanças no atual tipo de democracia que rege a nossa sociedade. O ideal é que esta participe juntamente com o governo, que as decisões sejam

coletivas e democráticas.

Importante instrumento democrático, os conselhos de direito têm como um dos princípios o exercício da democracia participativa, no qual as conselheiras discutem e deliberam ações em prol da sociedade. Apesar do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ainda não ser deliberativo, ele pode exercer seu papel de controle social, propondo, monitorando e exigindo políticas públicas de gênero. Para que isso aconteça, é importante que as conselheiras consigam agregar as mulheres em geral, para estarem mais unidas, discutindo e debatendo assuntos que lhes dizem respeito, caso contrário, as questões que envolvem o feminino continuarão a ser deliberadas pelos homens, que atualmente ocupam a maioria dos cargos no poder. Por isso, sugerimos que possam ser realizadas capacitações com as conselheiras, para sensibilizá-las, reconhecendo seu valor perante a sociedade.

No caso específico do COMDIM, há uma preocupação constante em relação ao como chamar as mulheres que integram os diferentes segmentos da sociedade, pois nas reuniões ainda há a presença apenas das conselheiras. Essa presença deve ser incentivada e valorizada, apesar dos limites que essa função desencadeia, pois as conselheiras também são trabalhadoras assalariadas, mães, esposas, amantes, filhas, donas de casa, estudantes, entre outras. Essa multiplicidade de sujeitos requer por parte das mesmas, verdadeiro malabarismo para cumprir todas as funções que lhe cabem, na maioria das vezes, sem o apoio da instituição onde trabalham, é o caso de uma delas que precisa “pagar a hora” que fica fora da instituição, participando das reuniões do COMDIM.

É normal ouvir-se que *“já que as mulheres lutaram para chegar ao mercado de trabalho, agora que agüentem”*, isso porque, além de trabalhar o dia todo, ainda precisam fazer os afazeres domésticos, buscar criança na escola, participar das assembléias, manter-se bonita. Enfim, é necessário que seus parceiros ou parceiras, tenham compromisso com o espaço doméstico e possam dividir todas as tarefas para que ambos compartilhem a jornada de trabalho doméstico.

Destarte, aliando essas jornadas múltiplas de trabalho, com a cultura da não participação, temos atualmente o esvaziamento dos conselhos de direito e dos movimentos sociais. Por isso, que neste trabalho, além de críticas construtivas para a melhoria da participação das conselheiras no COMDIM, também se solidariza com as condições em que essa participação ocorre. Portanto, este trabalho de conclusão de curso, foi essencial para mudar as concepções da acadêmica acerca da participação e para a compreensão da subjetividade das conselheiras, os desafios que enfrentam para exercer essa função.

Assim sendo, conclui-se que além de incentivar a participação, através de capacitações, mobilizações, visitas em comunidades, é preciso que o Estado crie

possibilidades para que ela aconteça através de políticas públicas na área de educação, construindo mais creches e escolas, alterações no que diz respeito ao banco de horas, sendo a função de conselheira devidamente considerada como hora de trabalho, entre outras medidas.

É importante destacar que as políticas públicas de gênero devem combater as desigualdades de gênero, e implicam diretamente em práticas sociais que visem a justiça, redistribuição da riqueza e do poder, o acesso universal aos direitos humanos e de cidadania. Para isso é necessário considerar as mulheres e outras *maiorias*<sup>22</sup> como sujeitos políticos ativos, construindo espaços de debate, para definir estratégias e meios de articulação para com o Estado.

No entanto, é primordial destacar, os avanços do COMDIM, é claro que ainda há muitos obstáculos, mas a participação é um processo, bem como o reconhecimento também o é. E certamente temos conselheiras preparadas (ou então dispostas a aprender) para que o COMDIM, seja um Conselho ativo, exercendo seu papel perante o Estado e a Sociedade.

Sendo assim, define-se que a intenção principal deste trabalho é sugerir uma participação qualificada e ativa das conselheiras, para que o COMDIM, diferentemente das outras tentativas de “Conselho da Condição Feminina” que existiram há alguns anos atrás, em Florianópolis, continue ativo, lutando para garantir os direitos femininos e a perspectiva de gênero nas políticas públicas. Para tanto nos comprometemos a dar o retorno desta pesquisa para as conselheiras e para o COMDIM<sup>23</sup>, na tentativa de oferecer subsídios, que possam contribuir para a conscientizar todas (os) a participarem do conselho, e se comprometerem com as causas femininas.

Sugerimos, também, a ampliação da democracia participativa, na qual os objetos que são alvos de políticas públicas, transformam-se em sujeitos, que decidem junto com o Estado em prol da melhoria de vida da população.

A guisa de conclusão evidenciamos a importância e a contribuição das (os) profissionais de serviço social, nesses espaços de controle social e democrático, que exigem da (o) profissional muita paciência, força de vontade e principalmente paixão pelo que faz, pois os resultados são lentos, há desavenças e desapontamentos, porém o conselho deve ser visto como “uma pedra bruta” que trabalhada e lapidada, pode se tornar “um diamante”. Ou seja, por mais árduo e intenso que seja o trabalho ele é “precioso”, fundamental para a garantia dos direitos de cidadania.

---

<sup>22</sup> Usa-se o termo *maiorias* ao invés de *minorias* – adotado nas ciências sociais e humanas, para identificar os segmentos excluídos dos direitos mínimos, tais como: mulheres, pobres, negros, idosos, deficientes, homossexuais, entre outros. O nosso entendimento é que na verdade esses segmentos são a maioria da sociedade, sendo os detentores do capital, brancos e homens a minoria.

<sup>23</sup> Uma cópia deste TCC estará disponível na biblioteca do COMDIM.



## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil. **CEPAL**, Santiago, n. 66, jun. 2005. p. 43-76. Série Mujer y Desarrollo. Disponível: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/22230/lcl2322p.pdf>> Acesso: 13/10/2010.

\_\_\_\_\_.; VASCONCELOS, Marcia. **Equidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais**. v. 3. Brasília: Agende, 2002.

BIDARRA, Zelimar. S. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. In: **Serviço Social e Sociedade, Ano XXVI**, n. 88. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; STEIN, Rosa Helena. A inserção dos Assistentes Sociais nos Conselhos de Direitos e de Políticas no Brasil. In: **Revista em Foco: O serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. n. 4. Rio de Janeiro: Vênus Luar Artes Gráficas, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. Os Conselhos e a Participação dos Assistentes Sociais. In: **Revista em Foco: O serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. n. 4. Rio de Janeiro: Vênus Luar Artes Gráficas, 2008.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social nas instancias publicas de controle democrático. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. v. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira (Grupo Record), 2003.

CADASTRO NACIONAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_cadastro/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_cadastro/index.html)> Acesso em: 18/08/2010

CARREIRÃO, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, jan./jun. 2009. p. 35-62. Disponível: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2287>>. Acesso: 22/09/2010.

CASTILHOS, Clair; LUNA, Elizabeth. O feminismo em Santa Catarina. In: **Mulher**

**Catarina – Revista Comemorativa aos 15 anos da Casa da Mulher Catarina.** ano 1, n. 1. Florianópolis: Agnus, dez. 2004.

CONCEITO DE AUTONOMIA. Disponível em:  
<<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.autonomia3.html>> Acesso em: 30/10/2010

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CLÍMACO, Danilo de Assis. **Tráfico de mulheres, negócios de homens. Leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e o masculino.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em:  
<<http://www.cfh.ufsc.br/~ppgp/Assis%20Climaco.pdf>> Acesso em: 25/08/2010

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Maria Emília. Construindo uma atitude investigativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9.; 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

FONSECA, Tatiana. M. A. da. Reflexões acerca da assessoria como atribuição e competência do assistente social. In: **Revista Ágora**, ano 2, n. 3, dez. 2005. Disponível em:  
<<http://www.assistentesocial.com.br/agora3/fonseca.doc>> Acesso em: 13/10/2010

GAMBA, Susana B. (coord.). **Diccionario de estudos de género y feminismo.** 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sóciopolítica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. In: **Revista Política & Sociedade.** n. 1, out. 2007. p. 41-70.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de informações básicas Municipais – MUNIC, 2009.** Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1612&i](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1612&i)>

d\_pagina=1> Acesso em: 30/10/2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Revista Katálýsis**. v. 13, n. 1. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2010. p. 66-75.

\_\_\_\_\_; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e Equidade de Gênero: Políticas Públicas para Mulheres Excluídas dos Direitos Mínimos. In: **Revista Katálýsis**. v. 8, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2005.

\_\_\_\_\_; LUSA, Mailiz Garibotti. **Indicadores de Equidade de Gênero nas Políticas Públicas – Apontando possibilidades de empoderamento para mulheres**. Relatório de Pesquisa. PIBIC/CNPQ. Florianópolis, 2007

LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria feminista contemporânea. In: RITZER, G. **Teoria sociológica contemporânea**. Madri: Mcgraw-Hill, 1993, p. 353 - 409.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792008000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100007&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 17/10/2010.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. In: **Revista Katálýsis**. v. 13, n. 1. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2010.

LUSA, Mailiz Garibotti. **O serviço social e as lutas sociais no campo: pensando nos movimentos sociais a partir das relações de gênero e da conquista de direitos**.

Disponível em:

<<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/O%20SERVICO%20SOCIAL%20E%20AS%20LUTAS%20SOCIAIS%20NO%20CAMPO.pdf>> Acesso em : 26/09/2010

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem, relatos, laudos e pareceres**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora. 2006.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. v. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. **CEPAL**, Santiago, n.45, jun. de 2003. Série Mujer y Desarrollo. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>> Acesso em: 20/09/2010

MOVIMENTO CONTRACULTURA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Contracultura>> Acesso em: 20/08/2010

NAHRA, Clicia Maria Leite. A representação do executivo municipal nos conselhos gestores de políticas públicas. In: **PROJETO: CONSELHOS MUNICIPAIS – POTENCIALIZANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA**. Porto Alegre. Dezembro, 2006. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/executivo\\_conselhos.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/executivo_conselhos.pdf)> Acesso em: 20/09/2010

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. In: **Revista Psicologia e . Estudo**. Maringá, v. 11, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>> Acesso em: 23 Set. 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Ler Gramsci, entender a realidade: As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-233.

OLIVEIRA, Hilda Corrêa de. O Protagonismo dos Usuários nos Conselhos: Desafios aos Assistentes Sociais. In: **Revista em Foco: O serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. n.4. Vênus Luar Artes Gráficas Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Controle Democrático Como Garantia de Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2007.

\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, ano 4, n. 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2004.

\_\_\_\_\_. Estado, sociedade e esfera pública. In CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. v. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília: Gráfica odisséia 2001, jan./jul. 2001

PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e a Constituinte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. **CEPAL**, Santiago, n.45, jun. de 2003. Série Mujer y Desarrollo. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/12689/lcl1920p.pdf>> Acesso em: 20/09/2010

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Os Conselhos de Gestão no contexto internacional. In: **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Cláudia C. Teixeira (orgs.). São Paulo, Pólis, 2000.

SARMENTO, Hélder B. M. Repensando os Instrumentos em Serviço Social. In: STOCKINGER, Silvia da Costa (org.). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social**. v. 6. Belém: Amazônia/ UFPA, 2005. p. 06-48.

SAWAIA, Bader. B. Participação social e subjetividade. In: **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESPS, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação & Realidade**. v. 20. n. 2. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, jul/dez. 1995. p. 71-99.

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia: teoria e empiria**. Texto preparado para disciplina “Inovações em Políticas Públicas”. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, sem data, p. 01-45.

SEMANA DA ARTE MODERNA. Disponível em:

<[http://www.pitoresco.com.br/art\\_data/semana/index.htm](http://www.pitoresco.com.br/art_data/semana/index.htm)> Acesso em: 01/11/2010

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Antecedentes Históricos do Projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Políticas e de Direitos”. In: **Revista em Foco: O serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas**. N°4. Vênus Luar Artes Gráficas Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos – Trabalho, Dominação e Resistência**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas pública no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Participação e democracia: velhos e novos desafios. In: **Revista Civitas**. Porto Alegre, v. 6, n. 1. Jan./jun. 2006, p. 223-240. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/30/1594>> Acesso em: 16/10/2010

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEISSHAUPT, Jean Robert (org.). **As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ZUCCO, Maise Caroline. Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis: A importância atribuída às grandes capitais brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. 2008, FLORIANÓPOLIS. **Anais...** Florianópolis, 2004.

**APÊNDICES**

*Apêndice A*



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**Centro Sócio-Econômico . Bloco C . Sala 204 . Campus Trindade .**  
**Florianópolis . SC . Brasil . 88040-900**  
**Fone: + 55 (48) 3721-6513 e Fax: +55 (48) 3721-9990**  
**www.nusserge.ufsc.br . nusserge@gmail.com**

**QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS CONSELHEIRAS DO CONSELHO  
 MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE FLORIANÓPOLIS -  
 COMDIM**

**1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**

**1.2. Dados pessoais**

Nome completo

.....

Idade:

- ☐ Até 25 anos
- ☐ De 26 a 35 anos
- ☐ De 36 a 45 anos
- ☐ De 46 a 55 anos
- ☐ De 56 a 70 anos
- ☐ Mais de 70 anos

Nível de escolaridade

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior completo
- ☐ Especialista
- ☐ Mestre
- ☐ Doutor

**1.3. Área de formação profissional**

.....  
 .....



**1.4. Que tipo de contribuição você poderia dar (de acordo com a sua área de formação) para o conselho em termos de conhecimento ou atuação na defesa dos direitos da mulher?**

.....  
 .....  
 .....  
 .....

**1.5. Ocupação:**

- ( ) Empregada em órgão público  
 ( ) Empregada em ONG que atua exclusivamente na defesa dos direitos da mulher  
 ( ) Empregada em entidade social que atua exclusivamente no atendimento da mulher  
 ( ) Empregada em empresa privada com fins lucrativos  
 ( ) Profissional liberal ou autônomo  
 ( ) Empresária (proprietário de estabelecimento industrial ou comercial de qualquer porte)  
 ( ) Aposentada ou pensionista  
 ( ) Atividades domésticas  
 ( ) Outra. Qual?

**2. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

**2.1. Nome da Instituição que representa?**

.....  
 .....

**2.2. Localização?**

.....  
 .....

**2.3. Natureza da Instituição (OG, ONG, Empresa ou outra).**

.....  
 .....

**2.4. Objetivo, finalidade ou missão da Instituição (sinteticamente)**

.....  
 .....

**2.5. Programas e/ou projetos que a instituição desenvolve que contemple temas relacionados às mulheres.**

.....  
 .....  
 .....

**3. SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM.**

**3.1. Qual a sua concepção sobre o papel do Conselho Municipal dos Direitos das mulheres- COMDIM?**

.....

.....  
.....  
**3.2.Quais as principais funções das conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM?**

.....  
.....  
.....

**3.3.Como ocorreu o processo de indicação do seu nome para integrar o COMDIM?**

.....  
.....  
.....

**3.4. Como você entende sua representação no conselho? Quem você representa?**

.....  
.....  
.....

**3.5.Qual a relação entre o COMDIM, o poder público municipal e a sociedade civil?**

.....  
.....  
.....

**3.6.Quais os principais desafios/dificuldades do COMDIM?**

.....  
.....  
.....

**3.7.Quais as suas expectativas, como conselheira, em relação ao COMDIM?**

.....  
.....  
.....

**3.8.O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher irá realizar um curso de capacitação para as conselheiras, que temas você sugere que sejam abordados?**

.....  
.....  
.....

**3.9.Que tipo de demandas você sugere que sejam abordadas no COMDIM?**

.....  
.....  
.....

**3.10. Todo conselho é formado por comissões temáticas. Que tipo de comissões você sugere para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM?**

Comissão	Atividade

**3.11. Estamos em fase de estruturação de um plano de trabalho para o COMDIM. Que tipo de atividades, em termos de objetivos e metas para o conselho em si, você sugere?**

.....  
 .....  
 .....

**3.12. Para trabalharmos com políticas públicas para mulheres em Florianópolis, é necessário termos como pressuposto dados e estatísticas. A sua instituição possui algum tipo de dados? Você pode indicar alguma fonte de dados?**

.....  
 .....  
 .....

**3.13. Como você avalia sua participação no COMDIM? Há algo que você gostaria que fosse diferente?**

.....  
 .....  
 .....

## ***Apêndice B***

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “O conselho municipal dos Direitos da mulher de Florianópolis e as atribuições das conselheiras”. Você foi escolhida para ser entrevistada por compor o universo das conselheiras do COMDIM. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Departamento de Serviço Social /UFSC.

Os objetivos deste estudo são analisar de que forma podemos divulgar o efetivo papel dos conselhos como instrumentos dialógicos de controle popular das políticas públicas, e em que medida a representação das conselheiras é autônoma e legítima. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário que tem como objetivos: contribuir para a publicização dos conselhos de direito e das funções das conselheiras; enfatizar o controle social como um dos principais papéis dos conselhos de direito; entender como as conselheiras percebem sua representação junto ao COMDIM; conhecer os principais desafios das conselheiras na função de representatividade, junto ao COMDIM.

Os benefícios relacionados com sua participação são muitos. Através de sua contribuição poderemos elaborar nosso trabalho de conclusão de curso, sendo o primeiro registro oficial sobre o conselho e as conselheiras, uma cópia ficará disponível para consultas, junto ao COMDIM. Não identificamos a existência de riscos em você participar da pesquisa. As informações obtidas através desta pesquisa serão utilizadas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e através deste é que serão veiculadas. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação. Não haverá identificação de nomes com referências as respectivas instituições. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e da professora orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Obrigada pela sua colaboração!

-----  
Angélica Carlos Sebastião

Rua: Luiz Oscar de Carvalho nº 75, Trindade – Florianópolis.

Fone: 9928-0730/3209-6010

Profa: Teresa Kleba Lisboa – Departamento de Serviço Social/UFSC

Fone: 3721-6513

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

-----

**ANEXOS**

## ANEXO I

RELATÓRIO  
DE  
ATIVIDADES  
DA  
COMISSÃO ESPECIAL  
DO  
CONSELHO MUNICIPAL  
DA  
CONDIÇÃO FEMININA

= 08 DE MARÇO A 24 DE MAIO DE 1994 =

### INTRODUÇÃO

Foi criado o Conselho Municipal da Condição Feminina/CMCF (ANEXO I), pela Lei nº 2.598, em 16 de junho de 1987, na administração Edison Andrino de Oliveira, com o objetivo de promover ações capazes de eliminar a discriminação da mulher e assegurar-lhe participação efetiva nas atividades políticas, econômicas e culturais.

O referido Conselho funcionou durante aproximadamente 3 anos na citada administração, sendo, em seguida, desativado pela administração Esperidião Amin.

Como resultado da reivindicação do movimento de mulheres comprometidas com as causas feministas, a Administração Popular, em 08 de março de 1994, na pessoa do Sr. Prefeito Sérgio Grando, assinou o decreto nº 056/94, o mesmo criou uma Comissão Especial, formada por 11 Conselheiras, com o objetivo de reorganização do referido Conselho no prazo de 60 (sessenta) dias. (ANEXO II).

### DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Conselho Especial reuniu-se pela primeira vez no dia 15 de março de 94, no Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. As Conselheiras deliberaram que as reuniões seriam semanais, todas as 2ª feiras, das 16:00 às 18:00 horas, provisoriamente no citado sindicato, globalizando 10 reuniões no período.

Para reorganizar o Conselho, foram planejadas várias atividades. A primeira preocupação foi resgatar a história desde a fundação do Conselho. Foram realizados vários contatos frustrados com ex-Conselheiras, culminando com a presença da Dra. Heliete Marly Filomeno Leal, que trouxe, somente, o Relatório de Atividades 1988 (ANEXO III), Relatório - Biênio - 89/91 (ANEXO IV) e correspondência para o Sr. Secretário de Segurança Pública - Sidnei Pacheco (ANEXO V), pois, após a desativação, não restou nenhum registro.

Com objetivo de subsidiar e orientar as discussões do grupo foram solicitados regimentos internos a vários Conselhos. Nos foi enviado o regimento interno do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (ANEXO VI) e outras informações complementares (ANEXO VII).

Foi feita uma correspondência para entidades e mulheres envolvidas com as questões feministas, com objetivo de informar sobre as atividades da Comissão e convidando para palestra com a Dra. Maria Tereza Augusti, e reunião do Fórum da Mulher de Florianópolis. (ANEXO VIII).



A palestra com Maria Tereza Augusti, Presidenta do Conselho da Condição Feminina de São Paulo, aconteceu no dia 22 de abril, no auditório do Palácio Cruz e Souza, aproximadamente com 30 participantes, onde foi feito um histórico do movimento feminista a nível nacional e mundial, relatando também a Conferência sobre população a realizar-se no Cairo em 1994 e sugeriu<sup>do</sup> recomendações para instalação de um Conselho.

A reunião do Fórum da Mulher de Florianópolis, realizada dia 26 de abril, no auditório da Prefeitura, contou um pequeno número de mulheres presentes e teve, como objetivo, relatar todas as atividades da Comissão Especial, e tentando sensibilizá-las para uma maior participação neste processo provisório e, também, visando a participação efetiva no Conselho.

Além disto, realizou-se contato pessoal com a presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Dra. Maitê Fioravante da Luz, que deu orientações sobre a instalação de um Conselho, e relatou atividades desenvolvidas pelo mesmo, no Rio Grande do Sul.

### FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E DIREÇÃO

Como o próprio nome indica, um Conselho é formado por um corpo de Conselheiras que funciona como um colegiado indicativo e deliberativo das ações políticas e técnicas do órgão. Uma parte destas conselheiras (sugerimos 2/3) é representante da sociedade civil, indicada por entidades não governamentais e outra, representante do poder público, indicada pelo Governo Municipal.

Os Conselhos também devem contar com um corpo técnico que viabilize a atuação do órgão nas áreas de estudos, pesquisas, documentação, acervo, etc...

Presidindo o Conselho e coordenando o corpo técnico está a Presidenta do Conselho, escolhida pelo conjunto das conselheiras e nomeada pelo Prefeito Municipal.

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES AS MAIS IMPORTANTES SÃO:

- \* Formular políticas públicas relativas à mulher;
- \* acompanhar a implantação dessas políticas;
- \* encaminhar denúncias de discriminação praticadas contra a mulher;
- \* sugerir a adoção de medidas normativas, com as sanções cabíveis, que proíbam toda discriminação contra a mulher;
- \* sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar lei, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra a mulher.

Conselho da

Constituinte

de 1988

Constituinte

Constituinte

Constituinte

RECOMENDAÇÕES:

Esta Comissão deliberou como forma para uma ação mais eficiente do referido Conselho, as seguintes recomendações:

1) Deverá ser garantido o compromisso de que o Conselho participará necessariamente da definição de políticas e seus respectivos orçamentos, já que metade da população envolvida em qualquer ação do poder público é constituída por mulheres, com especificidades biológicas e culturais a respeitar, notadamente nas áreas de saúde, educação, trabalho e profissionalização, segurança, assistência social, habitação, etc...

2) Para que o Conselho da Condição Feminina cumpra com o seu objetivo, faz-se necessário que haja vontade política dos órgãos governamentais, devendo estar vinculado diretamente ao gabinete do Prefeito.

3) O Conselho da Condição Feminina deverá manter sua autonomia com relação a política governamental da administração municipal, formulando e propondo políticas relativa à mulher.

4) Recomenda-se colocar como conselheiras, representantes de segmentos diferenciados da sociedade, tais como: universidade, sindicatos, órgãos da justiça, grupos de mulheres e sociedade civil em geral e que sejam pessoas comprometidas efetivamente com a causa da mulher.

5) As conselheiras participantes da Comissão Especial devem coordenar o processo de escolha das integrantes do Corpo de Conselheiras Permanentes.

6) Para o funcionamento do Conselho é imprescindível que tenha um espaço próprio, adequado e com infra-estrutura necessária.

## ANEXO II

### LEI Nº 2598/87

**\* Lei revogada pela Lei nº 7682/2008 (DOE nº 18416 de 04/08/2008)**

#### CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONDIÇÃO FEMININA "CMCF" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal da Condição Feminina CMCF - com o objetivo de promover ações capazes de eliminar a discriminação da mulher e assegurar-lhe participação efetiva nas atividades políticas, e econômicas e culturais.

Art. 2º - O Conselho é vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal de Florianópolis, dispondo de autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º - São atribuições do CMCF:

- I - desenvolver programas e projetos no âmbito da Administração Municipal, no sentido de eliminar a discriminação da mulher e incentivar sua participação política, econômica, social e cultural;
- II - elaborar estudos e pesquisas relativas aos problemas inerentes à condição feminina;
- III - propor medidas visando a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas;
- IV - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher.
- V - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher, exigindo providências efetivas;
- VI - promover inter-relacionamento com os grupos do movimento de mulheres;
- VII - firmar convênio com entidades públicas e privadas, com objetivo de implementar programas do Conselho.

#### CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO E DO PESSOAL

Art. 4º - Para o cumprimento de suas finalidades o CMCF compõe-se dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Diretoria;
- III - Assessor Técnica.

Art. 5º - O Conselho Deliberativo do CMCF será composto por 11 (onze) representantes

e 04 (quatro) suplentes, dos quais 05 (cinco) representantes e 02 (dois) suplentes serão provenientes da Administração Municipal, e 06 (seis) representantes e 02 (dois) suplentes serão indicados por grupo de mulheres, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - A Presidenta do Conselho deliberativo do CMCF será designada pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.

§ 2º - O primeiro mandato do Conselho Deliberativo será provisório e terá a duração do atual mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º - Os demais mandatos do Conselho Deliberativo terão a duração igual ao tempo fixado para o mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º - As funções das integrantes do Conselho Deliberativo do CMCF serão considerados como serviço público relevante, impedida a remuneração.

Art. 6º - A Diretoria será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1ª Secretária;
- IV - 2ª Secretária;
- V - Tesouraria.

Parágrafo Único - As funções de Diretoria não fazem jus à remuneração.

Art. 7º - Junto à Diretoria funcionária uma Assessoria para execução das atividades do órgão, composta de:

- I - Consultoria Jurídica;
- II - Secretária Executiva;
- III - Assistente.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo colocará à disposição da Diretoria do CMCF, com todas as vantagens e direitos do cargo, os servidores municipais da administração direta ou indireta, necessários ao atendimento das atribuições do referido órgão e, em especial, para a execução das atividades a serem desempenhadas pela Assessoria, prevista no artigo anterior.

Art. 9º - O Orçamento Municipal consignará, anualmente, dotação própria específica para o Conselho.

Parágrafo Único - As despesas para execução da presente Lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações do Gabinete do Prefeito.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES

Art. 10 - O mandato do Conselho Deliberativo coincidirá com o do Prefeito, admitida a recondução.

Art. 11 - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, o CMCF elaborará seu Regimento Interno.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOE – 19.06.87

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 16 de Junho de 1987.

**EDISON ANDRINO DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



## **ANEXO III**

**LEI Nº 7682, de 22 de julho de 2008.**

### **CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

##### **DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), com autonomia administrativa e financeira.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de equidade;

II - propor estratégias de monitoramento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo de diretrizes das políticas de equidade, desenvolvidas em âmbito municipal;

III - apoiar a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social na articulação com outros órgãos da administração pública municipal, estadual e federal;

IV - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e violência,

inclusive em âmbito doméstico, familiar, comunitário e a praticada ou permitida pelo Município, por meio de seus agentes;

V - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências cabíveis;

VI - promover e participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

VII - propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública;

VIII - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;

IX - articular-se com os movimentos de mulheres e outros conselhos de direitos e/ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social; e

X - propor campanhas de prevenção primária, secundária e terciária à violência contra a mulher.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) será composto por dezesseis membros e respectivas suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - oito mulheres representantes de entidades governamentais do Município e oito suplentes, da seguinte forma:

- a) três da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social e três suplentes;
- b) uma da Secretaria Municipal de Saúde e uma suplente;
- c) uma da Secretaria Municipal de Educação e uma suplente;
- d) uma da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão e uma suplente;
- e) uma da Secretaria Municipal da Habitação e uma suplente; e
- f) uma da Fundação Franklin Cascaes e uma suplente.

II - oito mulheres integrantes efetivas e oito suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

- a) uma da associação de mulheres de etnias e raças e uma suplente;
- b) uma de associações profissionais e uma suplente;
- c) uma do fórum de mulheres e uma suplente;
- d) uma de mulheres trabalhadoras e uma suplente;
- e) uma de mulheres lésbicas e bissexuais e uma suplente;
- f) uma da associação de moradores e uma suplente;
- g) uma de movimentos sociais e uma suplente; e
- h) uma de núcleos de estudo de gênero das universidades e uma suplente.

§ 1º As entidades da sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, ONGs, associações legalmente constituídas, sediadas em Florianópolis e que sejam voltadas para a defesa dos direitos e interesses da mulher.

§ 2º Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos através de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

§ 3º A designação das conselheiras de que trata o inciso I deste artigo será feita pelo Secretário da pasta e a nomeação pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.

§ 4º A designação das conselheiras de que trata o inciso II deste artigo deverá considerar nomes de mulheres de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher que, uma vez indicadas pela entidade ou associação inscrita e eleitas na forma da convocação editalícia, através de fórum próprio, serão nomeadas pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.

§ 5º Caberá à Comissão Especial da Condição Feminina, criada através do Decreto nº 4.683, de 12 de fevereiro de 2007:

I - convocar o fórum através de chamamento público, a ser realizado no órgão oficial do Município e em diário de grande circulação municipal, para a escolha dos representantes da sociedade civil, enumeradas no inciso II do presente artigo, que cumprirão o primeiro mandato do COMDIM;

II - submeter ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Lei, os nomes dos membros do Conselho a que se refere o inciso II do presente artigo.

§ 6º A partir da constituição da Diretoria do COMDIM, a convocação do fórum de que trata o inciso I do § 5º deste artigo para a eleição dos seus representantes para os mandatos posteriores à criação da presente Lei será efetuada pela respectiva presidenta que, por sua vez, deverá submeter ao Chefe do Poder Executivo os nomes dos membros do Conselho para nomeação em forma de decreto.

§ 7º Manifestada a necessidade, a Conselheira poderá se fazer acompanhar de um(a)

assessor(a) técnica nas reuniões do COMDIM.

§ 8º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDIM, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos se da pauta constar temas de sua área de atuação.

**§ 9º As funções dos membros do COMDIM não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante, excetuando-se o cargo de Secretária Executiva e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.**

Art. 5º As conselheiras e respectivas suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 6º Os membros referidos no inciso II e respectivos itens, do art. 4º desta Lei perderão o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com o da função de Conselheira, por decisão da maioria dos membros do COMDIM; e

V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

Parágrafo Único - No caso de perda do mandato será designada nova Conselheira para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 4º, I e II, da presente Lei.

## **SEÇÃO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora; e

### III - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é o órgão máximo do COMDIM e é soberana em suas decisões.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), eleita pela maioria absoluta dos votos da assembléia geral para mandato de um ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidenta, a quem cabe a representação do COMDIM;

II - Vice-presidenta;

III - 1ª Secretária; e

IV - 2ª Secretária.

§ 3º O COMDIM poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho de caráter temporário e/ou permanente destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas comissões ou destes grupos, representantes de órgãos ou entidades públicos e privados e de outros poderes.

§ 4º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico-administrativo do COMDIM, composta de, no mínimo, uma técnica e uma assistente administrativa dentre as servidoras públicas do município, especialmente convocadas para o assessoramento permanente ou temporário do COMDIM, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A estruturação, a competência e o funcionamento do COMDIM serão fixados em regimento interno, homologado por decreto do Poder Executivo.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 9º Os recursos advindos para a implantação de políticas públicas em favor de projetos, programas e ações em questões de gênero e equidade, deverão ser vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 10 A participação nas atividades do COMDIM, das comissões temáticas e dos grupos de trabalho será considerada função relevante e não será remunerada.

Parágrafo Único - Será expedido pelo COMDIM aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades a que se refere o caput do presente artigo.

Art. 11 O regimento interno do COMDIM deverá ser submetido à decisão da

Assembléia que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o após à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDIM, dos grupos temáticos e das comissões serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Art. 13 O regimento interno do COMDIM complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do colegiado, devendo ser homologado por decreto do Poder Executivo.

Art. 14 O Poder Executivo providenciará a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) no prazo de até sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 15 Fica revogada a Lei nº 2.598, de 16 de junho de 1987.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Florianópolis, aos 22 de julho de 2008.**

**DÁRIO ELIAS BERGER**

**PREFEITO MUNICIPAL**